RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA



2025

Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA/ 2025

Banco de Cabo Verde

Cidade da Praia

2026

BANCO DE CABO VERDE

Avenida OUA, 2
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
http://www.bcv.cv

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Impressão

Tipografia Santos, Lda.

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Siglas/Acrónimo 5
Sumário Executivo 7
Capítulo 1. Enquadramento Internacional 10
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas 17
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras 17
A Política de Crédito dos Bancos em 2025 22
A *Performance* do Sector Financeiro em 2025 24
Posição de Cabo Verde no Índice de Mercados Financeiros da Absa África 28
2.2. Política e Situação Orçamental 30
Capítulo 3. Oferta e Procura 36
A Atividade Turística em 2025 39
Capítulo 4. Mercado de Trabalho 41
Capítulo 5. Inflação 46
Capítulo 6. Contas Externas 48

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Índice de Figuras

Figura 1. PIB e Desemprego 11
Figura 2. Preços no Consumidor e Preços das Matérias-Primas nos Mercados Internacionais 12
Figura 3. Taxas de Juro de Referência e Taxa Euribor e Câmbio EURO/USD 14
Figura 4. Indicadores Selecionados da *Performance* da África Subsaariana e da CEDEAO .. 16
Figura 5. Diferencial entre a taxa de juro das operações de *refi rate* do BCE e a taxa de juro diretora do BCV 17
Figura 6. Disponibilidades Líquidas dos Bancos Comerciais em milhões de Euros 19
Figura 7. *Performance* das Contas Públicas 31
Figura 8. Saldos Primário Global e Estrutural e Impulso Orçamental 32
Figura 9. Stock da Dívida do Sector Público Administrativo em 2025 36
Figura 10. Rendimento Disponível dos Particulares & Contributos da PTF, do Capital e do Trabalho no Crescimento do PIB 38
Figura 11. Situação do Mercado de Trabalho em 2025 42
Figura 12. Evolução das Taxas de Inflação Homóloga e Média 46
Figura 13. Principais Rubricas da Balança Corrente 48
Figura 14. Rendimentos e Transferências Unilaterais 50
Figura 15. Principais Componentes da Balança Financeira 51

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos 8
Quadro 2. Taxas de Juro de Referência (em percentagem) 18
Quadro 3. Situação Monetária 21
Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais 33
Quadro 5. Caracterização da Dívida do Estado (Governo Central) 35
Quadro 6. PIB na Ótica da Oferta e da Procura 37
Quadro 7. Índice de Preços no Consumidor 47
Quadro 8. Comércio Externo de Bens e Serviços 49
Quadro 9. Indicadores de Vulnerabilidade Externa 52

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Siglas/Acrónimo

Absa *Amalgamated Banks of South Africa*

APP *Asset Purchase Programme*

BAD Banco Africano de Desenvolvimento

BCV Banco de Cabo Verde

BCE Banco Central Europeu

CEDEAO Comunidade dos Estados da África Ocidental

CIET Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho

ECF Facilidade de Crédito Alargado

EUA Estados Unidos da América

EURIBOR Euro Interbank Offered Rate

EUROSTAT Serviço de Estatísticas da União Europeia

FAO *Food and Agriculture Organization*

FED Reserva Federal dos EUA

FMI Fundo Monetário Internacional

IMC Inquérito Multiobjectivo Contínuo

INE Instituto Nacional de Estatísticas

INPS Instituto Nacional da Previdência Social

IPC Índice de Preço no Consumidor

M2 Agregado monetário M2

% Percentagem

OGE Orçamento Geral do Estado

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMF Operação Monetária de Financiamento de longo prazo

OMFIF *Official Monetary and Financial Institutions Forum*

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCFR Plano de Carreiras Funções e Remunerações

PEPP *Pandemic Emergency Purchase Programme*

PEDS II Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022 - 2026

PIB Produto Interno Bruto

PPP Paridade do Poder de Compra

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

PTF	Produtividade Total dos Fatores
refi rate	Operações de refinanciamento
ROA	Rendibilidade do ativo
ROE	Rendibilidade dos capitais
TEC	Tarifa Externa Comum
TEM	Taxa de Câmbio Efetivo Nominal
TER	Taxa de Câmbio Efetiva Real
TIM	Títulos de Intervenção Monetária
TRM	Títulos de Regularização Monetária
TRMC	Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
WEO	*World Economic Outlook*
WTO	*World Tourism Organization*

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Sumário Executivo

O contexto externo apresentou, em 2025, uma conjuntura, em geral, favorável, marcada pela estabilidade do crescimento económico mundial em meio a tensões comerciais e incerteza a nível global e pelo crescimento embora modesto das economias dos principais parceiros do país. O crescimento das economias da Área do Euro e do Reino Unido foi sustentado pela procura interna, apoiada por ganhos nos rendimentos reais, por condições de financiamento mais favoráveis, bem como pelo aumento das despesas públicas, particularmente no Reino Unido. No entanto, a economia dos EUA abrandou, num cenário de contração acentuada dos gastos do governo federal devido ao *shutdown* por 43 dias ocorrido nos meses de outubro e novembro, de um mercado de trabalho mais brando e de incertezas comerciais.

A nível nacional, de acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) em volume abrandou, crescendo 6,3 por cento em 2025, o que se compara com 7 por cento registado em 2024. Contribuíram para esta evolução, o abrandamento do rendimento real das famílias associado ao menor ritmo de crescimento das prestações sociais e das outras transferências correntes líquidas face ao ano anterior e ao aumento da inflação, bem como a moderação da procura externa turística no país. Do lado da oferta, o menor desempenho da atividade económica nacional deveu-se à contração da atividade do setor de "Comércio e reparação" e às desacelerações registadas na atividade dos setores de "Alojamento e restauração", "Agricultura, pecuária e silvicultura" e "Indústria transformadora". Do lado da procura, o menor contributo das exportações líquidas foi determinante, tendo a procura interna mantido o seu dinamismo.

A inflação em Cabo Verde aumentou em 2025, traduzindo a subida dos preços das importações, em resultado do aumento dos preços dos produtos alimentares e dos custos de frete no mercado internacional, bem como o fortalecimento da procura interna. De acordo com dados do INE, a taxa de inflação média anual aumentou de 1,0 por cento em 2024 para 2,3 por cento em 2025 e a taxa de inflação homóloga de 1,4 por cento em 2024 para 3,3 por cento em 2025.

As contas externas evoluíram favoravelmente em 2025. A balança corrente registou um *superavit* de 11.035,7 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB) em resultado, principalmente, do aumento (embora moderado) das receitas provenientes das exportações de serviços de turismo, das remessas dos emigrantes, bem como das outras transferências privadas. A balança financeira apresentou, também, um desempenho bastante positivo, com as entradas líquidas de financiamento para a economia a aumentarem significativamente, fixando-se em 27.998,6 milhões de escudos, devido, em grande medida, à redução dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) realizado em Cabo Verde. Com efeito, o país registou um ganho em ativos de reserva de 333,1 milhões de euros, traduzindo-se no aumento do *stock* das reservas externas líquidas, para 1.064,5 milhões de euros, garantindo 8,8 meses de importações (6,5 meses de importações em 2024).

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2021	2022	2023	2024	2025
I Sector Real						
Produto Interno Bruto	variação real em %	7,0	15,8	4,8	7,0	6,3
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,9	7,9	3,7	1,0	2,3
Taxa de Desemprego	em %	---	11,0	10,3	8,0	6,2
II Sector Monetário e Cambial						
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	5,2	8,4	17,4	24,5	22,2
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	2,7	5,1	9,4	7,5	44,6
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	4,8	8,4	4,4	2,0	0,2
Crédito à Economia	taxa variação em %	6,1	6,5	5,5	5,6	4,8
Massa Monetária	taxa variação em %	3,0	5,9	6,3	7,5	9,6
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	2015=100; valores médios	101,2	100,5	100,8	100,6	100,9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	2015=100; valores médios	96,5	94,4	92,5	90,9	N.D
III Sector Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-10,7	-2,6	-2,0	4,9	4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-12,1	-3,5	-2,7	4,0	3,7
Reservas/Importações	meses	7,5	6,0	6,2	6,5	8,8
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-174,4	-146,7	-136,7	-123,2	-108,4
IV. Finanças Públicas						
Saldo Global	em % do PIB	-7,5	-4,1	-0,3	-1,1	1,1
Saldo Primário	em % do PIB	-5,3	-1,8	2,0	1,3	3,2
Dívida Pública	em % do PIB	146,8	125,9	116,9	111,8	101,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (Inquérito Multi-Objetivo Contínuo), Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.
Notas: dados provisórios sujeitos à atualização e revisão. N.D- Não divulgado

Em resultado, sobretudo, do aumento da posição dos ativos externos da autoridade monetária e de outros setores, a posição de investimento internacional líquida (deficitária) melhorou em 2025, em cerca de 16.557,5 milhões de escudos, fixando-se nos 324.186,9 milhões de escudos, passando a representar 108,4 por cento do PIB (123,2 por cento do PIB em 2024). Apesar desta melhoria, a posição de investimento internacional líquida (deficitária) mantém-se elevada, constituindo ainda, uma fonte de vulnerabilidade externa para o país. No entanto, em geral, os indicadores de vulnerabilidade externa do país melhoraram em 2025 face ao ano anterior, destacando-se o aumento da quota de mercado das exportações e a redução dos rácios do *stock* da dívida externa do país em relação às exportações e ao PIB.

A nível monetário, em 2025, o Banco de Cabo Verde (BCV) deu continuidade à normalização da sua política monetária, aumentando as taxas de juro de referência em três ocasiões, continuando a sinalizar o seu pendor restritivo. O objetivo foi reduzir o diferencial entre as taxas de juro nacionais e as da Área do Euro, preservar a credibilidade do regime cambial de *peg* fixo da moeda nacional ao euro e salvaguardar a estabilidade económica e financeira do país. A atuação do BCV conjugada com a do Banco Central Europeu (BCE), resultou numa redução gradual do diferencial entre as taxas de juro internas e as praticadas na Área do Euro, culminando num diferencial favorável para as taxas nacionais a partir de abril de 2025.

Dado o pendor restritivo da política monetária, o mercado de crédito apresentou, em 2025, um menor dinamismo, com o crédito à economia e, particularmente, o crédito ao setor privado, a apresentar um abrandamento, crescendo 5,7 por cento, menos 1,0 ponto percentual face ao crescimento registado no ano anterior (de 6,7 por cento).

A nível orçamental, a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2025 consubstanciou-se num quadro orçamental favorável. As contas públicas registaram um *superavit* de 1,1 por cento do PIB (-1,1 por cento do PIB em 2024), devido essencialmente, ao aumento das receitas públicas. O *superavit* global e a redução das despesas com os juros da dívida refletiram-se no aumento do saldo global primário, que se fixou em 3,2 por cento do PIB (1,3 por cento do PIB no ano anterior). O saldo global primário foi, positivamente, influenciado pelo ciclo económico e pelas medidas temporárias adotadas pelo governo, em 0,1 pontos percentuais do PIB potencial, respetivamente. O saldo primário estrutural, ou seja, o saldo global primário excluindo o impacto do ciclo económico e das medidas temporárias situou-se em 3 por cento do PIB potencial. O impulso orçamental, que é a variação do saldo primário estrutural, foi positivo, em 2,1 pontos percentuais do PIB potencial, indiciando que a orientação da política orçamental, em 2025, foi restritiva.

A dívida pública continuou a reduzir em 2025, mas encontra-se ainda em níveis elevados, embora sustentável, refletindo o crescimento económico e um saldo primário positivo. A dívida pública, incluindo os passivos contingentes, ou seja, a dívida das empresas públicas e das autarquias locais, situou-se nos 115,7 por cento do PIB (127,8 por cento do PIB em 2024).

Analises técnicas sugerem que, embora os contributos do emprego e do capital no crescimento do produto tenham aumentado, foi determinante para o abrandamento da economia nacional em 2025, o menor contributo da produtividade total dos fatores (PTF), indicador que reflete o progresso tecnológico e os ganhos nos níveis de eficiência. Com efeito, o nível da PTF permaneceu baixo, continuando a condicionar o potencial de crescimento da economia.

A determinação das autoridades nacionais em manter a sustentabilidade fiscal e da dívida, criando espaço para maiores investimentos, em mitigar os riscos fiscais relacionados com as empresas estatais, em modernizar o quadro da política monetária e melhorar a resiliência do sistema financeiro, bem como em avançar com as reformas estruturais para fortalecer a produtividade e o capital humano, a competitividade, a diversificação e a resiliência climática, vitais para sustentar o crescimento sustentável e inclusivo consistente com os objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), afiguram-se como fundamentais.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

Em 2025, o contexto externo da economia nacional foi, em geral, favorável, marcado pela estabilidade do crescimento económico mundial, em meio a tensões comerciais e incerteza a nível global, e pelo crescimento embora modesto das economias da Área do Euro e do Reino Unido. No entanto, a economia dos EUA abrandou.

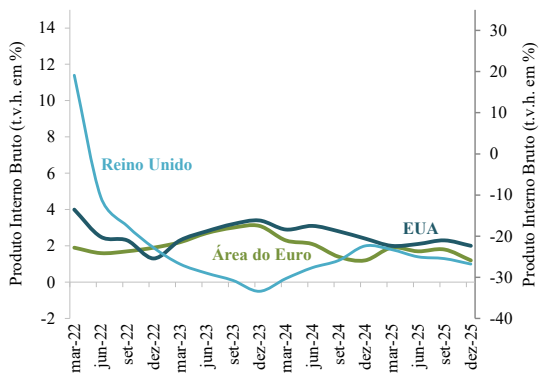
De acordo com as mais recentes projeções do *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2026 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento económico mundial manteve-se estável e resiliente, com o PIB em volume a registar um crescimento de 3,4 por cento em 2025, ficando acima das expetativas, devido ao crescimento mais forte do que o esperado nas economias emergentes da Ásia, incluindo na China. Esta resiliência da economia mundial foi impulsionada pelo aumento do investimento privado em Inteligência Artificial (IA) e por uma combinação de políticas favoráveis nas principais economias, que ajudaram a atenuar os fatores adversos relacionados com as tarifas e a incerteza das políticas comerciais.

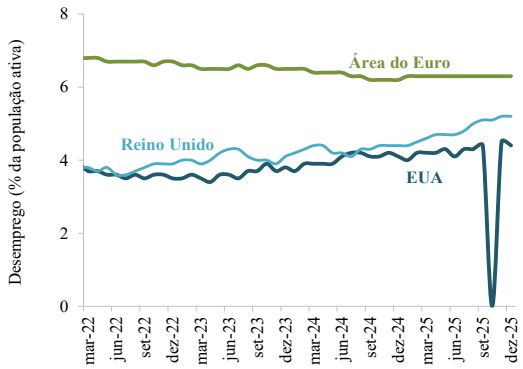
As economias da Área do Euro e do Reino Unido registaram um desempenho modesto, com o PIB em volume a crescer 1,5 e 1,3 por cento, respetivamente (o que se compara com 0,9 e 1,1 por cento em 2024). Na Área do Euro, esta evolução foi sustentada por uma procura interna mais forte, com contributos sólidos do consumo privado e do investimento, apoiados por ganhos nos rendimentos reais, pela resiliência do mercado de trabalho e por condições de financiamento mais favoráveis. Do lado da oferta, a atividade dos setores de serviços e da construção (dinamizado pelo investimento público) registou um crescimento, enquanto a indústria transformadora permaneceu fraca, afetada por fatores adversos, nomeadamente o aumento dos direitos aduaneiros e a incerteza decorrente da política comercial dos EUA. No Reino Unido, a atividade económica foi também impulsionada, pela evolução positiva, embora fraca, da procura interna e pelo aumento da despesa pública associado ao crescimento do investimento público. A procura interna manteve-se moderada, refletindo as tensões comerciais às políticas dos EUA, o arrefecimento do mercado de trabalho e a incerteza em torno do orçamento de 2025, que, de entre outras medidas, introduziu novos impostos, aumentou outros e congelou os limiares de isenção do imposto sobre o rendimento, afetando a atividade empresarial e o consumo das famílias.

Nos EUA, a economia abrandou, com o PIB em volume a crescer 2,1 por cento em 2025 (o que se compara com 2,8 por cento em 2024), num cenário de paralisação da administração federal, de um mercado de trabalho mais brando e de incertezas comerciais. Com efeito, o abrandamento da atividade económica em 2025 ficou a dever-se à contração acentuada dos gastos do governo federal, associada ao encerramento dos serviços governamentais em outubro e novembro, com a duração de 43 dias, bem como a uma maior moderação do consumo das famílias e das exportações, parcialmente compensada, pela expansão do investimento relacionado com tecnologia.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Figura 1. PIB e Desemprego





Fonte: *Eurostat; US Department of Labor; FED; Bank of England*
Nota: Taxa de desem prego dos EUA não disponível no mês de outubro, devido a não recolha de dados face ao shutdown ocorrido neste período.

A confiança dos empresários e dos consumidores, em geral, melhorou na Área do Euro, mas deteriorou-se nos EUA e no Reino Unido. Na Área do Euro, a melhoria refletiu a redução dos custos dos empréstimos e da inflação nos últimos meses, apesar da incerteza quanto às políticas económicas em toda a Europa e o potencial impacto das tarifas comerciais. Nos EUA e no Reino Unido, a deterioração da confiança traduziu as preocupações com as tarifas, a desaceleração do mercado de trabalho, os altos custos, a fraca procura e a incerteza económica que pesam sobre o sentimento das empresas e das famílias.

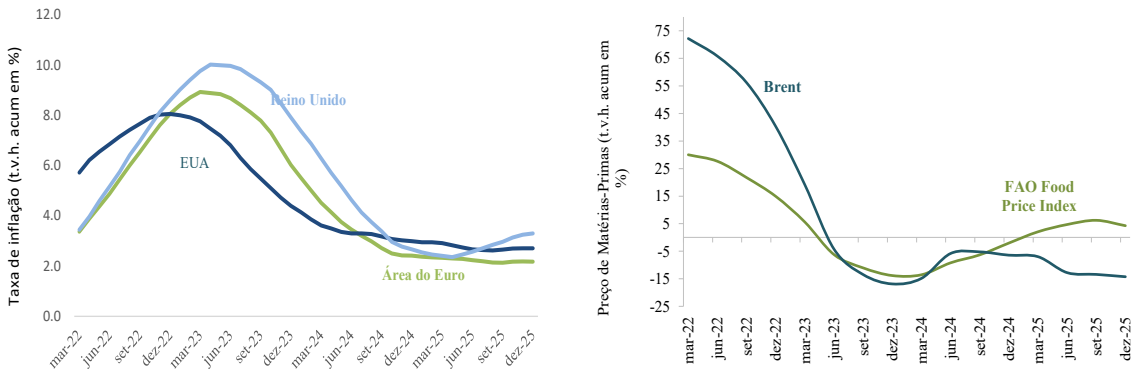
O mercado de trabalho dos principais parceiros do país permaneceu forte na Área do Euro, mas apresentou sinais de arrefecimento nos EUA e Reino Unido. Na Área do Euro, a taxa de desemprego manteve-se estável, nos 6,3 por cento, apesar da contínua moderação da procura de mão-de-obra. No entanto, nos EUA e no Reino Unido, a taxa de desemprego aumentou em, respetivamente, 0,3 e 0,8 pontos percentuais, fixando-se nos 4,4 e 5,2 por cento. Nos EUA, o aumento do desemprego em 2025 deveu-se ao fraco crescimento do emprego, num contexto de desaceleração do crescimento da população ativa, bem como ao menor crescimento da atividade económica no período. No Reino Unido, a taxa de desemprego atingiu o nível mais elevado dos últimos cinco anos, impulsionado por vários fatores, incluindo o forte aumento das contribuições patronais, o incremento do salário mínimo e o impacto da implementação do "*Employment Rights Act*", uma lei que reforça certos direitos dos trabalhadores. Esses fatores contribuíram para uma recuperação mais lenta do mercado de trabalho, refletindo os efeitos a longo prazo do aumento dos custos suportados pelas empresas.

A inflação da Área do Euro e dos EUA reduziu, beneficiando da baixa dos preços da energia, enquanto a inflação do Reino Unido aumentou, refletindo alterações pontuais nos preços regulados. A cotação média do barril de *Brent* nos mercados internacionais, que serve de referência para Cabo Verde, situou-se, em média, em 66 USD por barril em 2025 (74,2 USD por barril em

2024), apresentando um decréscimo de 11,0 por cento face ao ano anterior. Este declínio foi impulsionado pela expectativa de queda na procura de petróleo, devido à escalada da guerra comercial entre os EUA e os seus principais parceiros, sobretudo a China, aliado ao aumento da oferta da matéria-prima, tanto da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo, mais alguns países não membros, incluindo a Rússia) como de países não membros da organização. Adicionalmente, os esforços dos EUA para fazer avançar as negociações de paz na Ucrânia reduziram a perceção da probabilidade de uma aplicação rigorosa das novas sanções anunciadas pelos EUA às duas principais empresas produtoras de petróleo da Rússia, a *Lukoil* e a *Rosneft*, que representam a maior percentagem das exportações russas, exercendo também, pressão descendente sobre os preços.

No entanto, o *food price index* da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 2025, registou um aumento em termos médios, de 4,3 por cento (o que se compara com uma queda de 2,0 por cento verificado no ano anterior). Esta evolução deveu-se ao aumento dos preços da carne, leite e óleos, em resultado da forte procura e de uma oferta limitada. As crescentes preocupações climáticas em grandes regiões produtoras, bem como as tensões de política comercial que levaram a uma acumulação antecipada de reservas por parte de alguns países importadores, motivada por receios de potenciais perturbações no comércio, aumentaram as pressões em alta sobre os preços dos alimentos.

Figura 2. Preços no Consumidor e Preços das Matérias-Primas nos Mercados Internacionais



Fonte: *Eurostat; FED; Bank of England; Bloomberg*

Com efeito, as taxas de inflação médias anuais da Área do Euro e dos EUA diminuíram em 2025, fixando-se em 2,1 e 2,7 por cento, respetivamente (o que se compara com 2,4 e 3,0 por cento em 2024), favorecidas, em grande medida, pela redução dos preços da energia. No entanto, a taxa de inflação média anual do Reino Unido aumentou em 0,9 pontos percentuais para os 3,4 por cento (2,5 por cento em 2024), em resultado de alterações pontuais nos preços regulados. Por seu turno, as taxas de inflação médias subjacentes ou *core* (calculadas com base no índice harmonizado dos preços do consumidor, excluindo produtos energéticos e alimentares) diminuíram na Área do Euro e nos EUA, situando-se em, respetivamente, 2,3 e 2,6 por cento

(o que se compara com 2,7 e 3,2 por cento em 2024), mas mantiveram-se inalteradas e elevadas, em 3,2 por cento, no Reino Unido. Refira-se, em particular, que, à semelhança do Reino Unido, a inflação nos EUA persistiu acima da meta, devido ao impacto direto das tarifas, que recaiu em grande parte, sobre os importadores e consumidores norte-americanos.

Em termos de política monetária, em 2025, os bancos centrais dos principais parceiros do país adotaram uma postura menos restritiva, alertando, no entanto, para as perspetivas incertas face aos riscos da política comercial global e das tensões geopolíticas.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu reduzir as suas taxas de juro de referência, por quatro vezes no ano, em 25 pontos base, reiterando que a inflação deveria estabilizar-se na meta de 2 por cento no médio prazo. A taxa de juro das principais operações de refinanciamento fixou-se, no final de dezembro de 2025, em 2,15 por cento, enquanto as taxas da facilidade de depósito e de empréstimo se situaram em 2,00 e 2,40 por cento, respetivamente. O BCE afirmou que a economia da Área do Euro permaneceu resiliente, mas alertou que as perspetivas continuavam incertas, particularmente devido aos riscos da política comercial global e às tensões geopolíticas em curso. Numa das suas conferências de imprensa, a Presidente Lagarde afirmou que tanto o banco central como as perspetivas de inflação da Área do Euro se encontravam numa "boa situação". Alertou que a inflação poderia oscilar de forma irregular nos próximos meses, mas sublinhou que as decisões de política monetária não deveriam basear-se num único dado. Lagarde reconheceu ainda que a incerteza em torno das perspetivas de inflação era superior ao normal, refletindo a volatilidade do ambiente político global.

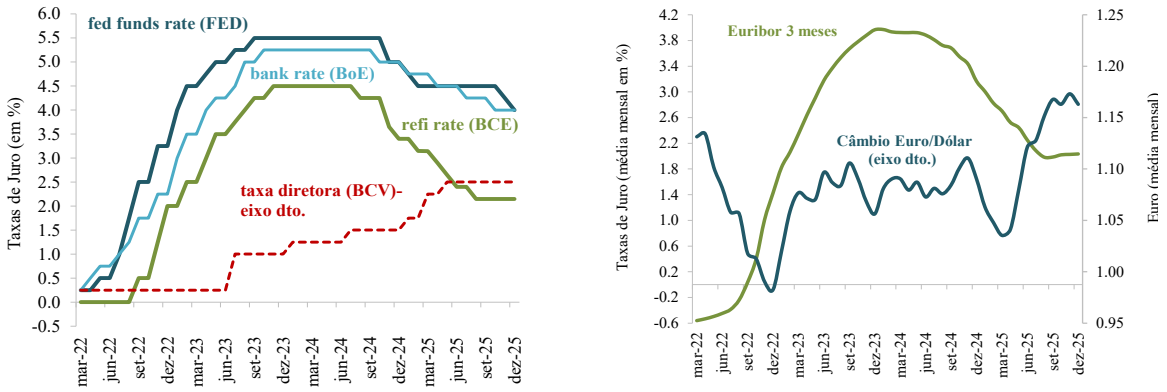
As carteiras detidas ao abrigo do programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme* – APP) e do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*Pandemic Emergency Purchase Programme* – PEPP) continuaram a diminuir a um ritmo comedido e previsível, dado que o Eurosistema deixou de reinvestir os pagamentos de capital de títulos vincendos.

A Reserva Federal dos EUA (Fed) também decidiu cortar as taxas das *fed funds,* por três vezes ao longo do ano, em 25 pontos base, fixando-as no intervalo entre 3,50 e 3,75 por cento no final de dezembro. Decidiu, igualmente, deixar de reduzir o seu balanço patrimonial de 6,6 mil milhões de dólares a partir de dezembro, perante evidências de maior restrição das condições de liquidez do mercado monetário e de diminuição dos níveis de reservas bancárias. O Comité considerou que uma redução nas *fed funds* seria apropriada, observando que a pressão inflacionista decorrente das tarifas seria temporária ou limitada, que as expectativas de inflação de médio e longo prazo permaneceriam bem ancoradas e que um enfraquecimento da atividade económica e do mercado de trabalho poderia ocorrer, nos próximos meses. Sublinhou, contudo, que a incerteza quanto às perspetivas permanecia elevada, devido à política comercial e a outras políticas governamentais, bem como aos riscos geopolíticos, embora a incerteza geral tenha diminuído.

Por seu turno, o Banco de Inglaterra também adotou uma postura menos restritiva, tendo decidido reduzir a sua taxa de juro de referência, por quatro vezes no ano, em 25 pontos base,

fixando-a nos 3,75 por cento no final de dezembro. O Comité de Política Monetária decidiu, igualmente, pela desaceleração do aperto quantitativo, reduzindo as participações em títulos públicos em 70 mil milhões de libras ao longo do próximo ano, para 488 mil milhões de libras. O Comité procurou equilibrar a redução das pressões inflacionistas com os riscos de uma economia em desaceleração. A inflação permaneceu acima da meta de 2 por cento, mas esperava-se que retornasse a esse patamar, em parte devido à evolução dos preços da energia. O crescimento salarial e a inflação de serviços continuaram a desacelerar, refletindo o crescimento económico moderado e a ociosidade no mercado de trabalho. O Comité observou que os riscos de inflação persistente diminuíram, enquanto a procura mais fraca e um mercado de trabalho em desaceleração representavam riscos de queda da inflação. Para o futuro, enfatizou uma abordagem gradual e baseada em dados, sem uma trajetória predefinida para os juros, preservando a flexibilidade para reagir a desenvolvimentos futuros.

Figura 3. Taxas de Juro de Referência e Taxa Euribor e Câmbio EURO/USD



Fonte: *Eurostat; FED; Bank of England*; BCV

Nos mercados monetário e cambial de relevância para Cabo Verde, as medidas de política monetária adotadas na Área do Euro, traduziram-se, em 2025, na apreciação do Euro (EUR) face ao Dólar dos EUA (USD) e na redução das taxas de juro Euribor. O EUR se apreciou, em termos médios, face ao USD e em termos efetivos nominais, em 4,4 e 2,2 por cento, respetivamente. O USD foi penalizado, ao longo do ano, por diversos fatores combinados, entre os quais, se destacam: (i) a diminuição da confiança na moeda, devido aos receios de uma recessão na economia dos EUA, em consequência do anúncio da aplicação de tarifas pela Administração *Trump* e da redução das parcerias comerciais, o que gerou incerteza nos mercados globais; (ii) o otimismo em torno do crescimento económico da Área do Euro; (iii) o *downgrade* da classificação de crédito dos EUA pela *Moody's*, motivado por preocupações com a dívida e os défices orçamentais crescentes; (iv) a atenuação das preocupações com a inflação e o mercado de trabalho, bem como com o impacto inflacionário das tarifas, o que apoiou a perspetiva de cortes das taxas de juro pela FED; e, mais recentemente, (v) as preocupações em torno da paralisação do governo federal, do fraco índice de confiança do consumidor, da contínua incerteza em relação à política económica dos EUA e das críticas à independência da Fed. Por seu turno, em

linha com a política monetária adotada pelo BCE, as taxas de juro Euribor a um, três, seis e doze meses diminuíram, fixando-se, em média, respetivamente, em 2,1, 2,2, 2,2 e 2,2 por cento em 2025 (face a 3,6, 3,6, 3,5 e 3,3 por cento em 2024).

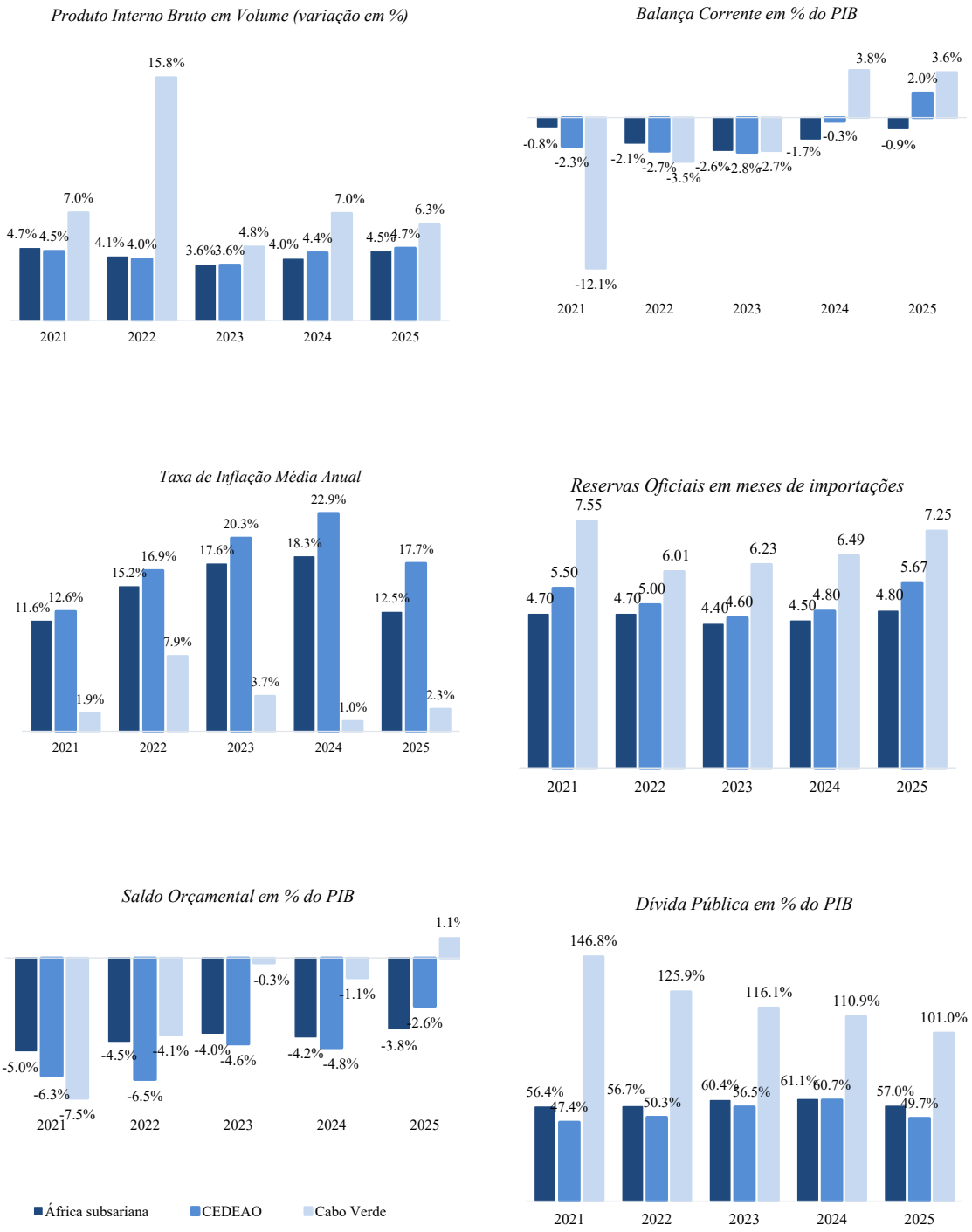
Com a redução das taxas de juro de referência do BCE por quatro vezes ao longo do ano e o aumento das taxas de juro do BCV por três vezes, o diferencial entre as taxas de juro do país e as da Área do Euro reduziu, desde abril de 2025, tornando-se favorável à taxa nacional, contribuindo assim, positivamente para investimentos externos no país.

De referir que, de acordo com os dados do FMI, no seu mais recente *Regional Economic Outlook* de abril de 2026, a atividade económica na África Subsariana, sub-região onde o país se insere, aumentou em 2025, estimando-se um crescimento de cerca de 4,5 por cento, face aos 4,2 por cento registados em 2024. Na mesma linha, a atividade económica da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), à qual o país pertence, também registou um crescimento, estimado em 4,7 por cento em 2025 (o que se compara com 4,6 por cento em 2024).

De acordo com o FMI, o crescimento da atividade económica, em particular, na África Subsariana, em 2025, reflete fatores externos favoráveis e boas políticas em diversas grandes economias. A inflação moderou significativamente, passando de 20,7 por cento em 2024 para 12,5 por cento em 2025, devido à queda nos preços globais de alimentos e petróleo, à redução das pressões cambiais e a políticas monetárias adequadamente restritivas em muitos países. Os saldos orçamentais melhoraram, sustentados por um crescimento mais forte e pela evolução cambial favorável.[1]

[1] De acordo com dados do FMI, a taxa de inflação da CEDEAO foi de 17,7 por cento em 2025, o que se compara com 26,2 por cento registado em 2024.

Figura 4. Indicadores Selecionados da *Performance* da África Subsaariana e da CEDEAO



Fonte: Fundo Monetário Internacional, INE e BCV.

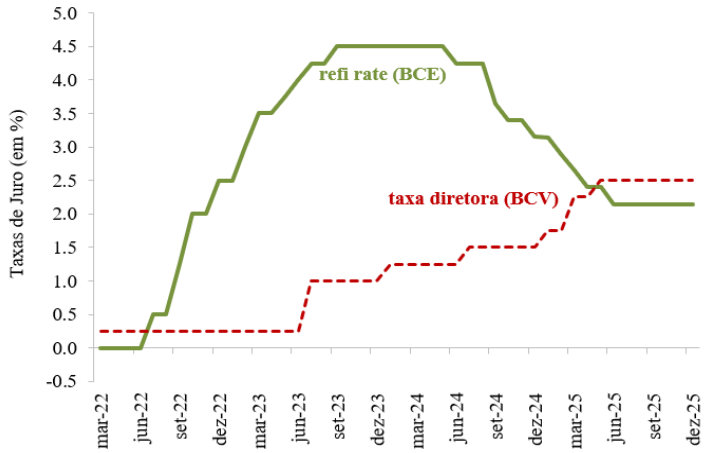
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras

Em 2025, o BCV deu continuidade à normalização da sua política monetária, alterando a estrutura das taxas de juro de referência em três ocasiões, sinalizando o seu pendor restritivo, com o objetivo de reduzir o diferencial entre as taxas de juro nacionais e as da Área do Euro, preservar a credibilidade do regime cambial de *peg* fixo da moeda nacional ao euro e salvaguardar a estabilidade económica e financeira do país.

A primeira alteração, anunciada em dezembro de 2024, mas com efeitos a partir de janeiro de 2025, traduziu-se no aumento de 50 pontos base, elevando a taxa diretora para 2,25 por cento e as taxas de juro indexadas, nomeadamente, as taxas da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez (FPA) e da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) para 1,70 e 2,50 por cento, respetivamente, bem como, a taxa de redesconto para 3,25 por cento. A segunda alteração foi deliberada em fevereiro de 2025, com efeitos a partir de março, consubstanciando-se num aumento de 25 pontos base da taxa diretora para 2,50 por cento e as restantes taxas da FPA, FPC e de redesconto para 1,95, 2,75 e 3,50 por cento, respetivamente. Por fim, em maio de 2025, o banco central alterou a taxa da FPA, aumentando-a em 30 pontos base para 2,25 por cento, mantendo inalteradas as demais taxas de juro. Esta decisão teve como objetivo anular o diferencial existente face à taxa de depósito do Banco Central Europeu (BCE), desincentivando a aplicação de fundos no exterior e estabelecendo um corredor simétrico entre a taxa de cedência e de absorção de liquidez, almejando promover um maior dinamismo no mercado monetário interbancário. Com efeito, no final de dezembro de 2025, a taxa de juro diretora fixou-se em 2,50 por cento, as taxas de FPC e de FPA em 2,75 e 2.25 por cento, respetivamente, e a taxa de redesconto nos 3,50 por cento (Quadro 2).

Figura 5. Diferencial entre a taxa de juro das operações de *refi rate* do BCE e a taxa de juro diretora do BCV



Fonte: BCV.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

O BCE, por seu turno, continuou a afrouxar a sua política monetária em 2025 (iniciada em 2024), com quatro movimentos de corte das taxas de juro de referência ao longo do ano, cada uma, em 25 pontos base. Com isso, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento do BCE, fixou-se, no final de dezembro de 2025, em 2,15 por cento e as taxas de juro de facilidade de cedência de liquidez e de depósito nos 2,40 e 2,00 por cento, respetivamente.

A atuação do BCV conjugada com a do BCE, resultou numa redução gradual do diferencial entre as taxas de juro internas e as praticadas na Área do Euro, conforme ilustra a figura 5, culminando num diferencial favorável para as taxas nacionais a partir de abril de 2025. No final de dezembro de 2025, o diferencial entre a taxa de juro diretora do BCV e a taxa de juro das operações principais de refinanciamento do BCE correspondia a 35 pontos base, favorável à taxa nacional. Relativamente às facilidades permanentes, o diferencial entre as taxas de cedência de liquidez, era igualmente favorável à taxa nacional, em 35 pontos base, enquanto o diferencial entre as taxas de depósito era favorável em 25 pontos base, sinalizando condições monetárias relativamente mais vantajosas no mercado nacional.

Quadro 2. Taxas de Juro de Referência (em percentagem)

Taxas	2023	2024	2025
Taxa Diretora	1.25	2.25	2.50
Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de liquidez	1.50	2.50	2.75
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de liquidez	0.70	1.70	2.25
Taxa de Redesconto	2.25	3.75	3.50

Fonte: BCV.

Com o diferencial entre as taxas de juro do BCV e as da Área do Euro favorecendo às taxas nacionais, assistiu-se a uma inversão da tendência de acumulação das disponibilidades líquidas dos bancos em euros e o reforço das reservas internacionais líquidas do país.

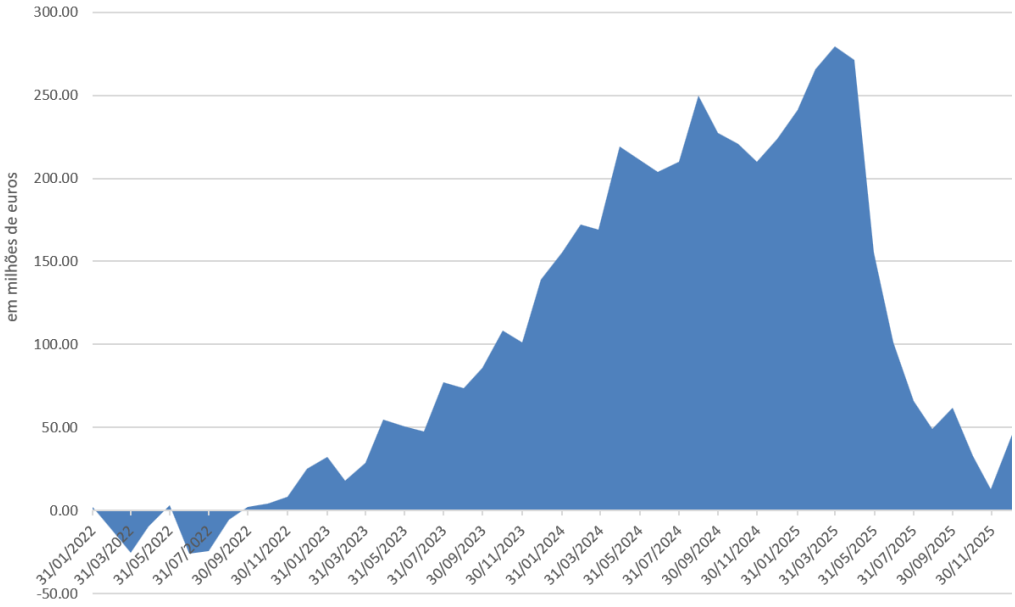
As disponibilidades líquidas em euros dos bancos comerciais apresentaram uma queda de 36,3 por cento, como se pode ver na figura 6, passando de um montante de 2.486,5 milhões de escudos em 2024 para 1.582,9 milhões de escudos em 2025, refletindo, em grande parte, as operações de venda líquida ao banco central. Além disso, as reservas externas apresentaram uma evolução sem precedentes, situando-se acima dos mil milhões de euros, o que proporcionou alguma margem ao BCV na condução da política monetária. As reservas externas atingiram, em finais de 2025, os 1.064,5 milhões de euros, garantindo 8,8 meses das importações de bens e serviços, nível considerado bastante confortável para a preservação do regime cambial de *peg* fixo ao Euro. Por seu turno, a inflação em Cabo Verde manteve-se em nível consistente com a estabilidade de preços.

Relativamente às operações de política monetária, o Banco Central deu continuidade às intervenções através das emissões mensais de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e de Títulos de Regularização Monetária (TRM), com o objetivo de sinalizar a orientação da política mone-

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

tária, absorver parcialmente a liquidez excedentária e assegurar o cumprimento da meta de cobertura das reservas externas pelo *stock* de títulos.

Figura 6. Disponibilidades Líquidas dos Bancos Comerciais em milhões de Euros



Fonte: BCV.

Neste sentido, foram realizados 64 leilões ao longo do ano, sendo 12 leilões de TRM, 4 leilões de TIM Bilateral e 48 leilões de TIM programados, totalizando um montante subscrito de 30.729 milhões de escudos, um aumento significativo face aos 20.911 milhões de escudos emitidos no ano anterior. Os TRM emitidos à taxa diretora com prazo de 14 dias, totalizaram 1.198 milhões de escudos, apresentando uma diminuição de 0,8 por cento face a 2024. Por sua vez, as emissões de TIM programadas, com prazos entre 30 e 365 dias, juntamente com as quatro emissões especiais de TIM Bilateral com prazo de 30 dias, totalizaram 29.531 milhões de escudos, o que corresponde a um aumento de 49,7 por cento face ao ano anterior.

No que se refere às Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez (FPA), os bancos comerciais aplicaram as suas reservas excedentárias no montante agregado de 8.970,9 mil milhões de escudos, o que equivale a um crescimento de 45,2 por cento (mais 2.794,6 mil milhões de escudos) face ao ano anterior. Quanto às Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez (FPC), as operações de cedência de liquidez realizadas no prazo *overnight* registaram um decréscimo de 95,3 por cento, atingindo um total de 700 milhões de escudos.

O *stock* de títulos vivos do Programa de Financiamento a longo prazo (OMF), finalizado em junho de 2023, encerrou o ano de 2025 com um decréscimo de 77,7 por cento, passando de 8.884 milhões de escudos em 2024 para 1.979 milhões de escudos.

No âmbito da supervisão macroprudencial, em 2025, o Banco Central procedeu, no quadro das suas competências, em cumprimento do disposto no Artigo 12º do Aviso n.º 2/2023, de 28 de

dezembro, à classificação das instituições bancárias e à consequente exigência de fundos próprios, de acordo com a sua importância sistémica (bancos domésticos sistemicamente importantes (D-SIBs)). No que se refere à supervisão microprudencial, o Banco Central prosseguiu a modernização do quadro regulatório, através da revisão dos normativos associados ao projeto de *Reporting*, com a emissão de quatro Instruções Técnicas (IT n.º 245 a 248/2025), incidindo sobre matérias críticas, como a monitorização do risco de crédito, o cálculo de provisões regulamentares, os limites à concentração de risco e a avaliação da qualidade do crédito[2].

Dado o pendor restritivo da política monetária, o mercado de crédito apresentou, em 2025, um menor dinamismo, com o crédito à economia e, particularmente, o crédito ao setor privado, a apresentar um crescimento de 5,7 por cento, menos 1,0 ponto percentual face ao crescimento registado no ano anterior (de 6,7 por cento).

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

A oferta monetária, expressa pela evolução do agregado Massa Monetária em sentido lato (M2), cresceu 9,6 por cento em 2025, o que se compara com os 7,5 por cento em 2024. Esta expansão da liquidez no mercado monetário foi determinada pelos aumentos registados nos ativos externos líquidos do banco central, em particular, nas reservas internacionais líquidas do país (em 44,6 por cento) e no crédito interno líquido (em 0,2 por cento), porquanto os ativos externos líquidos dos bancos comerciais contraíram 51,6 por cento.

O desempenho positivo do crédito interno líquido deveu-se, essencialmente, à evolução do crédito à economia. Este, cresceu 4,8 por cento em 2025, apresentando um abrandamento face ao crescimento de 5,6 por cento verificado no ano anterior, que poderá estar associado à moderação da atividade económica nacional, ao ligeiro aumento da taxa de juro média dos empréstimos, bem como aos critérios de aprovação de empréstimos praticados pelos bancos ligeiramente mais restritivos, com impacto na menor procura por crédito pelas empresas e pelos particulares para aquisição de habitação. Por seu turno, o crédito líquido ao setor público administrativo contraiu 23,6 por cento face ao ano anterior, em resultado não só da queda do crédito ao governo central (0,2 por cento) relacionada com a redução no *stock* de emissões de obrigações e bilhetes do Tesouro (0,9 e 18,5 por cento, respetivamente), mas também do aumento expressivo dos depósitos do setor público administrativo (21,2 por cento).

De realçar que, as taxas de juro médias dos empréstimos e dos depósitos aumentaram ligeiramente em 2025. A taxa de juro dos empréstimos, incluindo e excluindo descoberto, aumentou, em média, 0,14 e 0,05 pontos percentuais, fixando-se em 9,20 e 8,54 por cento, respetivamente e, a taxa de juro dos depósitos aumentou, em média, 0,07 pontos percentuais, situando-se em 1,55 por cento.

[2]O projeto de *Reporting* visa o reforço dos mecanismos de recolha, controlo e qualidade da informação reportada pelas instituições supervisionadas.

Quadro 3. Situação Monetária

	2023	2024	2025	2023	2024	2025
	Saldos em milhões de escudos			Taxa de crescimento (em %)		
Posição Externa	85 373	106 316	129 913	17.4	24.5	22.2
Ativos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde	76 093	81 892	118 099	9.4	7.6	44.2
Crédito Interno Líquido	177 560	181 120	181 547	4.4	2.0	0.2
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo	33 486	28 974	22 149	-0.2	-13.5	-23.6
Crédito à Economia	144 074	152 146	159 398	5.5	5.6	4.8
Massa Monetária	235 811	253 465	277 889	6.3	7.5	9.6
Base Monetária	78 392	73 283	104 931	7.5	-6.5	43.2
Memo itens						
Inflação (variação média anual do IPC, %)	3.72	1.05	2.34			
Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real (var. média anual, %)	-2.11	-1.67	N.D			
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde (fim de período, %)	1.25	1.75	2.50			
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	1.00	1.00	1.44			

Fonte: BCV.

Nota bem: Um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza uma perda de competitividade-preço do país e vice-versa. O Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculado deflacionando o Índice da Taxa de Câmbio Efetivo Nominal (TEN), utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros. O TEN está definido como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais da moeda doméstica relativamente à moeda da Área do Euro, Reino Unido e Estados Unidos da América. IPC-Índice de Preços no Consumidor.

Os ativos externos líquidos dos bancos comerciais reduziram em 2025, registando uma inversão na sua tendência de crescimento desde abril de 2025, passando de uma taxa de variação homóloga positiva de 37,8 por cento, com um *stock* de 30.477,9 milhões de escudos, para uma taxa de variação negativa de 51,6 por cento em dezembro de 2025, fixando-se num *stock* de 11.814,1 milhões de escudos. Este comportamento traduziu o efeito das medidas adotadas pelo banco central a partir de maio de 2023, em particular, o aumento das taxas de juro de referência, que conduziu à uma redução gradual do diferencial entre as taxas de juro internas e as da Área do Euro, tornando-o favorável às taxas nacionais, desde abril de 2025, reduzindo assim, as disponibilidades líquidas no exterior, em euros, dos bancos comerciais.

Em termos do passivo, a expansão da oferta monetária em 2025 traduziu a evolução dos passivos monetários e quase monetários. Os passivos monetários aumentaram 13,4 por cento face ao ano anterior, devido aos acréscimos registados nos depósitos à ordem em moeda nacional e na moeda em circulação, em 14,0 e 8,5 por cento, respetivamente. Os passivos quase monetários, por seu turno, registaram um abrandamento, crescendo 5,8 por cento em 2025 (6,7 por cento em 2024), em resultado da moderação dos depósitos a prazo em moeda nacional e dos depósitos de emigrantes, que cresceram, 4,4 e 1,9 por cento, respetivamente (face a 13,1 e 2,3 por cento em 2024). Destaca-se, no entanto, o aumento dos depósitos de poupança e dos depósitos em divisas de residentes, em 13,9 e 28,5 por cento, respetivamente.

Note-se que, os depósitos à ordem cresceram 14 por cento em 2025 (7,8 por cento em 2024), enquanto os depósitos de poupança (incluindo as rubricas depósitos de poupança, depósitos de poupança em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e depósitos de emigrantes) registaram uma desaceleração, aumentando 5,1 por cento em 2025, abaixo dos 6,8 por cento

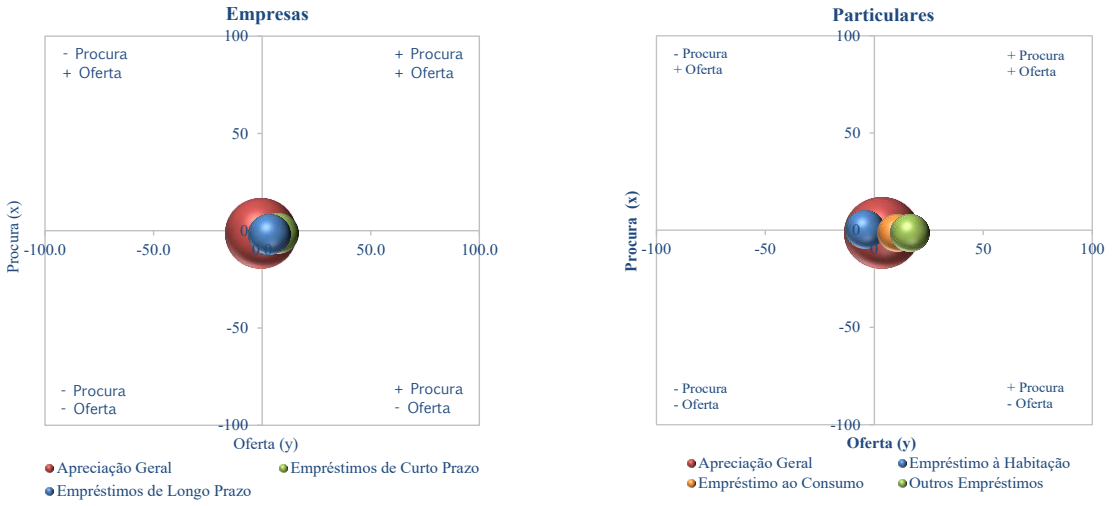
verificado em 2024. A maior necessidade de liquidez imediata pelas famílias e empresas, devido à incerteza económica, à expetativa de aumento das despesas face ao custo de vida, bem como à procura de alternativas de investimento mais rentáveis, poderá explicar o aumento dos depósitos à ordem e o abrandamento dos depósitos a prazo.

A Política de Crédito dos Bancos em 2025

No âmbito da análise dos desenvolvimentos no mercado de crédito, o BCV realiza, trimestralmente, um inquérito qualitativo aos bancos, com o objetivo de obter informações sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados ao longo do ano de 2025, em termos médios globais, registou-se um ligeiro aumento da restritividade dos critérios seguidos pelos bancos na aprovação de empréstimos para as empresas. O nível de incumprimento e a perceção dos riscos associados a empresas sem contabilidade organizada e às perspetivas menos otimistas para setores de atividade específicos justificaram o ligeiro aumento da restritividade dos critérios de aprovação dos empréstimos para as empresas. No entanto, os termos e condições aplicados pelos bancos na aprovação de novos empréstimos para as empresas (*spreads*, comissões e outros encargos, taxas de juro, garantias exigidas,

Índice de Difusão do Sistema Bancário 2025 [3]



Fonte: BCV.

[3] O índice de difusão resulta das respostas dos bancos, ponderadas pela sua quota de mercado, e pode assumir valores entre -100 e 100. Quando o índice assume o valor 0 significa que nenhum dos bancos reportou alterações, quando atinge os valores 50 ou -50 significa que todos os bancos reportaram uma ligeira alteração (favorável ou desfavorável, respetivamente) e quando atinge os valores 100 ou -100 significa que todos os bancos reportaram uma significativa alteração na variável analisada (favorável ou desfavorável, respetivamente). Valores diferentes de -100, -50, 0, 50 e 100 surgem quando as respostas dos bancos não convergem todas num único sentido.
A oferta (critérios de oferta de crédito) é apresentada no eixo dos yy e a procura de crédito no eixo dos xx. Assim, o deslocamento das esferas na horizontal representa as alterações na procura, enquanto o deslocamento das esferas na vertical representa alterações na oferta. O gráfico dispõe de quatro quadrantes que combinam a evolução da oferta e da procura.

entre outros) permaneceram praticamente inalterados. Por seu turno, de acordo com os bancos inquiridos, o recurso a outras fontes de financiamento, nomeadamente a empréstimos de outras instituições bancárias levou, em grande medida, à ligeira diminuição da procura por financiamento por parte das empresas em 2025. Entretanto, a proporção de pedidos de empréstimos das empresas rejeitados na integra pelos bancos aumentou ligeiramente.

Relativamente aos particulares, em 2025, os critérios seguidos pelos bancos na aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente mais restritivos para o crédito ao consumo e outros empréstimos, e ligeiramente menos restritivos para o crédito à habitação. O nível de incumprimento e a maior perceção dos riscos relacionados com a qualidade creditícia dos consumidores/mutuários explicam, em grande medida, o ligeiro aumento da restritividade na aprovação de empréstimos para consumo e outros empréstimos. Por seu turno, a menor perceção dos riscos relacionados com as perspetivas do mercado de habitação contribuiu para a ligeira redução da restritividade na aprovação de empréstimos para aquisição de habitação.

Os termos e condições aplicados pelos bancos na aprovação de novos empréstimos para particulares (*spreads*, garantias exigidas, comissões e outros encargos, entre outros) tornaram-se ligeiramente menos restritivos para o crédito à habitação e crédito ao consumo, e permaneceram praticamente inalterados para outros empréstimos. De acordo com os bancos inquiridos, as pressões exercidas pela concorrência e a menor perceção dos riscos determinaram, em grande medida, a menor restritividade dos termos e condições aplicados na aprovação de novos empréstimos para habitação e para consumo.

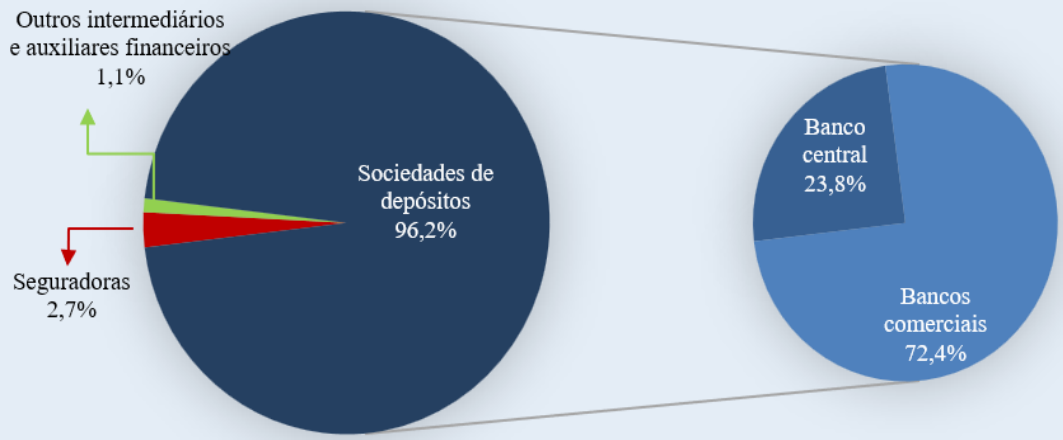
A procura de financiamento pelos particulares diminuiu ligeiramente para o crédito à habitação e aumentou ligeiramente para o crédito ao consumo e outros empréstimos. O recurso a outras fontes de financiamento, nomeadamente a empréstimos de outras instituições bancárias, bem como a maior necessidade de financiamento para despesas de consumo não relacionadas com habitação levou à ligeira diminuição da procura por crédito pelos particulares para aquisição de habitação. Por seu turno, a confiança dos consumidores e a maior necessidade de financiamento para investimento, para despesas de consumo relativas a bens duradouros e para empréstimos garantidos por ativos imobiliários, explicam o ligeiro aumento da procura de crédito pelos particulares para consumo e outros empréstimos.

Ainda, de acordo com os resultados do inquérito, fatores como o emprego no setor formal e condições salariais do cliente contribuíram ligeiramente para aumentar o grau de cumprimento do serviço da dívida pelos particulares. Por outro lado, a proporção de pedidos de empréstimos por particulares rejeitados na integra pelos bancos reduziu ligeiramente para o crédito à habitação e permaneceu praticamente inalterada para o crédito ao consumo e outros empréstimos.

A *Performance* do Sector Financeiro em 2025

De acordo com os dados das contas nacionais publicados pelo INE, em 2025, o valor acrescentado bruto das atividades financeiras e de seguros cresceu 9 por cento (4,5 por cento em 2024), fixando-se nos 18.193,9 milhões de escudos, representando 6,1 por cento do PIB. Esta evolução foi determinada, em grande medida, pelo sector bancário (sociedades de depósitos), tendo em conta o seu peso maioritário no ativo total do sistema financeiro nacional (de 96,2 por cento).

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: BCV.
Nota: a estrutura do sector financeiro nacional foi calculada com base no valor total dos seus ativos em finais de 2025.

Em 2025, o ***sector bancário*** registou uma *performance* favorável. O produto bancário acelerou, crescendo 10,1 por cento, o que se compara com 6,5 por cento em 2024.

Esta evolução do produto bancário refletiu o contributo positivo de ambas as suas componentes. A margem financeira cresceu 9,7 por cento, impulsionado pelo aumento dos juros e proveitos equiparados (em 9 por cento), bem como, pelo crescimento mais contido dos juros e custos equiparados, de 6,3 por cento, inferior aos 13,7 por cento registado no ano anterior. Por seu turno, a margem complementar aumentou 11,9 por cento, invertendo a contração de 2,6 por cento observada em 2024, determinado em grande medida, pelo forte aumento das comissões líquidas (em 31,3 por cento). A atenuar esta evolução, refira-se, no entanto, a redução dos resultados de reavaliação cambial e dos outros resultados de exploração, em 20 e 0,4 por cento, respetivamente.

Apesar da aceleração do produto bancário, o aumento da imparidade de outros ativos líquidos reversíveis/recuperações, dos gastos gerais administrativos (em 9,5 por cento), dos custos com pessoal (em 6,3 por cento) e das amortizações do exercício (em 7,7 por cento) resultou num menor desempenho dos resultados antes de impostos, que cresceu 9 por cento em 2025, quando no ano anterior tinha registado um crescimento de 15,3 por cento. Isto, conjugado com o aumento dos encargos com impostos correntes (em 17,9 por cento) condicionou também, os resultados após impostos, que cresceram 7,8 por cento em 2025, o que se compara com 16,4 por cento em 2024.

A componente principal do ativo dos bancos, o crédito, registou um abrandamento, traduzindo o aumento mais moderado do crédito normal em 4,9 por cento (8,3 por cento em 2024) e a redução do crédito vencido (em 1,8 por cento). Por seu turno, a componente mais relevante do passivo e principal fonte de financiamento dos bancos, os depósitos, registou um crescimento de 12,9 por cento (7,4 por cento em 2024), refletindo sobretudo, o aumento dos depósitos de outros residentes, de outros não residentes, do setor público administrativo e de emigrantes.

Em 2025, os indicadores do sector bancário evidenciaram o reforço da sua robustez financeira e prudencial. O rácio de solvabilidade do setor bancário atingiu os 24,8 por cento em 2025, mais 0,9 pontos percentuais do que em 2024, mantendo-se muito acima do mínimo regulamentar de 12 por cento e a um nível mais elevado desde 2010, o que confirma a sólida capacidade de absorção de perdas do sistema bancário nacional. A qualidade da carteira de crédito registou uma melhoria expressiva, transversal aos principais indicadores. O rácio crédito em risco pelo crédito total reduziu em 4,6 pontos percentuais para os 19,1 por cento, o rácio crédito vencido pelo crédito total caiu 0,3 pontos percentuais para os 5,2 por cento e o rácio crédito em incumprimento pelo crédito total diminuiu 2,8 pontos percentuais para os 5,1 por cento. A cobertura do risco de crédito por provisões e imparidades manteve-se em patamares elevados, situando-se o nível de cobertura do crédito em incumprimento por provisões e por imparidades em, respetivamente, 74 e 90,8 por cento e, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões e por imparidades em, respetivamente, 73,2 e 89,8 por cento.

Apesar de ligeira redução, os rácios de rentabilidade mantiveram-se em níveis elevados, atestando a manutenção de elevados padrões de rendibilidade do setor bancário nacional. A rendibilidade dos ativos (ROA) e dos capitais próprios (ROE), antes impostos, registaram uma ligeira redução de, respetivamente, 0,01 e 0,4 pontos percentuais para os 1,9 e 18,1 por cento. Refletindo um crescimento do produto bancário superior ao aumento dos custos operacionais, o rácio *cost-to-income* reduziu em 1 ponto percentual para os 43,4 por cento, permanecendo abaixo de 50 por cento do produto bancário, o que sinaliza a preservação de um elevado nível de eficiência do setor bancário. Por seu turno, os indicadores de liquidez apontam para níveis elevados e confortáveis de liquidez, com os rácios ativo líquido pelo ativo total e ativo líquido pelos passivos de curto prazo a aumentarem, situando-se em, respetivamente 28,3 e 35,4 cento, acima de 25 por cento, assegurando a continuidade das operações de financiamento do sistema. O rácio de transformação dos depósitos em crédito reduziu para os 52,2 por cento, permanecendo, no entanto, abaixo dos 60 por cento.

O ***mercado de valores mobiliários*** registou, em 2025, um desempenho positivo, com a capitalização bolsista total a crescer 14,6 por cento (12,5 por cento em 2024), fixando-se nos 146.107,5 milhões de escudos (representando cerca de 48,8 por cento do PIB). Esta evolução resultou do aumento da capitalização dos segmentos acionista, obrigacionista e de títulos do Tesouro.

A capitalização do segmento acionista cresceu 47,1 por cento (64,7 por cento em 2024), impulsionada pela valorização das ações cotadas em bolsa, em média, de 41,1 por cento face ao ano anterior. Este desempenho foi sustentado pelas ações de duas sociedades financeiras e duas sociedades não financeiras, motivado pela continuidade da política de distribuição de dividendos, cujo montante total pago aumentou 33,9 por cento para os 3.486,8 milhões de escudos, e pelo crescente interesse dos investidores no mercado acionista.

Principais Indicadores do Setor Financeiro

	Unidades	2023	2024	2025
Sector Bancário				
Produto Bancário	variação em %	9.3	6.3	10.1
Rácio de Solvabilidade	em %	23.8	23.9	24.8
Crédito em Incumprimento	em % do crédito total	7.3	7.9	5.1
Imparidade / Crédito vencido	em %	72.3	91.6	89.8
Rentabilidade dos Ativos (ROA)	em %	1.6	1.7	1.7
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	em %	15.6	16.2	15.6
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	32.7	33.3	35.4
Mercado de Valores Mobiliários				
Emissão no Mercado Primário	em % do PIB	7.4	7.7	11.1
Transações no Mercado Secundário	em % do PIB	0.06	1.09	0.25
Capitalização Bolsista	em % do PIB	44.5	46.1	48.8
Sector Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	15.1	5.0	9.8
Rácio de Solvência	em %	455.1	476.8	669.2
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos ativos representativos	114.1	135.8	132.7

Fonte: BCV.

Crédito em incumprimento definido de acordo com a Instrução Técnica n.º 150/2009 de 28 de dezembro. Dados sujeitos a atualização

A capitalização do segmento obrigacionista (*corporate* e municipal) registou também, um crescimento de 70,3 por cento (9,4 por cento em 2024), que se deveu à emissão de obrigações *corporate* (incluindo sociedades financeiras e não financeiras) no valor de 8.043,6 milhões de escudos (1.373,2 milhões de escudos em 2024), bem como, à emissão de obrigações municipais no valor de 700 milhões de escudos. Em particular, as emissões de obrigações por sociedades não financeiras no valor de 7.043,6 milhões de escudos foram destinadas, sobretudo, ao financiamento de investimentos em infraestruturas públicas, reestruturação financeira e regularização de passivos de empresas dos ramos da construção, de eletricidade e água, da indústria farmacêutica e dos transportes aéreos, todas com participação do Estado no seu capital social. Por seu turno, a capitalização do segmento de títulos do Tesouro (que inclui bilhetes e obrigações do Tesouro e títulos de rendimento de mobilização de capital), que representou 67,9 por cento do total da capitalização bolsista em 2025, registou um aumento mais moderado de 2,1 por cento (5,7 por cento em 2024), com o valor das novas emissões do Estado a crescerem 23 por cento, fixando-se nos 24.557,7 milhões de escudos.

O mercado secundário mantém-se com um dinamismo reduzido. O número de transações diminuiu de 1.370 em 2024 para 436 transações em 2025, correspondendo a um volume total transacionado de apenas 751,6 milhões de escudos (3.027,7 milhões de escudos registado em 2024).

Por fim, o ***setor segurador*** também registou, em 2025, uma evolução favorável face ao ano anterior. O produto segurador, medido pelo valor da carteira de prémios brutos de seguro direto emitidos mais resseguro aceite, aumentou 9,8 por cento em 2025 (5 por cento em 2024). Esta evolução traduziu o desempenho positivo

tanto dos prémios do ramo não vida como dos prémios do ramo vida.

Os prémios do ramo não vida (que representam 81,6 por cento do total da carteira de prémios brutos de seguro direto emitidos mais resseguro aceite) cresceram 6,2 por cento em 2025, apresentando, no entanto, uma moderação face ao ano anterior, em que registou um aumento de 8,9 por cento. Esta evolução mais moderada deveu-se, sobretudo, ao abrandamento dos prémios de seguros dos ramos de acidentes e doenças, automóvel e incêndio e outros danos, que passaram de um crescimento de 18,2, 9,3 e 12,1 por cento em 2024 para 13,3, 6,1 e 5,4 por cento em 2025, bem como à redução dos prémios de seguros do ramo responsabilidade civil geral (em 7 por cento). No entanto, refira-se o aumento dos prémios de seguros do ramo de transportes (em 1 por cento), invertendo a contração registada no ano anterior de 15,7 por cento. Por seu turno, os prémios do ramo vida cresceram 29,1 por cento (-11,9 por cento em 2024), refletindo o aumento dos prémios de seguro de vida em caso de morte (em 31,6 por cento) e dos contratos de investimento e de poupança reforma (em 26,3 por cento).

Relativamente às garantias financeiras das empresas de seguros que operam no mercado nacional, em 2025, o grau de cobertura das provisões técnicas em percentagem dos ativos representativos reduziu em 3,1 pontos percentuais, fixando-se em 132,7 por cento e, o rácio de solvência aumentou em 192,3 pontos percentuais, situando-se em 669,2 por cento, refletindo a evolução positiva da reserva de capital. Este desempenho contribuiu para fortalecer a solidez financeira do setor segurador, reforçando a sua capacidade de resposta a choques inesperados.

Posição de Cabo Verde no Índice de Mercados Financeiros da Absa África

O Índice de Mercados Financeiros da Absa África é produzido pelo OMFIF (*Official Monetary and Financial Institutions Forum*) em colaboração com a *Absa Group Limited*, e avalia o grau de abertura e a atratividade dos mercados financeiros em 29 países africanos, recorrendo a uma análise que combina dados qualitativos e quantitativos. Os países são pontuados numa escala que varia entre 10 e 100, com base em seis (6) pilares, que abrangem mais de 40 indicadores.

O *Pilar 1 - Profundidade do Mercado*, é composto pelos indicadores: dimensão do mercado, sua liquidez, diversidade dos produtos financeiros, profundidade do mercado secundário de obrigações (presença de *market makers)* e existência de um sistema de *dealers* primários;

O *Pilar 2 - Acesso ao Mercado Cambial Estrangeiro*, é composto pelos indicadores: nível adequado de reservas internacionais, liquidez do mercado cambial, presença de restrições aos fluxos de capitais e consistência e transparência na divulgação da taxa de câmbio oficial;

O *Pilar 3 - Transparência do Mercado e do Ambiente Fiscal e Regulatório*, composto pelos indicadores: regulação orientada para a estabilidade financeira, normas de relatórios corporativos e governança, ambiente fiscal, disponibilidade de informações financeiras, existência de agências de *rating* e iniciativas de regulação e emissão de produtos financeiros sustentáveis;

O *Pilar 4 - Capacidade dos Investidores Locais*, composto pelos indicadores: desenvolvimento dos fundos de pensões, com base no volume de ativos e na sua alocação em ações e obrigações cotadas, ponderados pela liquidez do mercado;

O *Pilar 5 - Ambiente Macroeconómico e Transparência*, composto pelos indicadores: taxa de crescimento do PIB, inflação, créditos com imparidade em percentagem do crédito total, dívida externa, frequência de publicação dos dados macroeconómicos, transparência do Comité de Política Monetária e a publicação do orçamento do estado;

O *Pilar 6 - Normas legais e a sua Aplicabilidade*, composto pelos indicadores: eficácia da aplicação das normas legais, a exigibilidade das posições de compensação e garantias e o alinhamento com padrões legais internacionais.

De acordo com o mais recente Relatório do *Absa África Financial Markets Index* de 2025, Cabo Verde caiu uma posição, ocupando a 16ª posição (com 45 pontos) em um *ranking* composto por 29 países africanos. Em relação aos pilares avaliados, Cabo Verde obteve a melhor classificação no pilar 2 - Acesso ao mercado cambial estrangeiro, alcançando o 8º lugar no *ranking* (com 60 pontos). Em seguida, destacou-se no pilar 4 – Capacidade dos investidores locais e pilar 1 – Profundidade do mercado, ocupando a 10ª e 15ª posição (com 27 e 34 pontos, respetivamente). No pilar 6 – Normas legais e sua aplicabilidade, Cabo Verde alcançou a 17ª posição (com 25 pontos) e no pilar 3 - Transparência do mercado e do ambiente fiscal e regulatório, o país ficou na 20ª posição (com 55 pontos). No entanto, no pilar 5 - Ambiente macroeconómico e transparência, Cabo Verde registou a pior qualificação no *ranking*, ficando na 26ª posição entre os 29 países avaliados (com 64 pontos).

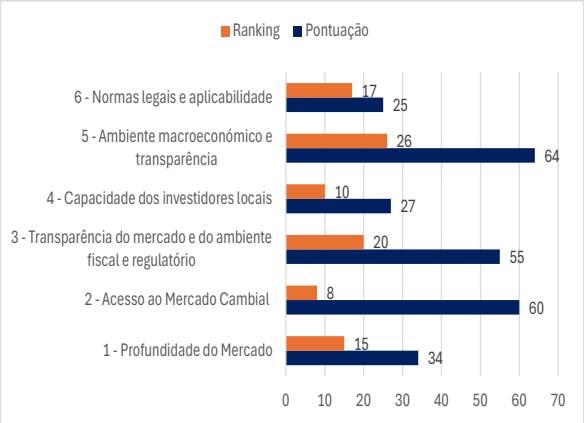
Em termos gerais e em comparação com os resultados do Relatório do *Absa África Financial Markets Index* do ano anterior, podemos observar que Cabo Verde baixou a sua posição nos pilares 1 - Profun-

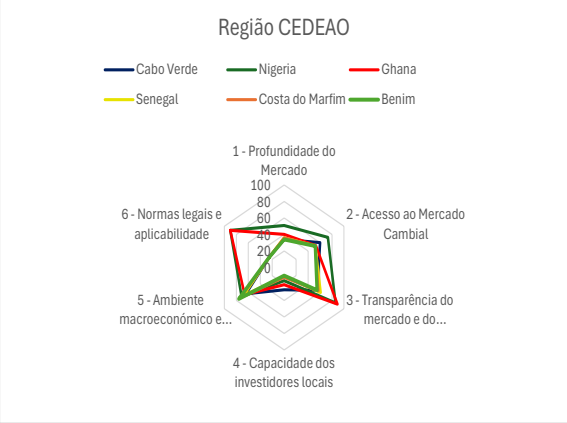
didade do mercado e 6 - Normas legais e sua aplicabilidade em 4 e 3 lugares respetivamente, mas melhorou ligeiramente em um lugar, nos pilares 2 - Acesso ao mercado cambial estrangeiro, 4 - Capacidade dos investidores locais e 5 - Ambiente macroeconómico e transparência.

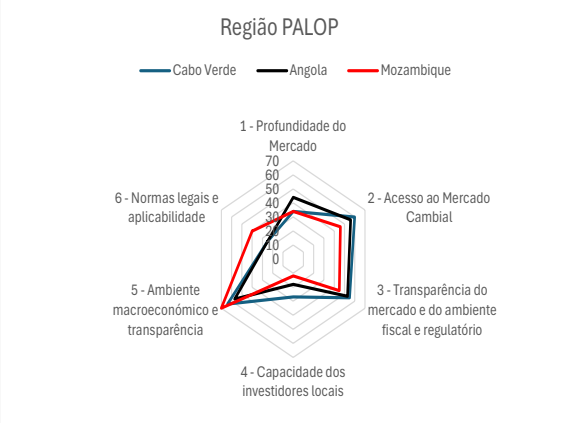
Fazendo uma comparação com os países da região da CEDEAO, que fazem parte deste índice, Cabo Verde continua a ocupar a 3ª posição (com 45 pontos), atrás de Gana na 2ª posição (com 60 pontos) e da Nigéria na 1ª posição (com 65 pontos); no entanto, está à frente da Costa do Marfim, do Senegal e do Benim (todos com 42 pontos), destacando-se nesse grupo no pilar 4 - Capacidade dos investidores locais.

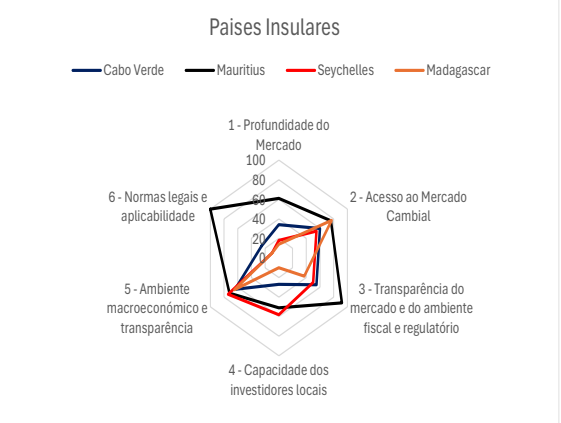
A nível dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Cabo Verde está à frente de Moçambique e de Angola, ambos com 41 pontos, os únicos países representantes dos PALOP neste índice, destacando-se neste grupo nos pilares 2 - Acesso ao mercado cambial estrangeiro, 3 - Transparência do mercado e do ambiente fiscal e regulatório e 4 - Capacidade dos investidores locais.

Entre os países insulares incluídos no índice, Cabo Verde é superado pelas Ilhas Maurícias (com 76 pontos), mas está à frente de Seychelles (com 44 pontos) e Madagáscar (com 36 pontos). De realçar que, Cabo Verde supera Seicheles em quase todos os pilares, com exceção dos pilares 4 - Capacidade dos investidores locais e 5 - Ambiente macroeconómico e transparência. Supera também Madagáscar em quase todos os pilares, com exceção dos pilares 2 - Acesso ao mercado cambial e 5 - Ambiente macroeconómico e transparência.









2.2. Política e Situação Orçamental

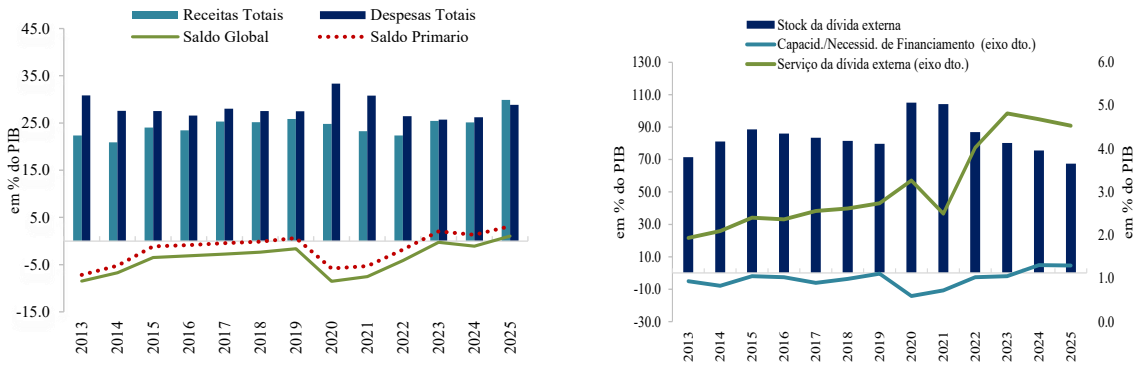
O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2025 foi elaborado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), dando continuidade à realização das metas dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este orçamento definiu como principais objetivos: (i) introduzir as reformas e as políticas estruturais com vista ao reforço da resiliência face a choques externos (incluindo as alterações climáticas) e o estimulo do crescimento sustentável, duradouro e inclusivo, (ii) primar pela disciplina orçamental, mantendo a trajetória descendente do défice, por forma a garantir a estabilidade macroeconómica, e (ii) priorizar o investimento, o emprego e a inclusão como os principais pilares de intervenção.

O OGE para 2025 teve como principais linhas prioritárias: (i) o desenvolvimento do capital humano (promoção do emprego, formação e estágios profissionais, inserção profissional de jovens); (ii) a melhoria da conectividade interna e internacional (promoção de companhias aéreas *low cost,* criação de novas rotas para apoiar o turismo e o crescimento económico); (iii) o reforço do papel do turismo como motor do crescimento económico de Cabo Verde; (iv) a promoção da inclusão social (tarifa social de eletricidade e água, apoio integrado à família e à inclusão das pessoas com necessidades especiais, ação social escolar, habitação social); (v) aceleração da diversificação da economia; (vi) aceleração da transição energética, climática e digital (ação climática e resiliência, melhoria da eficiência energética e promoção da mobilidade elétrica em Cabo Verde); (vii) esforços no desenvolvimento de infraestruturas modernas e seguras, (viii) transparência e fiabilidade orçamental (portal e lei de transparência das finanças públicas, operacionalização da *E-procurement*, sistema de gestão da dívida pública, transformação digital dos serviços consulares), (ix) reforço da integração regional, com a reinstalação da Missão Permanente de Cabo Verde junto à União Africana, e a implementação dos acordos no âmbito da comunidade, designadamente os marítimos, de mercado único de transportes aéreos africanos.

Neste contexto, o orçamento para 2025 perspetivou diversas medidas de política, de entre as quais, destaca-se: (i) a revisão do sistema tributário nacional através da racionalização dos benefícios fiscais, a revisão do código do IVA, dos códigos de impostos sobre rendimentos e do código aduaneiro, bem como do REMPE com o intuito de introduzir melhorias substanciais da eficiência e eficácia tributárias e organizacionais, (ii) a modernização da tributação aduaneira por meio da reforma em sede do código aduaneiro, alinhando-o às melhores práticas internacionais, mas também a revisão de todo o processo da tramitação aduaneira, (iii) o reforço da tributação ambiental e de saúde, nomeadamente, sobre os produtos nocivos tanto à saúde como ao ambiente (os produtos salgados, engordurados, açucarados, tabaco, bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos, entre outros), (iv) a eficiência na aquisição de bens e serviços através da racionalização da rubrica deslocação e estadas, das despesas com as viagens, gastos com ajudas de custo, optando sempre que possível pela utilização das novas tecnologias e plataformas de comunicação, (v) a redução dos custos com combustível e lubrificantes com a introdução de

veículos elétricos no parque automóvel do Estado e uso da energia solar nos edifícios públicos, por forma a reduzir os encargos com as faturas da energia elétrica, e (vi) a otimização da gestão do património imobiliário, incluindo uso mais eficiente de espaço e eliminação de arrendamentos onerosos. Perspetivou ainda, algumas medidas de carácter fiscal, de entre as quais, destaca-se: (i) o aumento da remuneração mínima mensal garantida devida aos funcionários e trabalhadores da administração pública para 19.000 escudos; (ii) a fixação do valor da retribuição mínima mensal garantida devida aos trabalhadores por conta de outrem, desde que sujeitos ao período normal de trabalho, em 17.000 escudos; (iii) o aumento da taxa sobre o tabaco e a introdução da taxa específica sobre o álcool devida nas importações; (iv) a implementação do imposto sobre o consumo especial na produção local de bebidas alcoólicas e de uma taxa de carbono tendente a financiar exclusivamente ações de mitigação e adaptação dos efeitos das alterações climáticas; (v) a atualização dos salários e implementação dos respetivos Planos de Carreiras, Funções e Remunerações do pessoal docente, médico e enfermagem, bem como a atualização do salário dos magistrados dentro do limite da disponibilidade orçamental prevista.

Figura 7. *Performance* das Contas Públicas

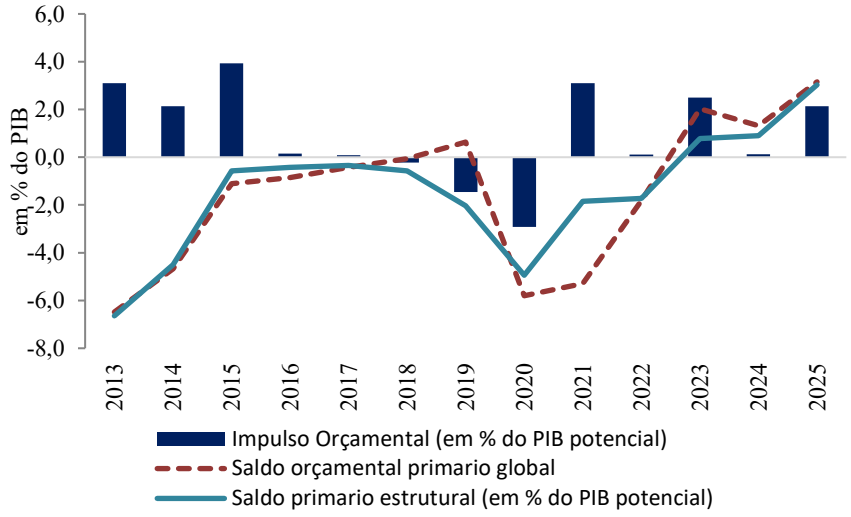


Fonte: Ministério das Finanças e BCV.

A execução do OGE de 2025 consubstanciou-se num quadro orçamental favorável quando comparado com o ano anterior. Com efeito, em 2025, as contas públicas registaram um *superavit* de 3.180,1 milhões de escudos (1,1 por cento do PIB), o que se compara com um défice de 2.961,5 milhões de escudos observado no ano anterior. Esta situação orçamental ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento das receitas públicas.

O *superavit* global e a redução das despesas com os juros da dívida (em 5 por cento) refletiu-se no aumento do saldo global primário, fixando-se nos 9.440,6 milhões de escudos (3,2 por cento do PIB), quando no ano anterior, fixava-se nos 3.626,1 milhões de escudos (1,3 por cento do PIB).

Figura 8. Saldos Primário Global e Estrutural e Impulso Orçamental



Fonte: Ministério das Finanças e BCV.

O saldo global primário foi, positivamente, influenciado pelo ciclo económico e pelas medidas temporárias adotadas pelo governo, em 0,1 pontos percentuais do PIB potencial, respetivamente. O saldo primário estrutural, ou seja, o saldo global primário excluindo o impacto do ciclo económico e das medidas temporárias situou-se, em 2025, nos 8.985 milhões de escudos, representando 3 por cento do PIB potencial. O impulso orçamental, que corresponde à variação do saldo primário estrutural, foi positivo, em 2,1 pontos percentuais do PIB potencial, o que indicia que a orientação da política orçamental, em 2025, foi restritiva.

Receitas e Despesas Públicas

As receitas públicas aumentaram 28,7 por cento, fixando-se em 89.457,5 milhões de escudos em finais de 2025, representando 29,9 por cento do PIB. Esta evolução deveu-se ao aumento das receitas fiscais e das outras receitas.

As receitas fiscais, que detêm o maior peso no total das receitas (cerca de 74 por cento), cresceram 17 por cento em 2025, situando-se nos 66.136 milhões de escudos (22,1 por cento do PIB), traduzindo o crescimento moderado da atividade económica nacional, a introdução da taxa específica sobre o álcool, o agravamento da taxa sobre o tabaco, a cobrança de dívidas negociadas em prestações e o aumento do número de contribuintes. Esta evolução resultou dos aumentos registados na arrecadação dos principais impostos, nomeadamente, dos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas (22 por cento), sobre o valor acrescentado (16,3 por cento), sobre o consumo, incluindo a taxa de tabaco e a taxa específica sobre o álcool (27,6 por cento) e sobre as transações internacionais (9,9 por cento).

As outras receitas registaram um acréscimo de 124,5 por cento, em resultado do aumento dos rendimentos de propriedade (em 642,9 por cento), provenientes sobretudo, de dividendos e das

rendas de concessões aeroportuárias, bem como das vendas de bens e serviços decorrentes da cobrança de taxas na prestação de serviços (em 5,1 por cento). No entanto, as transferências (em donativos) diminuíram 21,1 por cento, fixando-se em 3.090,6 milhões de escudos, refletindo a redução das transferências de governos estrangeiros, em particular, dos donativos na modalidade de ajuda a projetos diretos e da ajuda orçamental.

Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais

	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	64 824	69 525	89 457	100.9	90.2	97.7	25.4	25.1	29.9
Receitas Fiscais	49 699	56 544	66 136	112.1	102.3	111.5	19.5	20.4	22.1
Donativos	3 461	3 919	3 091	57.6	61.1	52.0	1.4	1.4	1.0
Outras Receitas	11 590	8 967	20 134	83.9	58.6	76.7	4.5	3.2	6.7
Despesas Correntes	61 098	65 888	73 175	92.4	88.5	89.9	24.0	23.8	24.5
Despesas com Pessoal	22 358	22 627	25 377	91.0	83.5	87.0	8.8	8.2	8.5
Aquisição de Bens e Serviços	11 971	13 053	15 202	81.1	76.6	79.5	4.7	4.7	5.1
Juros da Dívida	5 867	6 588	6 260	99.8	105.6	101.4	2.3	2.4	2.1
Ativos não Financeiros	4 434	6 598	13 102	39.7	61.2	83.6	1.7	2.4	4.4
Programa de Investimento	3 488	5 229	6 153	34.8	55.2	64.3	1.4	1.9	2.1
Saldo Global incluindo Donativos	-708	-2 962	3 180				-0.3	-1.1	1.1
Saldo Global excluindo Donativos	-4 169	-6 881	89				-1.6	-2.5	0.0
Saldo Primário incluindo Donativos	5 159	3 626	9 441				2.0	1.3	3.2
Saldo Global Estrutural (incl. Don)*	-3 917	-4 102	2 793				-1.5	-1.4	0.9
Saldo Primário Estrutural (incl. Don)*	1 950	2 486	9 053				0.8	1.0	3.0
Dívida Pública	298 085	309 352	302 488				116.9	111.8	101.1

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística.Cálculos do BCV

* em percentagem do PIB potencial

As despesas públicas cresceram 19 por cento para os 86.277,3 milhões de escudos (28,8 por cento do PIB) em finais de 2025, traduzindo a evolução das despesas correntes e das despesas com ativos não financeiros.

As despesas correntes, com maior peso no total das despesas (84,8 por cento), fixaram-se nos 73.175 milhões de escudos, em finais de 2025, registando um crescimento de 11,1 por cento. Este desempenho resultou do aumento dos gastos com: (i) pessoal (12,2 por cento), relacionado com novas contratações; (ii) aquisição de bens e serviços (16,5 por cento), incluindo assistência técnica de residentes e não residentes no âmbito de diversos projetos; (iii) transferências correntes (30,6 por cento), sobretudo, para os municípios, para fazer face à situação de calamidade em São Vicente, com medidas emergenciais e de recuperação de infraestruturas, bem como para projetos associados a medidas emergenciais no setor da água e saneamento nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal; e (iv) subsídios (5,6 por cento), no âmbito do pagamento da indemnização compensatória através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento de Transportes Marítimos, como resultado da taxa de ocupação de passageiros nas viagens inter-ilhas.

Entretanto, destaca-se a redução dos pagamentos dos juros da dívida (5,0 por cento) e o abrandamento dos gastos com os benefícios sociais e as outras despesas correntes, que cresceram 2,5 e 8,9 por cento, respetivamente (face aos 10,8 e 38,4 por cento registados no ano anterior). As

reduções que se registaram nos gastos com outros benefícios sociais em numerário e pensões de reserva e do regime não contributivo, bem como, com as indemnizações e as bonificações de juros, estiveram na origem da evolução mais moderada dos benefícios sociais e das outras despesas correntes.

Por seu turno, as despesas com ativos não financeiros cresceram 98,6 por cento em 2025, situando-se nos 13.102,3 milhões de escudos (4,4 por cento do PIB), em resultado do acréscimo das despesas com a compra de ativos não financeiros, em particular com a execução do programa de investimentos públicos e com "Outras construções - aquisições", bem como da redução das vendas de ativos não financeiros (em 56,8 por cento). Em particular, as despesas com a execução do Programa de Investimentos Públicos fixaram-se nos 6.153,3 milhões de escudos (2,1 por cento do PIB), apresentando uma taxa de execução de 64,3 por cento face ao programado no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025. Do montante executado do programa de investimentos públicos, grande parte foi canalizado para os programas "Gestão e Administração Geral", "Desenvolvimento do capital humano", "Proteção social", "Reforço da segurança nacional" e "Habitação, desenvolvimento urbano e gestão do território".

A necessidade de financiamento do Estado determinou um menor recurso ao endividamento. O endividamento interno líquido (junto dos bancos e outros credores nacionais) foi negativo no montante de 1.515,1 milhões de escudos e o endividamento externo líquido (junto de credores externos) reduziu para os 956,6 milhões de escudos (1.200,3 milhões no ano anterior). Com efeito, de acordo com dados do Ministério das Finanças, o *stock* da dívida pública diminuiu 1,8 por cento, situando-se em 302,5 mil milhões de escudos, representando 101,1 por cento do PIB. Em particular, o *stock* da dívida interna abrandou, crescendo 1,8 por cento (6,1 por cento no ano anterior), situando-se em 100,9 mil milhões de escudos (33,7 por cento do PIB), enquanto o *stock* da dívida externa caiu 3,5 por cento, para 201,6 mil milhões de escudos (67,4 por cento do PIB).

A carteira da dívida externa do Estado (Governo central) continuou constituída por responsabilidades com elevado grau de concessionalidade, contratadas maioritariamente junto a credores externos multilaterais e bilaterais, representando 58,1 por cento do PIB, e com prazos de vencimentos de médio e longo prazo. Por seu turno, a dívida interna do Governo central, foi constituída maioritariamente junto dos bancos comerciais, representando 21,8 por cento do PIB, com vencimentos a curto, médio e longo prazo. A dívida interna de curto prazo do Governo central, constituída junto dos bancos e outros credores residentes no país, foi pouco expressiva, representando 2,9 por cento do PIB a 31 de dezembro de 2025 (3,3 por cento do PIB a 31 de dezembro de 2024).

O *stock* total da dívida do setor público administrativo (incluindo a dívida do governo central e os passivos contingentes) a 31 de dezembro de 2025, registou uma redução de 7,3 mil milhões de escudos, fixando-se em 346,2 mil milhões de escudos, representando 115,7 por cento do PIB (o que se compara com 127,8 por cento a 31 de dezembro de 2024).

Quadro 5. Caracterização da Dívida do Estado (Governo Central)

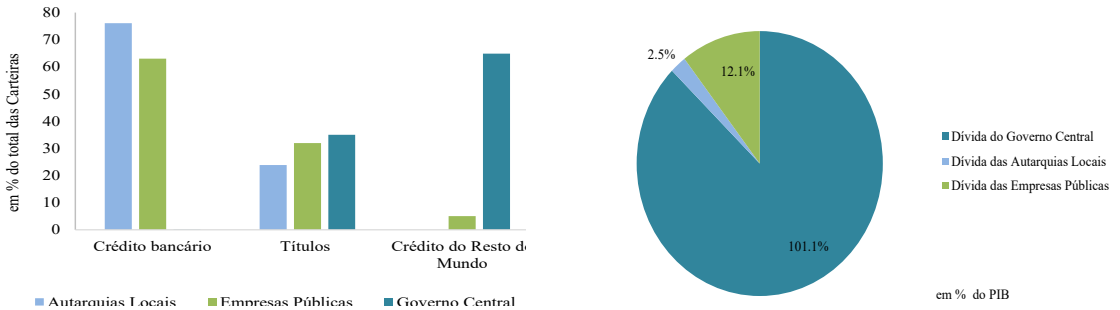
	2023	2024	2025
	em milhões de CVE		
Dívida Interna	**100 930**	**107 117**	**108 947**
Bancos Comerciais	65 348	66 387	65 230
Outros Sectores	35 582	40 731	43 716
Dívida Externa	**204 656**	**208 942**	**201 612**
Multilaterais	120 441	129 811	128 549
Bilaterais	37 869	35 533	32 188
Comerciais	46 347	43 598	40 875
	em percentagem do PIB		
Dívida Interna	**39.6**	**38.7**	**36.4**
Bancos Comerciais	25.6	24.0	21.8
Outros Sectores	14.0	14.7	14.6
Dívida Externa	**80.3**	**75.5**	**72.9**
Multilaterais	47.2	46.9	46.5
Bilaterais	14.9	12.8	11.6
Comerciais	18.2	15.8	14.8

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do BCV e FMI.

Os passivos contingentes do Estado (que inclui o *stock* da dívida das empresas públicas e das autarquias locais) evidenciaram uma ligeira redução de 1 por cento, situando-se nos 43.748,3 milhões de escudos a 31 de dezembro de 2025, representando 14,6 por cento do PIB (16 por cento a 31 de dezembro de 2024). Esta evolução deveu-se à contração do *stock* da dívida das empresas públicas e ao abrandamento registado no *stock* da dívida das autarquias locais.

O *stock* da dívida das empresas públicas, no final de 2025, reduziu-se em 2,4 por cento, fixando-se nos 36.280,9 milhões de escudos (12,1 por cento do PIB), devido aos decréscimos registados nos empréstimos junto do sistema bancário (em 18,8 por cento) e do resto do mundo (em 2,7 por cento). No entanto, destaca-se o aumento expressivo das emissões de dívida titulada (obrigações) junto dos bancos (em 63,3 por cento), associado sobretudo, à novas emissões por parte de três empresas nas áreas de transportes, infraestruturas públicas e produtos farmacêuticos. A maioria das responsabilidades financeiras das empresas públicas continuou a ser constituída junto dos bancos nacionais, quer sob a forma de empréstimos (7,6 por cento do PIB), quer sob a forma de emissões obrigacionistas (3,9 por cento do PIB).

Figura 9. Stock da Dívida do Sector Público Administrativo em 2025



Fonte: Ministério das Finanças e BCV.

Por seu turno, o *stock* da dívida das autarquias locais abrandou, passando de um crescimento de 7,2 por cento no final de 2024 para 6,3 por cento no final de 2025, situando-se nos 7.467,4 milhões de escudos, representando 2,5 por cento do PIB. Este desempenho resultou, essencialmente, da moderação registada nos empréstimos junto do sistema bancário nacional, que aumentaram 1,6 por cento no final de 2025, abaixo do crescimento de 16,7 por cento verificado no final de 2024. Entretanto, invertendo a tendência de redução registada no final do ano anterior (de 18,7 por cento), a emissão de dívida titulada (obrigações) junto da banca, cresceu 24,9 por cento, em resultado, em grande medida, de uma nova emissão por parte de uma das câmaras municipais do país. Em geral, as autarquias locais continuaram a financiar-se junto ao sistema bancário nacional, tanto através da contratação de empréstimos (1,9 por cento do PIB) como da emissão de dívida titulada (0,6 por cento do PIB).

Capítulo 3. Oferta e Procura

A atividade económica nacional registou, em 2025, uma evolução menos favorável face ao ano anterior, num contexto de abrandamento do rendimento disponível real das famílias associado ao menor ritmo de crescimento das prestações sociais e das outras transferências correntes líquidas face ao ano anterior e ao aumento da inflação, bem como de moderação da procura externa turística no país. Com efeito, de acordo com as estimativas trimestrais das contas nacionais do INE, o PIB em volume abrandou, crescendo 6,3 por cento em 2025, o que se compara com 7 por cento registado em 2024.

Do lado da oferta, o abrandamento da economia nacional em 2025 foi determinado, principalmente, pela contração da atividade do setor de "Comércio e reparação" (em 1,8 por cento) e pelas desacelerações registadas na atividade dos setores de "Alojamento e restauração", "Agricultura, pecuária e silvicultura" e "Indústria transformadora", que cresceram respetivamente, 5,8, 1,9 e 6,2 por cento em 2025, face a 24,4, 10,9 e 7,7 por cento no ano anterior. Estes desempenhos refletiram a evolução da produção e do volume de negócios nestes setores.

Quadro 6. PIB na Ótica da Oferta e da Procura

	2023	2024E	2025E	2023	2024E	2025E
	Taxas de crescimento em volume (em %)			Contributos para o PIB em volume (em pp)		
Agricultura, Pesca e Pecuária e outros	-2.7	7.5	1.2	-0.1	0.3	0.1
Indústrias Extrativas	-27.6	0.0	13.3	-0.1	0.0	0.0
Indústrias Transformadoras	10.3	7.7	6.2	0.5	0.4	0.3
Eletricidade e Água	-4.3	1.1	0.0	-0.1	0.0	0.0
Construção	-2.0	-0.4	11.8	-0.1	0.0	0.4
Serviços	4.3	7.1	6.3	3.3	5.0	4.2
Impostos Líquidos de Subsídios sobre Produtos	8.9	8.2	8.5	1.3	1.2	1.3
Consumo Privado	0.2	8.6	2.9	0.1	6.2	2.1
Consumo Público	5.2	5.3	9.2	1.2	1.2	2.0
Investimento	0.9	-5.4	13.1	0.2	-1.2	2.1
Exportações	5.9	8.5	4.1	2.3	3.4	1.8
Importações	-1.7	4.7	3.2	-1.0	2.6	1.7
Produto Interno Bruto	**4.8**	**7.0**	**6.3**	**4.8**	**7.0**	**6.3**

Fonte: INE e Cálculos do BCV
Ano Base = 2015

De acordo com os dados do INE, em termos de valor, o volume de negócios nos setores de comércio e de alojamento e restauração abrandou, crescendo, respetivamente, 0,6 e 6 por cento em 2025, inferior aos crescimentos de 4,5 e 22,9 por cento registados no ano anterior. Por outro lado, o índice de volume de negócios na indústria transformadora caiu 3,5 por cento em 2025, face a um aumento de 10,9 por cento em 2024. A produção agrícola, de acordo com estimativas do Ministério da Agricultura, deverá também ter contraído 0,7 por cento em 2025, quando no ano anterior tinha crescido 12,3 por cento.

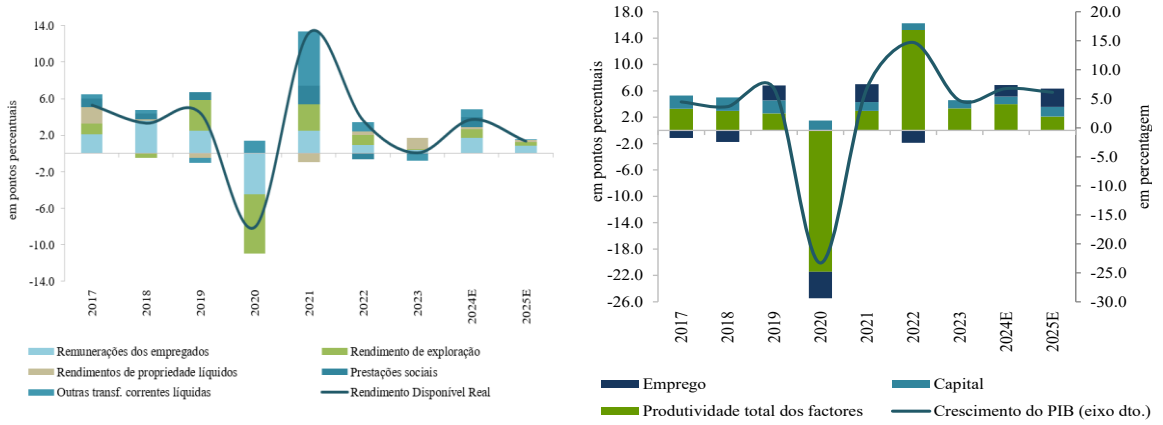
Entretanto, a contribuir positivamente para a evolução da atividade económica em 2025, destaca-se a recuperação da atividade do setor da "Construção" que, após um decréscimo de 0,4 por cento no ano anterior, cresceu 11,8 por cento em 2025, bem como o aumento da atividade do setor da "Administração pública e Segurança Social" (em 6,9 por cento) e dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período (em 8,5 por cento).

Do lado da procura, o abrandamento da economia nacional foi impulsionado, essencialmente, pelo menor contributo da procura externa líquida.

A procura externa líquida registou uma deterioração face ao ano anterior, em resultado do abrandamento das exportações de bens e serviços, que cresceram 4,1 por cento, inferior aos 8,5 por cento registados no ano anterior. Isto, apesar da moderação que se registou nas importações de bens e serviços, que aumentaram 3,2 por cento, face aos 4,7 por cento observados no ano anterior, associado essencialmente, ao forte abrandamento das importações de serviços.

A procura interna manteve o seu dinamismo, crescendo 5,9 por cento em 2025 (5,2 por cento em 2024), refletindo o aumento, embora moderado, do consumo e a recuperação do investimento.

Figura 10. Rendimento Disponível dos Particulares & Contributos da PTF, do Capital e do Trabalho no Crescimento do PIB



Fonte: INE e Cálculos do BCV
E – Estimativas do INE.

Apesar da melhoria da confiança dos consumidores, o consumo privado cresceu 2,9 por cento, abaixo dos 8,6 por cento observados em 2024, o que pode ser justificado pelo abrandamento do rendimento disponível real das famílias associado ao crescimento mais moderado das remunerações dos empregados, do rendimento de exploração e das prestações sociais e outras transferências correntes líquidas, bem como ao aumento da inflação. Por seu turno, o consumo público aumentou 9,2 por cento (5,3 por cento em 2024), em resultado dos gastos da administração pública central com pessoal, aquisição de bens e serviços e pagamento de pensões do regime contributivo. O investimento, após uma queda de 5,4 por cento no ano anterior, registou uma recuperação em 2025, crescendo 13,1 por cento, em grande parte devido ao aumento do investimento público. Destaca-se, neste contexto, a aquisição de uma aeronave destinada às Forças Armadas. Apesar do dinamismo da procura e da melhoria do clima económico, o investimento privado (empresarial e residencial) deverá ter crescido mais moderadamente, num contexto de condições de financiamento ainda restritivas.

Ainda que os contributos do emprego e do capital tenham aumentado, foi determinante para o abrandamento da economia nacional em 2025, o menor contributo da produtividade total dos fatores (PTF), indicador que reflete o progresso tecnológico e os ganhos nos níveis de eficiência. Com efeito, o nível da PTF permaneceu baixo, continuando a condicionar o potencial de crescimento da economia.[4]

[4] De notar ainda que, de acordo com estimativas, em 2025, o PIB per capita, um proxy do bem-estar da população, situou-se nos cerca de 4.893 USD e, o PIB per capita medido em termos de Paridade de Poder de Compra nos 10.384 USD. O PIB *per capita* medido em termos da paridade do poder de compra é o PIB convertido em dólares, utilizando um fator de conversão em paridade de poder de compra (calculado e divulgado pelo Fundo Monetário Internacional no seu *World Economic Outlook*) e dividido pela população total.

A Atividade Turística em 2025

Refletindo uma conjuntura económica externa marcada por um crescimento modesto nos principais países emissores de turistas, a atividade turística nacional registou, em 2025, um crescimento mais brando face ao ano anterior. A procura turística internacional, medida em termos de entrada de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros do país, evidenciou um abrandamento, crescendo 6,7 por cento (16,1 por cento em 2024), fixando-se nos 1.192.272 turistas internacionais, 75.322 mil turistas a mais que o ano anterior. Ainda assim, a *performance* do sector turístico nacional superou o desempenho mundial do sector.

De acordo com a *World Tourism Organization* (WTO), estima-se que a atividade turística global, medida pelo número de turistas internacionais (visitantes que pernoitaram), tenha desacelerado, atingindo, em 2025, os 1.523 milhões de turistas, apresentando um aumento de 4 por cento, menos expressivo que o registado no ano anterior, de 10,8 por cento. Estes números refletem um retorno às tendências de crescimento pré-pandemia, aproximando-se do crescimento médio anual de 5 por cento entre 2009 e 2019. Os resultados foram impulsionados pela forte procura por viagens, pelo sólido desempenho dos principais mercados emissores e pela recuperação contínua dos destinos na Asia e no Pacifico, apesar da alta inflação nos serviços turísticos e da incerteza decorrente das tensões geopolíticas. O aumento da conectividade aérea e a facilitação de vistos também contribuíram para o crescimento das viagens internacionais em 2025.

Principais Indicadores do Turismo

	2023	2024	2025	Taxas de Variação (em %)		
				2023	2024	2025
Entrada de Turistas Int. nos Estabelec. Hoteleiros	961 929	1 116 950	1 192 272	22.5	16.1	6.7
Nº de Dormidas de Turistas Internacionais	5 022 713	5 507 704	5 973 074	27.3	9.7	8.4
Receitas Brutas de Viagens internac. (milhões de CVE)	55 081	66 002	71 937	30.2	19.8	9.0
Receitas Brutas de Viagens internac./ dormida por dia em CVE	10 966	11 984	12 044	2.2	9.3	0.5
Tx. Ocupação dos Estabelec. Hoteleiros	52%	60%	72%	-----	-----	-----
Duração da Estadia (n.º de noites)	5.0	4.6	4.8	4.2	-8.0	5.3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Notas: * A preços do ano anterior.

Os resultados da atividade turística variam entre regiões, sub-regiões e destinos. A Europa, a maior região turística do mundo, registou 793 milhões de turistas internacionais em 2025, um aumento de 4 por cento em relação a 2024 e 6 por cento face a 2019. A Europa Ocidental e o sul da Europa Mediterrânea apresentaram um desempenho robusto. A Europa Central e Oriental recuperou-se fortemente, embora as chegadas ainda estejam 9 por cento abaixo dos níveis de 2019. As chegadas à Ásia e ao Pacífico (331 milhões) cresceram 6 por cento, mas ainda estão 9 por cento abaixo dos níveis de 2019, enquanto a região continua a se recuperar. O Nordeste Asiático liderou o desempenho com um crescimento de 13 por cento, enquanto o Sul da Ásia recuperou os níveis pré-pandemia. As Américas (218 milhões) registaram um crescimento de 1 por cento, com resultados mistos entre as sub-regiões. Após um primeiro semestre forte em 2025, a região apresentou pequenas quedas no terceiro e quarto trimestres, em parte devido aos fracos resultados nos Estados Unidos. A América do Sul e a América Central lideraram os resultados. Alguns destinos no Caribe foram afetados pelo furacão Melissa no último trimestre do ano. O Médio Oriente registou um crescimento de 3 por cento em 2025, equivalente a 39 por cento acima dos níveis pré-pandemia, os melhores resultados em comparação com 2019. A região praticamente atingiu a marca de 100 milhões de visitantes internacionais em 2025. Por fim, a África (81 milhões) registou um aumento de 8

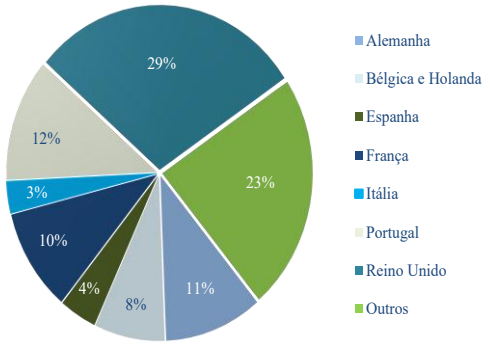
por cento nas chegadas em 2025, com resultados particularmente expressivos no Norte da África.

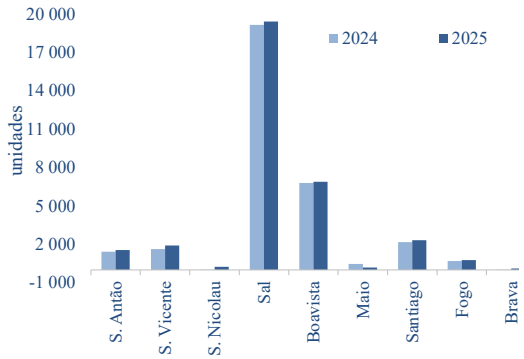
Após um crescimento sólido em 2024, a maioria dos destinos continuou a apresentar resultados expressivos em 2025. Entre os destinos com dados disponíveis para os doze meses de 2025, vários mostram crescimento de dois dígitos nas chegadas internacionais, entre os quais o Brasil, o Egito, Marrocos e as Seychelles. Os destinos que reportaram dados até novembro também apresentaram forte crescimento, incluindo o Butão, a Islândia, a Guiana, a África do Sul e o Japão.

De acordo com previsões da WTO, espera-se que o turismo internacional cresça entre 3 e 4 por cento em 2026, assumindo que a Ásia e o Pacífico continuem a recuperar, que as condições económicas globais se mantenham favoráveis e que os conflitos geopolíticos não se intensifiquem. O turismo internacional em 2026 será impulsionado pela forte procura, pela melhoria da conectividade aérea e pelo crescimento das viagens internacionais de mercados emergentes. Grandes eventos internacionais, como os Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026 (Itália) e a Copa do Mundo da FIFA 2026 (Canadá, Estados Unidos e México), também contribuirão para as viagens internacionais. No entanto, a incerteza resultante das atuais tensões comerciais e conflitos geopolíticos, fatores económicos, altos custos de viagem e eventos climáticos extremos são os principais desafios que o turismo internacional poderá enfrentar em 2026. Embora a inflação geral tenha recuado, globalmente, em 2025, a inflação em serviços relacionados ao turismo permanece elevada em comparação com os padrões históricos. Nesse contexto, espera-se que os turistas continuem buscando uma boa relação custo-benefício.

Analisando o número de dormidas de turistas internacionais no país, este registou um abrandamento, crescendo 8,4 por cento em 2025 (comparado com 9,7 por cento em 2024), devido à redução da procura turística da Bélgica e Holanda (em 17,3 por cento) e à desaceleração registada na procura turística do Reino Unido e da França, que cresceu 3,6 e 25,8 por cento, respetivamente, inferior aos crescimentos de 13,1 e 37 por cento verificado no ano anterior.

Procura turística por Origem e Oferta Turística por ilhas





Fonte: INE.

O principal mercado emissor de turistas, medido pelo número de hóspedes estrangeiros que entraram nos estabelecimentos hoteleiros do país, continuou a ser o Reino Unido, com 29,3 por cento do total do número de hóspedes, seguido de Portugal com 12,1 por cento, Alemanha com 10,5 por cento e França com 10,1 por cento.

Acompanhando a evolução da procura turística no país, as receitas brutas da atividade turística registaram um abrandamento, crescendo menos que no ano anterior, em 9 por cento (comparado com 19,8 por cento em 2024), fixando-se nos 71.937,1 milhões de escudos (representando 24 por cento do PIB). Dado que as receitas brutas abrandaram a um ritmo superior que o número de dormidas, as receitas brutas por dormida cresceram apenas 0,5 por cento, situando-se nos 12.044 escudos por dia.

As ilhas da Boavista e do Sal continuaram a ser o destino preferido dos turistas estrangeiros e nacionais, com as maiores taxas de ocupação-cama do país, de respetivamente, 106 e 77 por cento. Ambas acolheram cerca de 85 por cento do total de entradas de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros do país.

Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros no país aumentou de 360 para os 390 estabelecimentos, mais 30 estabelecimentos face ao ano anterior. A oferta de camas registou um acréscimo de 1.033 para um total de 33.345 camas. A ilha de Santo Antão continuou a liderar a oferta de estabelecimentos de alojamento (com 90 unidades, na maioria residenciais, representando 23,1 por cento do total), não obstante as ilhas do Sal, Boavista e Santiago continuarem a liderar a oferta de quartos e camas. Refira-se que, a capacidade de alojamento, em termos de oferta de camas, aumentou em todas as ilhas, com exceção da ilha do Maio, destacando-se as ilhas de São Vicente, Sal e São Nicolau com um aumento de, respetivamente, 291, 254 e 224 camas face ao ano anterior. No entanto, as ilhas do Sal e da Boavista continuaram, em 2025, a deter a maioria da oferta de camas, com 58,2 e 20,6 por cento do total de camas disponíveis.

Capítulo 4. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho nacional foi marcado, em 2025, pelo aumento da população ativa e redução da população desempregada, refletindo-se na queda da taxa de desemprego, que passou de 8 por cento em 2024 para 6,2 por cento em 2025, de acordo com os resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) do INE, segundo a Resolução I da 19ª CIET de 2013.[5]

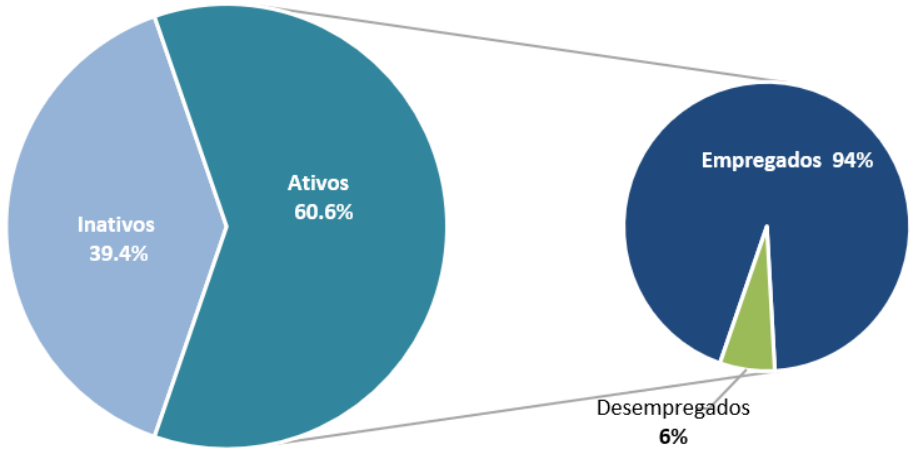
A população ativa, ou seja, a população empregada e desempregada, com 15 anos ou mais, que procurou trabalho e esteve disponível para trabalhar, aumentou em 10.962 para os 227.249 indivíduos, dos quais, 93,8 por cento ficaram empregados e 6,2 por cento ficaram desempregados.

A população empregada, ou seja, a população com 15 anos ou mais que, durante o período de referência, efetuou um trabalho de pelo menos uma hora (mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício em dinheiro ou espécie) ou encontrava-se temporariamente ausente, mas mantinha uma ligação formal com o empregador, aumentou em 14.252 para os 213.166 indivíduos. Esta evolução resultou, principalmente, do aumento do emprego, sobretudo, nos

[5] O INE tem vindo a calcular os indicadores de Mercado de Trabalho desde o ano 2000, tendo em 2009 adotado a Resolução da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) da OIT de 1982. Em 2013, a OIT adotou a Resolução I da 19ª CIET "Resolução sobre estatísticas de trabalho, emprego e subutilização da mão de obra", que substituiu as resoluções de 1982 e 2008, bem como as diretrizes de 1987 e 1998. Com isso, em 2022, o INE implementou a Resolução I da 19ª CIET de 2013, para medir as estatísticas do Mercado de Trabalho.

ramos de "Construção" (em 2.723), "Alojamento e Restauração" (em 2.705), "Administração Pública, Defesa e Segurança Social" (em 2.138) e "Comércio, Reparação de automóveis e motociclos" (em 1.843). No entanto, destaca-se a redução do emprego nos ramos de "Famílias Empregadores de Domésticos" (em 656) e "Atividades Financeiras e Seguros" (em 446).

Figura 11. Situação do Mercado de Trabalho em 2025



Fonte: INE.

A população empregada segundo a situação na profissão aumentou, sobretudo, na administração pública (em 4.828), por conta própria (em 4.587) e no setor empresarial privado (em 4.404 indivíduos). O setor empresarial privado continua a ser o maior empregador em Cabo Verde, absorvendo 45,9 por cento do total de empregados, seguido de conta própria com 20,7 por cento e administração pública com 19 por cento. A capacidade da economia para criar empregos, medido pela taxa de emprego, aumentou em 3,3 pontos percentuais para os 56,9 por cento em 2025. As ilhas do Sal e da Boa Vista mantiveram-se como as ilhas com as mais elevadas taxas de emprego, alcançando 76,6 e 76,7 por cento, respetivamente, seguidas pelos concelhos da Praia (com 61,3 por cento), de São Vicente (com 59,2 por cento) e Porto Novo (com 58,3 por cento).

A taxa de atividade, ou seja, o nível geral de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho, também aumentou, em 2,3 pontos percentuais para os 60,6 por cento em 2025. A população inativa, ou seja, a população de 15 anos ou mais que, no período de referência, não estava disponível para trabalhar, por motivos de estudo, invalidez, doença ou acidente, assunção de responsabilidades pessoais ou familiares incompatíveis com a ocupação laboral, perceção de não existência de empregos e reforma, diminuiu em 7.281 totalizando os 147.622 indivíduos. Com isso, em 2025, a taxa de inatividade caiu 2,4 pontos percentuais face a 2024, fixando-se nos 39,4 por cento.

A população desempregada, ou seja, a população de 15 anos ou mais que, durante o período de

referência, não trabalhou pelo menos uma hora na semana, não procurou ativamente um emprego nas últimas quatro semanas e estava disponível para trabalhar na semana anterior ou nas duas semanas seguintes, reduziu em 3.290, para um total de 14.083 indivíduos. Contribuiu para esta evolução, a queda do número de desempregados nos concelhos de Santa Cruz (em 298), Santa Catarina (em 291), Praia (em 261) e São Vicente (em 221). O desemprego, em 2025, afetou com maior severidade, os concelhos de São Felipe, Santa Cruz e São Vicente, com taxas de desemprego de, respetivamente, 9, 8,9 e 8,3 por cento e com menor severidade os concelhos da Ribeira Grande, Maio e Boa Vista, com taxas de desemprego de 0,9, 1,7 e 1,9 por cento, respetivamente. O desemprego afetou, tanto homens como mulheres, sobretudo, jovens na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, habilitados com o ensino secundário, e com maior incidência no meio urbano.

A população subempregada, ou seja, o número de empregados que, no período de referência, trabalhou menos de 35 horas semanais e que declararam estar disponíveis para trabalhar mais horas, caso tivessem encontrado uma outra atividade, diminuiu em 1.816, fixando-se nos 16.586 indivíduos, sendo que, a taxa de subemprego reduziu em 1,4 pontos percentuais para os 7,8 por cento em 2025.

O emprego informal, que inclui todos os empregos realizados pelos trabalhadores familiares sem remuneração, empregadores no setor informal, trabalhadores por conta própria no setor informal e empregados por conta de outrem que não beneficiam de INPS ou de férias anuais e dias de descanso por motivos de doença pagos, aumentou em 2.727, totalizando os 97.289 indivíduos em 2025. Este grupo representou, em 2025, 45,6 por cento do total da população empregada. Por seu turno, o emprego precário, caracterizado por ser sazonal, ocasional, temporário ou a tempo parcial, também aumentou em 8.408, fixando-se nos 48.893 indivíduos, representando 22,9 por cento da população empregada.

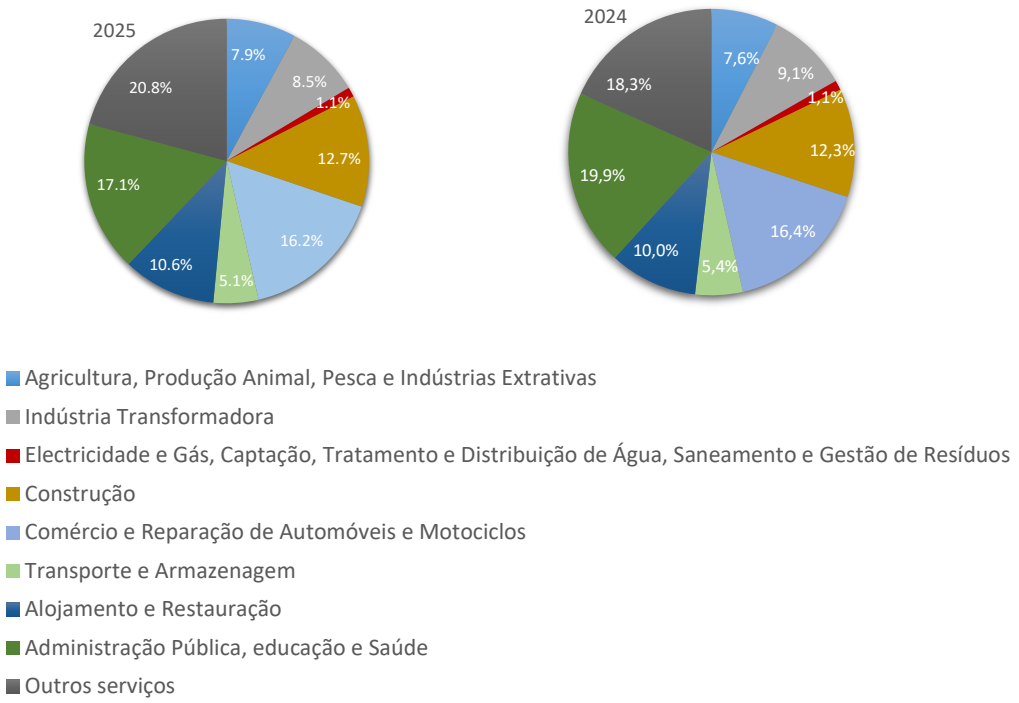
Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Caracterização do Mercado de Trabalho

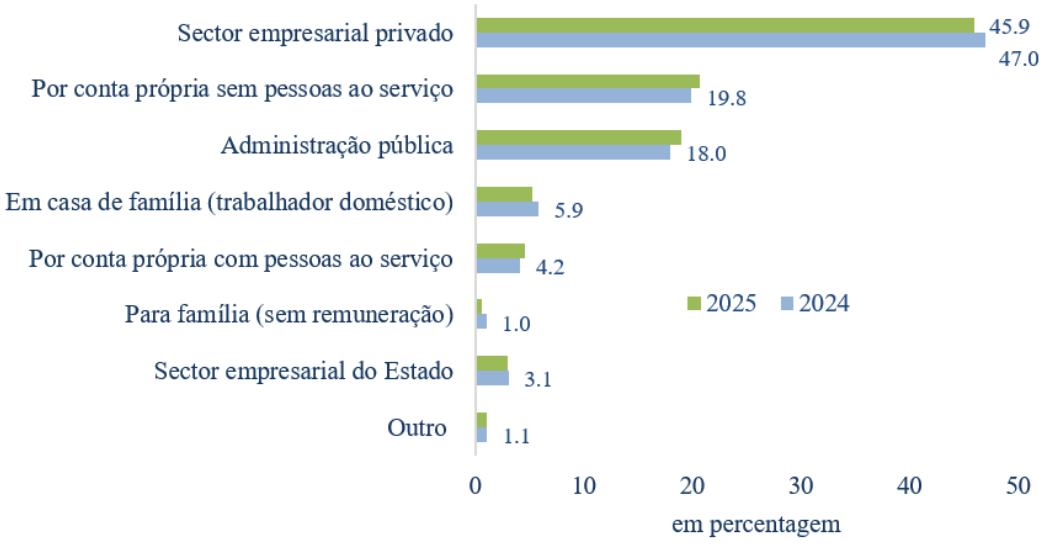
	2023	2024	2025
População Ativa	212 313	216 287	227 249
Empregada	190 461	198 914	213 166
Desempregada	21 853	17 373	14 083
População em Idade Ativa	367 514	371 190	374 871
Taxa de Atividade (%)	57.8	58.3	60.6
Taxa de Ocupação (%)	51.8	53.6	56.9
Por Meio (%)			
Urbano	56.1	58.0	64.5
Rural	38.3	40.3	48.4
Por Sexo (%)			
Homens	59.1	59.5	67.1
Mulheres	44.6	47.8	54.3
Por Faixa Etária (%)			
15 - 24 anos	25.7	25.4	34.3
25 - 34 anos	69.0	69.6	80.7
35 - 64 anos	66.4	70.1	75.2
65 +	6.8	7.2	11.3
Por Sector de Atividade (%)			
Primário	8.1	7.6	7.9
Secundário	23.1	22.5	22.4
Terciário	68.8	69.9	69.8
Em atividades Informais (%)	48.7	47.5	45.6
Trabalho Precário (%)	19.7	20.4	22.9
Por Nível de Instrução (%)			
Sem qualificação	18.1	17.9	19.3
Alfabetização/ Ensino Básico	52.7	52.5	55.6
Ensino Secundário	53.6	55.9	58.9
Curso Médio/Superior	65.6	71.3	73.6
Cobertura da população empregada pelo INPS	48.9	50.0	51.4
Taxa de Desemprego (%)	10.3	8.0	6.2
Distribuição por sexo (%)			
Masculino	9.4	7.9	5.6
Feminino	11.4	8.2	6.9
Por Faixa Etária (%)			
15-34 anos	15.9	13.2	9.2
35-64 anos	5.9	4.3	4.4
65+	0.6	4.4	2.2
Por Nível de Instrução (%)			
Sem qualificação	7.4	7.3	1.3
Alfabetização/ Ensino Básico	8.7	7.8	6.1
Ensino Secundário	12.4	9.0	7.6
Curso Médio/Superior	7.2	5.7	3.0
Duração Média no Desemprego (em meses)	14.6	11.0	10.0
Taxa de Subemprego (%)	11.8	9.3	7.8

Fonte: INE

Distribuição de empregados segundo ramo de atividade



Distribuição de Empregados segundo situação na profissão



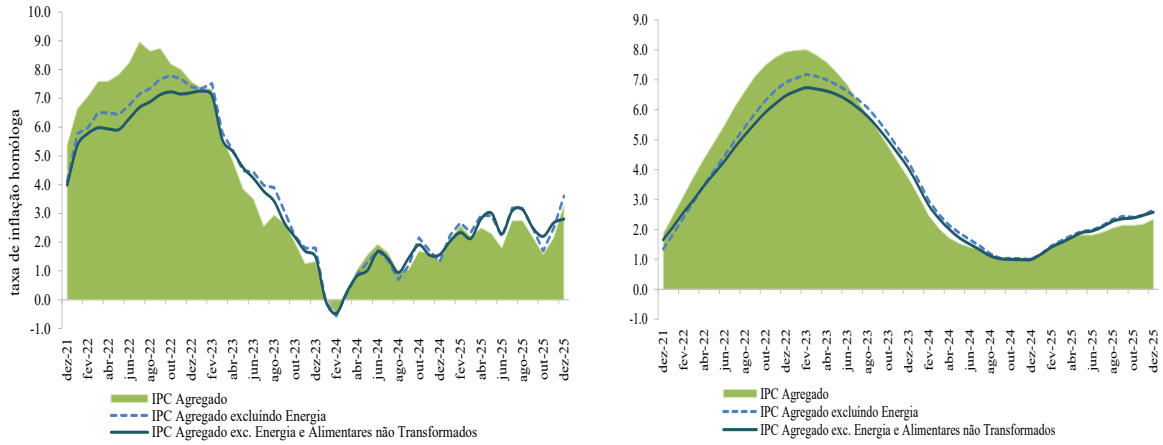
Fonte: INE.

Capítulo 5. Inflação

A inflação em Cabo Verde aumentou em 2025, traduzindo a subida dos preços das importações, em resultado do aumento dos preços dos produtos alimentares e dos custos de frete no mercado internacional, bem como o fortalecimento da procura interna. De acordo com dados do INE, a taxa de inflação média anual aumentou de 1,0 por cento em 2024 para 2,3 por cento em 2025 e a taxa de inflação homóloga de 1,4 por cento em 2024 para 3,3 por cento em 2025.[6]

A evolução da taxa de inflação média anual, justifica-se pelo aumento dos preços das classes de "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" (1,7 por cento), "Vestuário e calçado" (9,5 por cento), "Restaurantes e hotéis" (7,1 por cento), "Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação" (3,8 por cento) e "Transportes" (1,0 por cento).

Figura 12. Evolução das Taxas de Inflação Homóloga e Média



Fonte: INE.

Entre os principais contributos, destacam-se os aumentos verificados nos preços de "Café, chá e cacau" (11,6 por cento), "Peixe e marisco" (7 por cento), "Peças de vestuário" (10,6 por cento), "Restaurantes, cafés e estabelecimentos similares" (7,2 por cento), "Mobiliário e acessórios" (4,5 por cento), "Serviços domésticos e serviços relativos a habitação (7,2 por cento), "Vidros, loiças e outros utensílios de uso doméstico" (3,8 por cento), "Motociclos" (11,2 por cento), "Peças e acessórios para equipamento para transporte pessoal (5,9 por cento) e "Manutenção e reparação de equipamentos para transporte pessoal" (15,3 por cento).

[6] De acordo com dados da Direção Geral das Alfandegas (DGA), em 2025, o custo dos fretes aumentou 21,4 por cento (o que se compara com uma redução de 2,2 por cento em 2024). O custo com seguros também registou um aumento de 69,6 por cento em 2025 (32,9 por cento em 2024). Estes aumentos decorrem não apenas da forte procura global por transporte de mercadorias, mas também da elevada incerteza, instabilidade geopolítica e insegurança em alto-mar, que levou a desvios de rotas, prolongando viagens, aumentando o consumo de combustível e, consequentemente, encarecendo os fretes e seguros no transporte de mercadorias.

A atenuar o aumento dos preços, é de se realçar, no entanto, o abrandamento dos preços da classe de "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis", que passou de uma taxa de 2,3 por cento em 2024 para 0,3 por cento em 2025, explicado pela queda dos preços do "Gás" (2,4 por cento) e pela moderação dos preços de "Outras rendas de alojamento", "Eletricidade" e "Serviços de manutenção e reparação das habitações", que passaram de taxas de, respetivamente, 10,9, 6,1 e 7,7 por cento em 2024 para 3,6, 0,0 e 5,1 por cento em 2025.

Importa salientar que esta evolução dos preços da classe de "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" refletiu, em larga medida, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas aos preços internos da energia, com a atualização dos preços administrados dos combustíveis (petróleo, gasóleo, gasolina e gás) e das tarifas de eletricidade. Assim, em 2025, os preços administrados de combustíveis e da eletricidade foram, em média, atualizados em baixa, acompanhando a evolução dos preços das matérias-primas energéticas no mercado internacional.

Quadro 7. Índice de Preços no Consumidor

	2023	2024	2025	2024				2025			
				Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Índice de Preços no Consumidor											
Taxa de variação homóloga	1.3	1.4	3.3	0.3	1.9	1.0	1.4	2.2	1.8	2.2	3.3
Taxa de variação média dos últimos 12 meses	3.7	1.0	2.3	2.0	1.4	1.0	1.0	1.6	1.8	2.1	2.3
Principais Agregados do IPC (t.v.h.)											
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	9.3	1.0	1.7	0.1	2.2	0.0	-0.5	2.2	0.5	0.6	5.8
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	6.6	3.5	5.2	4.7	3.9	2.6	2.2	3.1	5.4	5.8	6.3
Vestuário e calçado	2.8	-1.1	9.5	-3.0	1.5	-2.2	3.8	4.5	7.0	15.3	10.5
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	2.0	2.3	0.3	2.0	2.8	1.8	1.9	0.9	0.4	0.1	0.0
Acessórios, equip. doméstico e manutenção corrente da hab.	3.4	0.3	3.8	1.6	0.0	-1.4	0.1	2.6	4.1	5.2	4.6
Saúde	0.1	2.6	1.2	1.6	2.4	4.2	2.2	1.4	1.6	0.4	1.8
Transportes	0.8	-0.1	1.0	-1.0	3.7	1.2	2.1	1.4	-1.0	-0.2	-0.7
Comunicações	-4.8	-4.8	0.3	-9.7	-9.7	0.1	0.0	0.0	0.4	0.3	0.4
Lazer, recreação e cultura	2.3	1.3	1.9	1.4	1.3	0.4	2.6	2.1	2.0	1.9	0.7
Educação	-0.3	0.0	0.2	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.4	0.2	0.4
Restaurantes e hotéis	5.0	2.0	7.1	3.0	2.0	1.7	0.0	3.5	8.2	9.4	9.9
Bens e serviços diversos	3.7	3.8	5.1	1.6	2.9	6.6	5.4	6.5	6.8	2.9	3.0

Fonte: INE. Cálculos do BCV.

Nota: Os valores referentes aos anos 2021, 2022, 2023 e 2024 correspondem à taxa de variação da média anual. Os dos meses referem-se às taxas de fim de periodo; t.v.h. - taxa de variação homóloga.

A taxa de inflação média subjacente (ou *core*), que exclui do índice geral de preços as componentes mais voláteis do cabaz de consumo nacional, nomeadamente, os bens alimentares não transformados e a energia, aumentou para os 2,6 por cento em 2025 (1,0 por cento em 2024), situando-se 0,3 pontos percentuais acima da taxa de inflação *headline*, o que indicia outras pressões sobre os preços, nomeadamente, de alguns serviços e dos bens industriais não energéticos.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

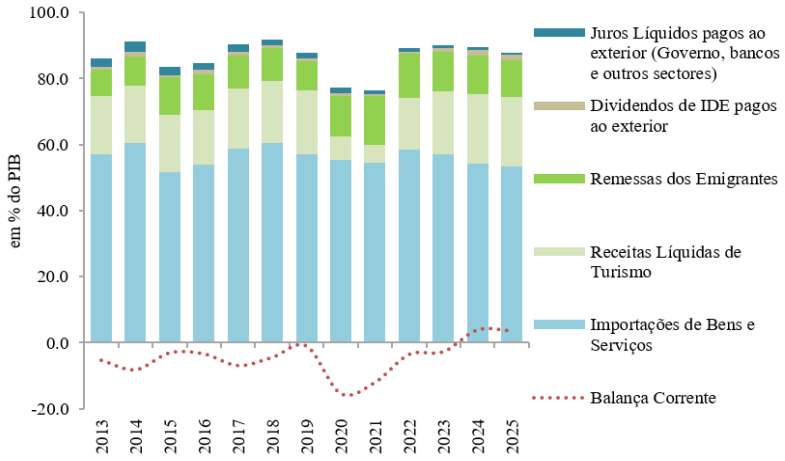
Capítulo 6. Contas Externas

As contas externas do país evoluíram favoravelmente em 2025, apesar do contexto internacional marcado por um crescimento económico modesto nos principais parceiros do país e um arrefecimento do mercado de trabalho, particularmente no Reino Unido e nos EUA, com impacto nos rendimentos reais dos potenciais turistas e dos emigrantes. As balanças corrente, financeira e de capital apresentaram, em geral, desempenhos positivos.

De acordo com os últimos dados disponíveis, a balança corrente registou um *superavit* de 11.035,7 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), aumentando 104,3 milhões de escudos face ao ano anterior, para o qual contribuiu, principalmente, a boa *performance* das balanças de serviços e de rendimento secundário.

A balança de serviços evidenciou um excedente de 57.849,6 milhões de escudos, apresentando um crescimento de 6,6 por cento face ao ano anterior. Esta evolução foi impulsionada, essencialmente, pelo aumento das exportações de serviços, sobretudo, de viagens de turismo (em 9,7 por cento) e de transportes aéreos (em 15,5 por cento), porquanto as importações de serviços registaram um acréscimo face ao ano anterior.

Figura 13. Principais Rubricas da Balança Corrente



Fonte: BCV.

As exportações de serviços de viagens de turismo cresceram 9,7 por cento em 2025, apresentando um abrandamento face ao crescimento de 19,1 por cento registado no ano anterior, refletindo a moderação da procura turística internacional.

De acordo com os dados do INE, a procura turística internacional, definida pelo número de dormidas e de hóspedes estrangeiros cresceu, respetivamente, 8,4 e 6,7 por cento em 2025, abaixo do crescimento de 9,7 e 16,1 por cento registado no ano anterior. Em 2025, entraram

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

nos estabelecimentos hoteleiros do país, mais 75.322 hóspedes estrangeiros face ao ano anterior, totalizando os 1.192.272 hóspedes. O abrandamento da procura turística internacional, medida pelo número de dormidas, ficou a dever-se à retração da procura proveniente da Bélgica e da Holanda, da Itália e da Suíça e a menor procura por parte do Reino Unido, da França e da Espanha. No entanto, destaca-se o aumento da procura de Portugal e da Alemanha face ao ano anterior. O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor, representando 33,5 por cento do total da procura turística em Cabo Verde, seguido de Portugal (12,7 por cento) e Alemanha (10,6 por cento).

Em virtude do aumento dos serviços de transportes (incluindo fretes), viagens pessoais e serviços empresariais, profissionais e técnicos em, respetivamente, 17,6, 13,5 e 7,1 por cento, as importações de serviços registaram, em 2025, um crescimento de 12 por cento.

Quadro 8. Comércio Externo de Bens e Serviços

	2023	2024	2025	2023	2024	2025
	em milhões de escudos			taxas de variação (em %)		
Importações de Bens e Serviços	145 424.8	149 974.3	159 555.2	5.6	3.1	6.4
Bens de Consumo	40 705.6	43 651.0	46 191.2	4.5	7.2	5.8
Bens de Capital	14 292.5	11 672.4	15 835.8	72.6	-18.3	35.7
Combustíveis	14 678.3	14 069.3	12 747.4	-20.1	-4.1	-9.4
Viagens de Negócios	768.8	959.6	1 030.0	1.4	24.8	7.3
Viagens Pessoais	6 592.8	7 562.4	8 581.1	18.4	14.7	13.5
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	8 552.3	8 586.5	10 099.5	-14.7	0.4	17.6
Serviços Empresariais Profissionais e Técnicos	5 867.5	5 913.3	6 332.7	43.2	0.8	7.1
Exportação de Bens e Serviços	98 758.4	118 045.7	125 595.2	10.3	19.5	6.4
Pescado	4 391.1	6 404.4	7 191.3	15.7	45.9	12.3
Vestuário	533.9	554.4	471.7	0.3	3.8	-14.9
Calçado	319.2	279.0	305.3	8.2	-12.6	9.4
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	20 735.5	25 698.5	24 545.3	-16.3	23.9	-4.5
Viagens	55 080.6	66 002.0	71 967.6	30.2	19.8	9.0
Serviços de Transporte	8 378.7	8 674.2	9 920.0	2.6	3.5	14.4
Serviços de Comunicação	555.3	378.1	463.5	-11.2	-31.9	22.6
Tx Cobertura Importações pelas Exportações	68%	79%	79%			

Fonte: BCV.

A balança de rendimento secundário registou, em 2025, um saldo positivo de 48.871,4 milhões de escudos, apresentando um crescimento de 2,7 por cento face a 2024. Esta evolução traduziu, em grande medida, o aumento das remessas de emigrantes e das outras transferências correntes privadas, em particular donativos de individualidades e instituições sem fins lucrativos, em 2,5 e 5,1 por cento, respetivamente.

As remessas dos emigrantes cresceram 2,5 por cento em 2025, abaixo do crescimento de 5,5 por cento observado no ano anterior, justificado pela redução das remessas provenientes da França (1,7 por cento) e pelas menores remessas provenientes de Portugal e EUA, que aumentaram 7,4 e 1,5 por cento, respetivamente (o que se compara com 13,1 e 6,5 por cento registados no ano anterior). Apesar disso, em termos de peso no total, Portugal, EUA e França continuaram

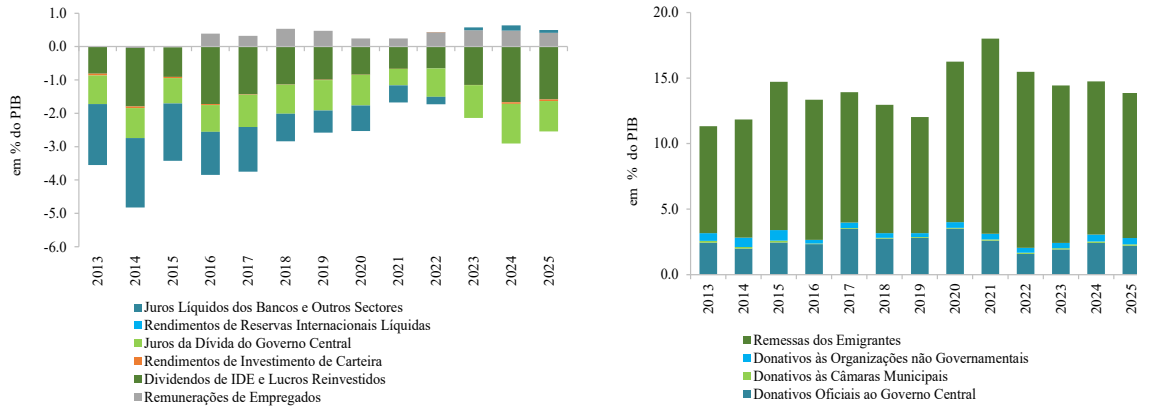
a ser os principais países de origem, representando 33,4, 28,7 e 17,8 por cento do total das remessas dos emigrantes enviadas para o país, respetivamente.

A balança de rendimento primário evidenciou, em 2025, um défice de 3.875,7 milhões de escudos, apresentando uma melhoria de 834,6 milhões de escudos face ao ano anterior. Esta evolução mais favorável deveu-se ao aumento dos rendimentos provenientes das reservas internacionais líquidas (em 44,5 por cento) e à redução dos pagamentos de juros da dívida externa pública.

No entanto, a contribuir negativamente para a evolução da balança corrente, destaca-se o desempenho da balança de bens, que registou um défice de 91.809,6 milhões de escudos, apresentando uma deterioração de 5.624 milhões de escudos face ao ano anterior. Este desempenho é explicado pelo aumento das importações de bens e abrandamento das exportações de bens.

Em resultado da dinâmica da procura interna, com reflexos sobretudo, no aumento das importações de bens de capital, intermédios e de consumo, as importações totais de bens cresceram 5 por cento, em 2025. No entanto, dada a queda das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais (em 4,5 por cento), bem como, a desaceleração registada nas exportações de mercadorias (devido à contração das exportações de vestuário e moderação das exportações de pescado), as exportações totais de bens abrandaram, crescendo 0,9 por cento em 2025, abaixo do crescimento de 27,6 por cento verificado no ano anterior.

Figura 14. Rendimentos e Transferências Unilaterais



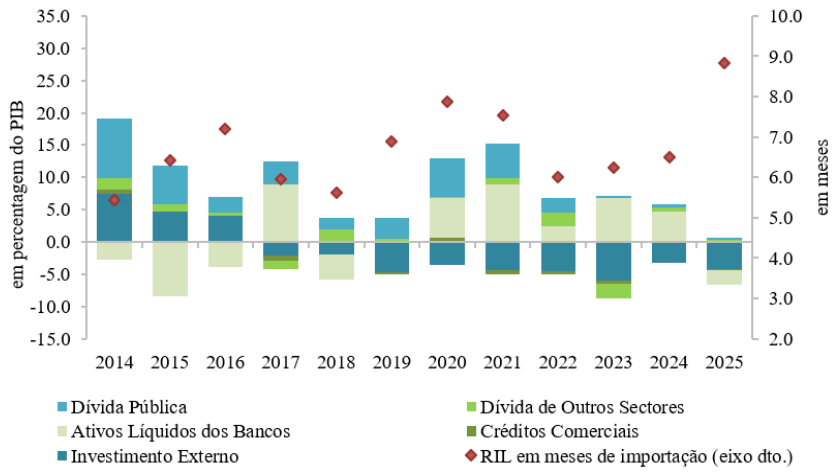
Fonte: BCV.

A balança de capital registou um ligeiro aumento no seu excedente, de 12,6 milhões de escudos, fixando-se nos 2.579,4 milhões de escudos, apresentando, no entanto, um abrandamento face ao ano anterior, refletindo a queda das transferências oficiais (donativos) em 20 por cento, parcialmente compensada pelo crescimento embora moderado das transferências de capital privadas (de emigrantes e de outras individualidades), que aumentaram 24,4 por cento em 2025 (o que se compara com 31,8 por cento no ano anterior).

Por fim, a balança financeira (excluindo os ativos de reserva) apresentou, em 2025, um aumento significativo nas entradas líquidas de financiamento para a economia da ordem dos 33.735,7 milhões de escudos, fixando-se nos 27.998,6 milhões de escudos. Este comportamento resultou da diminuição dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e dos aumentos observados no investimento direto estrangeiro (IDE) realizado no país, nos desembolsos líquidos da dívida externa privada (bancos e outros setores) e nos créditos comerciais contratados no exterior.

O IDE realizado no país, proveniente em grande parte dos emigrantes, cresceu 39,7 por cento em 2025, atingindo os 14.791,8 milhões de escudos, o equivalente a 4,9 por cento do PIB. Esta evolução foi efeito das condições de financiamento no exterior menos restritivas e da maior atratividade das taxas de juro internas face às da Área do Euro, incentivando a entrada de fluxos de capitais no país. O IDE concentrou-se, sobretudo, nos setores do turismo e imobiliária turística e nas ilhas de Santiago, Sal e Boavista, tendo o capital investido sido maioritariamente proveniente de Portugal e Itália.

Figura 15. Principais Componentes da Balança Financeira



Fonte: BCV.

Entretanto, a contribuir, negativamente, para a evolução da balança financeira, destaca-se a redução dos desembolsos líquidos da dívida externa pública, em 243,7 milhões de escudos, para os 956,6 milhões de escudos, devido ao aumento das amortizações da dívida (em 8,9 por cento) e ao abrandamento dos desembolsos externos da dívida, que cresceram 5,7 por cento em 2025, quando no ano anterior, tinham registado um crescimento de 6,7 por cento. A queda dos desembolsos provenientes do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 92,4 e 19 por cento, respetivamente, face ao ano anterior, contribuiu para a evolução mais moderada dos desembolsos.

Com o desempenho positivo das balanças corrente, financeira e de capital, as entradas líquidas de fundos para a economia foram suficientes para cobrir as necessidades de financiamento, pelo

que o país registou um ganho em ativos de reserva de cerca de 333 milhões de euros. Com efeito, o *stock* de reservas internacionais líquidas aumentou, fixando-se, no final de 2025, nos 1.064,5 milhões de euros, permitindo cobrir 8,8 meses das importações (o que se compara com 6,5 meses de importações registados no final de 2024).

Quadro 9. Indicadores de Vulnerabilidade Externa

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Exportações de bens e serviços/PIB	23.5	22.8	38.0	38.7	42.7	42.0
Comércio Internacional de Bens e Serviços/ PIB	78.8	77.4	96.4	95.8	96.9	95.3
Quota de Mercado das Exportações [1]	6.8	-0.3	9.1	-3.3	-85.4	1.1
Indicador de Competitividade-Preço do País (t.v.h.) [2]	-0.5	1.3	2.2	2.1	1.7	N.D.
Stock IDE/PIB	124.9	119.8	101.9	100.5	96.7	94.0
Stock IDE/Exportações de Bens e Serviços	531.3	525.7	268.4	259.5	226.5	223.8
Rendimento de Investimentos/Exportações de Bens e Serviços [3]	-10.0	-7.1	-4.4	-4.5	-5.1	-4.1
Transf. Correntes e de Capital/Importações de Bens e Serviços	35.6	41.1	32.8	30.8	33.4	32.2
Donativos/Importações de Bens e Serviços	6.6	5.0	2.9	3.5	4.8	4.4
Remessas de Emigrantes/Importações de Bens e Serviços	21.9	27.0	22.8	21.0	21.5	20.7
Stock da Dívida Externa de Cabo Verde/PIB	118.9	115.6	95.9	91.6	82.7	73.9
Stock da Dívida Externa Pública/PIB	105.1	104.2	86.9	80.3	75.5	67.4
Stock da Dívida Externa/Exportações de Bens e Serviços	505.7	507.2	252.5	236.6	193.7	176.0
Stock da Dívida Externa Pública/Exportações de Bens e Serviços	446.9	457.1	228.8	207.2	177.0	160.5
Serviço da Dív. Pública Externa/Export. de Bens e Serviços	13.9	11.0	10.6	12.4	11.0	10.8
Stock das Reservas Internacionais Líquidas/Serviço da Dív. Pública Externa	11.1	13.7	7.3	6.1	6.3	8.7
Stock das Reservas Internacionais Líquidas em Meses de Importações	7.9	7.5	6.0	6.2	6.5	8.8

Fonte: BCV.

Nota: (1) A quota de mercado das exportações é o quociente entre o crescimento das exportações em volume e o crescimento da procura externa. Sendo a Área do Euro o principal parceiro comercial de Cabo Verde, foi considerado o crescimento real das suas importações como o proxy da procura externa dirigida a economia nacional. (2) Corresponde à evolução da taxa de câmbio efetiva real do CVE com sinal contrário, pois um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza uma perda de competitividade-preço do país e vice-versa. (3) O rendimento de investimento inclui os rendimentos de investimento direto, de investimento em carteira e de outros investimentos. t.v.h. – taxa de variação homóloga.

A posição de investimento internacional líquida (deficitária) melhorou em 2025, em cerca de 16.557,5 milhões de escudos face ao ano anterior, fixando-se nos 324.186,9 milhões de escudos, em resultado, sobretudo, do aumento da posição dos ativos externos da autoridade monetária e de outros setores. A posição de investimento internacional líquida (deficitária) passou a representar 108,4 por cento do PIB em 2025, comparativamente aos 123,2 por cento do PIB em 2024. Apesar desta melhoria, mantém-se elevada, constituindo ainda, uma fonte de vulnerabilidade externa para o país. No entanto, de forma geral, os indicadores de vulnerabilidade externa do país melhoraram em 2025 face ao ano anterior, destacando-se o aumento da quota de mercado das exportações e da cobertura das importações pelas reservas internacionais, bem como a redução dos rácios do *stock* da dívida externa do país em relação às exportações e ao PIB.

Anexo Estatístico

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Contas Nacionas, Preços e Emprego													
Produto Interno Bruto[1]	crescimento real em %	0.7	0.9	4.3	4.6	3.7	6.9	-20.8	7.0	15.8	4.8	7.0	6.3
Inflação Média Anual	taxa variação em %	-0.2	0.1	-1.4	0.8	1.3	1.1	0.6	1.9	7.9	3.7	1.0	2.3
Inflação Homóloga	taxa variação em %	-0.3	-0.5	-0.3	0.3	1.0	1.9	-0.9	5.4	7.6	1.3	1.4	3.3
Taxa de Desemprego (Resolução da 13ª CIST de 1982)	em %	15.8	12.4	15.0	12.2	12.2	11.3	14.5	---	8.7	---	---	---
Taxa de Desemprego (Resolução da 19ª CIST de 2013)	em %	---	---	---	---	---	---	---	---	11.0	10.3	8.0	6.2
Sector Monetário e Financeiro													
Massa Monetária	taxa variação em %	7.8	5.9	8.4	6.6	1.7	8.1	3.6	3.0	5.9	6.3	7.5	9.6
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22.2	13.4	18.6	2.3	-6.5	24.8	-9.8	5.2	8.4	17.4	24.5	22.2
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2.9	2.1	3.7	6.3	2.8	-2.1	6.7	4.8	8.4	4.4	2.0	0.2
Crédito à Economia[2]	em % do PIB	55.6	55.7	54.4	55.2	53.9	52.0	68.5	67.0	57.9	56.5	55.0	53.3
Dep. Sociedades não Financeiras e Particulares [3]	em % do PIB	78.0	80.9	83.5	84.7	81.8	83.2	108.5	103.3	88.7	87.3	86.3	87.3
Depósitos de Emigrantes a prazo e de poupança	em % do PIB	27.6	28.5	28.2	26.4	24.7	24.2	30.5	28.5	23.8	22.3	21.0	19.8
Taxas de Câmbio													
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104.5	100.0	100.6	101.0	101.3	101.0	101.2	101.2	100.5	100.8	100.6	100.9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	114.0	100.0	98.3	97.9	97.7	97.2	97.8	96.5	94.4	92.5	90.9	N.D.1
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83.1	99.4	99.7	97.9	93.4	98.5	96.8	93.2	104.9	101.8	101.9	97.9
Sector Externo													
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-7.8	-3.6	-2.7	-6.1	-0.5	-0.4	-14.2	-10.7	-2.6	-2.0	4.9	4.6
Balança Corrente	em % do PIB	-8.2	-4.7	-3.4	-7.0	-1.1	-0.98	-15.5	-12.1	-3.5	-2.7	4.0	3.7
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	9.6	11.3	10.7	10.0	9.8	8.9	12.2	14.9	13.4	12.0	11.7	11.1
Receitas Brutas de Viagens (turismo)	em % do PIB	18.9	18.8	18.7	20.2	21.1	21.3	8.3	6.4	17.0	20.7	22.7	23.0
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	8.9	6.6	6.8	5.6	4.7	5.5	3.7	4.4	5.4	6.3	4.1	5.0
Reservas/Importações	meses	5.4	6.4	7.2	6.0	5.6	6.9	7.9	7.5	6.0	6.2	6.5	8.8
Finanças Públicas													
Saldo Global	em % do PIB	-6.9	-4.2	-2.7	-2.6	-2.3	-2.1	-9.3	-7.4	-4.1	-0.2	-1.2	1.1
Saldo Primário	em % do PIB	-4.9	-1.8	-0.4	-0.3	-0.1	0.1	-6.6	-5.1	-1.8	2.1	1.2	3.2
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	81.1	88.6	86.4	83.2	81.5	79.7	105.1	104.2	86.9	80.3	76.0	67.4
Stock da Dívida Interna	em % do PIB	24.5	26.4	28.5	28.5	29.7	29.5	40.5	42.6	39.0	36.6	35.8	33.7

ituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

[1] Os valores do PIB para 2020 e 2021 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística.

[2] Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

[3] Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.

Contas Nacionais - PIB na Ótica da Despesa
(Valores a preços correntes)

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2025 (percentagem)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Consumo Final	94.0	138 711	143 704	154 671	169 186	178 486	192 460	174 283	195 105	230 317	241 577	263 395	281 093
Consumo Privado	71.1	105 153	108 471	118 101	134 487	141 142	148 506	128 917	144 251	177 619	184 074	202 030	212 723
Consumo Público	22.9	33 558	35 233	36 570	34 699	37 343	43 954	45 366	50 854	52 698	57 503	61 365	68 370
Investimento	17.4	59 336	50 621	52 657	57 189	56 618	51 979	51 066	53 077	51 554	55 393	45 122	52 069
Formação Bruta de Capital Fixo	N.D.	52 820	47 078	47 761	58 113	57 385	55 650	51 210	50 058	49 261	56 772	N.D.	N.D.
Variação de Existências	N.D.	6 516	4 592	4 896	- 924	- 767	-3 671	- 145	3 019	2 293	-1 379	N.D.	N.D.
Procura Interna	111.4	198 047	194 325	207 327	226 375	235 103	244 439	225 349	248 182	281 871	296 971	308 517	333 162
Exportações de Bens e Serviços	42.0	63 155	71 539	76 477	82 158	94 478	103 605	44 597	45 617	91 151	100 155	118 046	125 564
Importações de Bens e Serviços	53.4	91 652	91 952	99 402	113 239	123 595	126 215	93 626	102 530	137 394	142 152	149 974	159 594
PIB	**100.0**	**169 551**	**173 911**	**184 402**	**195 295**	**205 986**	**221 829**	**176 320**	**191 269**	**235 628**	**254 973**	**276 588**	**299 131**

Fonte: INE.
N.D. - não disponível

Contas Nacionais - PIB na Ótica da Despesa

(Taxas de Variação Real)

taxa de variação real, em percentagem

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Consumo Final	2.2	3.2	7.1	8.4	4.6	6.6	-10.1	10.1	9.4	1.3	7.9	4.3
Consumo Privado	1.3	3.0	8.1	13.5	4.3	4.1	-13.8	10.1	13.7	0.2	8.6	2.9
Consumo Público	5.2	3.8	3.8	-8.3	5.6	16.3	2.4	10.0	-2.8	5.2	5.3	9.2
Investimento	17.2	-16.1	7.7	2.3	4.0	-3.7	0.1	2.4	-10.3	0.9	-5.4	13.1
Procura Interna	6.3	-2.6	7.2	6.8	4.4	4.0	-7.7	8.1	4.8	1.3	5.2	5.9
Exportações de Bens e Serviços	-1.5	13.5	8.9	9.8	13.4	9.2	-56.5	-2.9	78.9	5.9	8.5	4.1
Importações de Bens e Serviços	11.7	2.0	14.1	13.3	12.2	3.3	-25.2	5.4	18.2	-1.7	4.7	3.2
PIB	**0.7**	**0.9**	**4.3**	**4.6**	**3.7**	**6.9**	**-20.8**	**7.0**	**15.8**	**4.8**	**7.0**	**6.3**

Fonte: INE.

Contas Nacionais - PIB na Ótica da Oferta
(Valores a preços correntes)

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2025 (percentagem)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ramos de Atividade													
Agricultura, pecuária e silvicultura	3.6	7 793	8 610	9 183	8 025	6 609	6 446	7 633	7 911	7 586	8 353	9 873	10 736
Pesca e aquacultura	1.4	1 931	2 535	2 459	2 473	2 708	3 397	3 284	3 510	4 087	4 026	3 809	4 331
Indústrias extrativas	0.1	670	517	458	493	498	615	566	569	555	397	380	449
Indústrias transformadoras	5.2	8 797	8 595	9 411	9 181	9 430	10 688	9 142	10 301	11 199	12 617	14 273	15 527
Eletricidade e água	1.7	3 802	4 919	5 012	4 341	4 263	4 719	3 937	3 081	4 328	4 953	5 642	4 981
Construção	3.7	12 936	11 388	8 477	10 434	15 941	13 449	12 250	9 993	10 024	10 022	9 337	11 120
Comércio e reparação	10.2	16 756	15 305	17 864	19 636	21 522	23 636	17 744	20 569	28 873	28 904	30 025	30 408
Transporte e armazenagem	10.2	12 683	14 639	18 541	21 997	19 176	22 537	12 864	18 730	22 095	24 609	28 974	30 593
Alojamento e restauração	8.4	14 009	12 620	11 261	15 062	15 174	17 141	4 971	3 609	13 529	18 322	22 673	25 066
Atividade de Informação e de comunicação	2.4	6 617	6 503	5 299	5 150	5 738	5 459	5 217	5 827	6 691	7 043	7 047	7 238
Atividades financeiras e de seguros	6.1	11 185	11 517	13 189	13 258	14 475	15 819	14 629	13 490	14 171	15 973	16 689	18 194
Atividades imobiliárias	8.1	15 940	16 335	19 129	17 269	16 473	18 096	16 508	17 888	20 338	21 974	23 053	24 257
Atividades de serviços às empresas	3.8	4 425	5 721	6 160	6 166	7 202	7 653	4 417	6 143	8 713	10 473	10 784	11 325
Administração pública e segurança social	9.9	17 335	18 245	19 524	19 662	20 774	24 682	23 199	23 774	24 423	27 033	28 145	29 575
Educação	4.7	8 578	8 717	9 363	9 502	9 984	10 231	9 682	11 573	11 571	10 598	11 018	13 987
Saúde e acão social	2.0	3 207	3 201	3 544	4 268	4 137	4 423	4 529	5 725	5 967	5 258	6 022	6 032
Outras atividades de serviços	2.2	3 798	3 982	3 889	3 969	4 239	5 216	2 583	3 768	6 225	5 455	5 956	6 496
VALOR ACRESCENTADO	**83.7**	**150 460**	**153 349**	**162 763**	**170 886**	**178 344**	**194 207**	**153 154**	**166 462**	**200 374**	**216 012**	**233 700**	**250 315**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	16.3	19 090	20 562	21 639	24 409	27 642	27 621	23 166	24 807	35 254	38 961	42 888	48 817
PRODUTO INTERNO BRUTO	**100.0**	**169 551**	**173 911**	**184 402**	**195 295**	**205 986**	**221 829**	**176 320**	**191 269**	**235 628**	**254 973**	**276 588**	**299 131**

Contas Nacionais – PIB na Ótica da Oferta
(Taxas de Variação Real)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ramos de Atividade												
Agricultura, pecuária e silvicultura	1.2	7.2	9.0	-15.5	-17.6	-2.0	20.4	-6.4	-7.7	-3.8	10.9	1.9
Pesca e aquacultura	0.4	17.3	-0.9	-1.4	0.4	3.5	-2.5	-8.7	-3.4	0.5	-2.3	-1.1
Indústrias extrativas	6.6	-29.3	-9.1	8.5	2.8	12.0	-17.9	8.3	-5.2	-27.6	0.0	13.3
Indústrias transformadoras	1.9	-2.9	7.6	1.6	6.6	2.7	-19.7	14.3	2.3	10.3	7.7	6.2
Eletricidade e água	1.9	39.2	-13.2	2.2	4.0	-12.2	-14.3	12.8	44.1	-4.3	1.1	0.0
Construção	7.4	-14.0	-28.6	9.8	-0.1	13.0	-17.3	-19.0	-5.2	-2.0	-0.4	11.8
Comércio e reparação	2.4	-9.1	15.8	10.1	9.9	9.8	-27.1	8.9	28.8	-2.8	3.5	-1.8
Transporte e armazenagem	-10.7	6.9	38.9	16.1	2.9	2.6	-36.9	46.5	9.4	0.8	11.9	10.1
Alojamento e restauração	-10.2	-13.7	-18.4	6.6	-5.1	12.8	-70.9	-25.0	224.5	28.2	24.4	5.8
Atividade de Informação e de comunicação	-1.8	-2.5	-25.2	-2.8	-7.5	-1.8	-4.2	7.8	7.7	-5.4	-6.0	0.7
Atividades financeiras e de seguros	9.6	1.7	15.1	-2.0	7.4	7.0	-8.2	-8.9	-1.7	6.7	3.9	6.1
Atividades imobiliárias	0.3	2.5	3.3	0.4	2.3	10.0	-10.6	6.0	10.8	5.4	6.6	5.7
Atividades de serviços às empresas	-5.1	27.0	3.4	9.7	1.1	-4.2	-49.3	34.1	23.9	14.7	3.0	5.2
Administração pública e segurança social	6.1	3.5	3.2	-1.1	6.1	15.7	-3.2	0.3	1.3	19.2	4.8	6.9
Educação	3.5	0.3	7.1	-6.6	2.4	1.4	-4.7	17.7	-3.4	-12.3	3.1	23.6
Saúde e acão social	6.7	-1.6	1.8	10.7	-0.7	12.5	13.0	25.8	-10.2	-15.5	10.3	1.4
Outras atividades de serviços	30.4	6.1	-5.7	4.5	6.0	20.4	-50.1	40.6	40.3	-11.1	5.4	5.6
VALOR ACRESCENTADO	**1.1**	**0.0**	**3.3**	**3.2**	**2.3**	**7.5**	**-21.3**	**7.0**	**12.4**	**4.1**	**6.8**	**5.9**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	-2.6	8.4	11.4	14.7	13.7	3.3	-17.2	7.3	39.1	8.9	8.2	8.5
PRODUTO INTERNO BRUTO	**0.7**	**0.9**	**4.3**	**4.6**	**3.7**	**6.9**	**-20.8**	**7.0**	**15.8**	**4.8**	**7.0**	**6.3**

Fonte: INE.

taxa de variação real, em percentagem

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - PIB na Ótica da Oferta

(Valores a preços correntes)

Ano Base = 2015, em milhões de escudos

	2023	2024	2025	2024		2025			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	8 353	9 873	10 736	2 208	2 702	4 194	1 918	2 232	2 392
Pesca e aquacultura	4 026	3 809	4 331	959	860	962	1 329	1 129	912
Indústrias extrativas	397	380	449	106	95	118	108	130	93
Indústrias transformadoras	12 617	14 273	15 527	3 516	3 829	3 369	3 562	4 171	4 425
Eletricidade e água	4 953	5 642	4 981	1 374	1 519	1 226	1 209	1 209	1 336
Construção	10 022	9 337	11 120	2 611	2 378	2 827	2 696	3 270	2 327
Comércio e reparação	28 904	30 025	30 408	7 285	7 744	7 382	7 200	7 539	8 287
Transporte e armazenagem	24 609	28 974	30 593	7 334	7 680	7 817	7 329	7 896	7 551
Alojamento e restauração	18 322	22 673	25 066	5 483	6 740	6 462	5 280	6 073	7 251
Atividade de Informação e de comunicação	7 043	7 047	7 238	1 621	2 123	1 673	1 747	1 885	1 934
Atividades financeiras e de seguros	15 973	16 689	18 194	4 136	4 484	4 157	4 261	4 438	5 339
Atividades imobiliárias	21 974	23 053	24 257	5 782	5 860	6 015	6 063	6 084	6 095
Atividades de serviços às empresas	10 473	10 784	11 325	2 309	2 983	3 101	2 614	2 685	2 925
Administração pública e segurança social	27 033	28 145	29 575	6 265	8 133	6 714	7 676	6 224	8 960
Educação	10 598	11 018	13 987	2 693	2 747	2 916	3 030	3 014	5 027
Saúde e acão social	5 258	6 022	6 032	1 336	1 648	1 361	1 669	1 521	1 481
Outras atividades de serviços	5 455	5 956	6 496	1 526	1 584	1 588	1 618	1 638	1 651
VALOR ACRESCENTADO	**216 012**	**233 700**	**250 315**	**56 544**	**63 109**	**61 882**	**59 308**	**61 139**	**67 986**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	38 961	42 888	48 817	11 366	10 624	11 624	11 308	13 027	12 857
PRODUTO INTERNO BRUTO	**254 973**	**276 588**	**299 131**	**67 911**	**73 733**	**73 507**	**70 616**	**74 165**	**80 844**

Fonte: INE.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - PIB na Ótica da Oferta

(Valores a preços encadeados)

Ano Base = 2015, em milhões de escudos

	2023	2024	2025	2024		2025			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	6 414	7 114	7 249	1 551	1 924	2 940	1 408	1 439	1 462
Pesca e aquacultura	2 221	2 169	2 145	549	495	482	645	557	461
Indústrias extrativas	358	358	406	103	93	101	97	121	86
Indústrias transformadoras	10 660	11 484	12 197	2 777	2 991	2 755	2 860	3 198	3 384
Eletricidade e água	5 312	5 369	5 371	1 305	1 432	1 304	1 317	1 317	1 433
Construção	6 273	6 250	6 985	1 774	1 600	1 745	1 678	2 077	1 485
Comércio e reparação	23 428	24 253	23 807	5 890	6 245	5 787	5 669	5 903	6 449
Transporte e armazenagem	25 438	28 459	31 332	6 878	7 266	8 022	7 580	7 739	7 991
Alojamento e restauração	10 652	13 245	14 009	3 139	3 823	3 764	2 963	3 325	3 957
Atividade de Informação e de comunicação	4 525	4 252	4 281	987	1 284	991	1 016	1 124	1 150
Atividades financeiras e de seguros	13 104	13 616	14 443	3 366	3 635	3 329	3 401	3 510	4 203
Atividades imobiliárias	21 092	22 486	23 769	5 659	5 765	5 843	5 902	5 990	6 034
Atividades de serviços às empresas	6 072	6 255	6 578	1 379	1 803	1 718	1 547	1 573	1 740
Administração pública e segurança social	26 819	28 099	30 042	6 327	8 287	6 346	7 716	6 871	9 109
Educação	8 599	8 868	10 960	2 154	2 188	2 316	2 388	2 350	3 907
Saúde e acão social	4 346	4 795	4 860	1 058	1 296	1 074	1 345	1 239	1 202
Outras atividades de serviços	4 380	4 617	4 875	1 163	1 166	1 213	1 215	1 221	1 225
VALOR ACRESCENTADO	**177 037**	**189 032**	**200 160**	**45 453**	**50 701**	**49 366**	**47 692**	**48 854**	**54 247**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	41 538	44 932	48 766	11 070	12 242	11 693	11 428	12 495	13 151
PRODUTO INTERNO BRUTO	**216 405**	**231 530**	**246 109**	**55 884**	**62 251**	**60 432**	**58 487**	**60 542**	**66 648**

Fonte: INE.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - PIB na Ótica da Oferta

(Taxas de Variação em Cadeia)

Ano Base = 2015, taxa de variação em cadeia em percentagem

	2023	2024	2025	2024		2025			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	-3,8	10,9	1,9	18,8	24,1	52,8	-52,1	2,2	1,6
Pesca e aquacultura	0,5	-2,3	-1,1	2,4	-9,8	-2,6	33,8	-13,7	-17,3
Indústrias extrativas	-27,6	0,0	13,3	31,7	-9,3	9,0	-3,9	23,8	-28,5
Indústrias transformadoras	10,3	7,7	6,2	-3,0	7,7	-7,9	3,8	11,8	5,8
Eletricidade e água	-4,3	1,1	0,0	-4,7	9,7	-8,9	1,0	0,0	8,8
Construção	-2,0	-0,4	11,8	30,1	-9,8	9,1	-3,9	23,8	-28,5
Comércio e reparação	-2,8	3,5	-1,8	0,4	6,0	-7,3	-2,0	4,1	9,2
Transporte e armazenagem	0,8	11,9	10,1	-1,7	5,7	10,4	-5,5	2,1	3,3
Alojamento e restauração	28,2	24,4	5,8	21,0	21,8	-1,5	-21,3	12,2	19,0
Atividade de Informação e de comunicação	-5,4	-6,0	0,7	-4,4	30,2	-22,8	2,5	10,7	2,3
Atividades financeiras e de seguros	6,7	3,9	6,1	-0,9	8,0	-8,4	2,2	3,2	19,7
Atividades imobiliárias	5,4	6,6	5,7	2,0	1,9	1,4	1,0	1,5	0,7
Atividades de serviços às empresas	14,7	3,0	5,2	-1,3	30,7	-4,7	-9,9	1,7	10,6
Administração pública e segurança social	19,2	4,8	6,9	-10,5	31,0	-23,4	21,6	-10,9	32,6
Educação	-12,3	3,1	23,6	-8,0	1,6	5,9	3,1	-1,6	66,2
Saúde e acão social	-15,5	10,3	1,4	-19,5	22,5	-17,1	25,2	-7,8	-3,0
Outras atividades de serviços	-11,1	5,4	5,6	0,1	0,2	4,0	0,2	0,5	0,3
VALOR ACRESCENTADO	**4,1**	**6,8**	**5,9**	**0,7**	**11,5**	**-2,6**	**-3,4**	**2,4**	**11,0**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	8,9	8,2	8,5	4,8	10,6	-4,5	-2,3	9,3	5,3
PRODUTO INTERNO BRUTO	**4,8**	**7,0**	**6,3**	**1,4**	**11,4**	**-2,9**	**-3,2**	**3,5**	**10,1**

Fonte: INE.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - PIB na Ótica da Oferta

(Taxas de Variação homólogas do PIB a preços encadeados)

Ano Base = 2015, taxa de variação homóloga em percentagem

	2023	2024	2025	2024		2025			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	-3.8	10.9	1.9	4.3	14.9	25.9	7.9	-7.2	-24.0
Pesca e aquacultura	0.5	-2.3	-1.1	2.7	-2.4	-18.1	20.3	1.5	-6.9
Indústrias extrativas	-27.6	0.0	13.3	36.3	23.0	19.8	25.1	17.6	-7.4
Indústrias transformadoras	10.3	7.7	6.2	0.9	12.3	-3.4	-0.1	15.1	13.1
Eletricidade e água	-4.3	1.1	0.0	-3.6	1.6	3.2	-3.8	0.9	0.1
Construção	-2.0	-0.4	11.8	29.0	15.1	15.4	23.0	17.1	-7.2
Comércio e reparação	-2.8	3.5	-1.8	-3.0	-4.8	-7.4	-3.4	0.2	3.3
Transporte e armazenagem	0.8	11.9	10.1	4.0	4.7	9.6	8.3	12.5	10.0
Alojamento e restauração	28.2	24.4	5.8	13.3	15.6	2.1	14.2	5.9	3.5
Atividade de Informação e de comunicação	-5.4	-6.0	0.7	1.6	3.3	4.4	-1.6	13.9	-10.4
Atividades financeiras e de seguros	6.7	3.9	6.1	3.4	0.0	3.4	0.1	4.3	15.6
Atividades imobiliárias	5.4	6.6	5.7	6.7	7.6	5.9	6.4	5.8	4.7
Atividades de serviços às empresas	14.7	3.0	5.2	-4.7	3.5	2.5	10.7	14.1	-3.5
Administração pública e segurança social	19.2	4.8	6.9	-3.6	13.9	-1.1	9.1	8.6	9.9
Educação	-12.3	3.1	23.6	2.7	-8.2	6.0	2.0	9.1	78.5
Saúde e acão social	-15.5	10.3	1.4	-10.1	-6.3	-4.7	2.3	17.1	-7.2
Outras atividades de serviços	-11.1	5.4	5.6	8.4	7.5	7.7	4.6	5.0	5.1
VALOR ACRESCENTADO	**4.1**	**6.8**	**5.9**	**3.1**	**5.6**	**3.4**	**5.7**	**7.5**	**7.0**
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	8.9	8.2	8.5	5.4	11.0	5.7	8.2	12.9	7.4
PRODUTO INTERNO BRUTO	**4.8**	**7.0**	**6.3**	**3.4**	**6.4**	**3.7**	**6.1**	**8.3**	**7.1**

Fonte: INE.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2023	2024	2025	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Estrutura das importações (pesos em %)			em milhões de escudos											
Europa	71.6	73.6	72.0	53 771.8	46 602.9	53 963.8	61 061.3	60 104.3	64 143.1	56 056.0	56 508.3	66 777.6	72 013.0	74 174.4	79 169.3
CEDEAO[1]	4.5	3.6	4.5	853.9	2 289.0	1 864.7	2 402.1	2 220.2	695.0	785.7	3 390.5	9 114.6	4 561.6	3 583.1	4 966.8
Alemanha	0.3	0.7	0.6	381.9	607.2	576.0	374.7	567.0	1 547.7	849.7	352.6	383.1	317.1	712.8	669.1
Brasil	4.5	4.7	4.5	2 129.8	2 274.6	2 338.8	2 370.8	2 088.5	2 315.9	2 320.3	2 494.0	3 882.8	4 538.3	4 704.9	4 898.2
Costa do Marfim	0.0	0.0	0.0	28.7	99.5	90.3	581.0	34.2	49.4	32.0	34.9	7.8	15.4	0.0	0.0
Espanha	10.9	10.2	10.6	4 913.7	4 283.1	7 375.3	9 228.4	11 046.2	8 395.0	7 602.8	5 672.4	8 547.6	10 947.4	10 239.9	11 668.2
Est. Unidos de América	6.6	1.7	1.9	805.9	870.0	858.4	867.1	1 411.8	1 370.9	1 714.5	2 126.6	1 956.4	6 630.3	1 662.7	2 042.9
França	4.1	1.7	2.0	1 277.1	1 314.8	1 473.7	2 094.4	1 875.9	1 618.0	1 007.7	2 993.6	1 667.8	4 081.1	1 749.5	2 216.2
Itália	0.9	2.6	2.6	847.3	991.0	1 038.4	4 410.4	1 591.9	2 210.4	1 643.8	1 059.8	1 721.5	919.2	2 617.4	2 806.1
Países Baixos	4.7	5.3	3.4	10 062.9	7 863.6	4 839.5	4 801.2	4 613.8	10 146.5	4 694.8	4 439.3	5 054.4	4 737.2	5 383.9	3 726.0
Portugal	44.7	47.8	47.8	28 665.7	27 791.6	32 916.4	34 616.1	32 901.3	35 164.8	35 331.0	37 630.5	43 179.8	45 012.5	48 129.7	52 560.1
Reino Unido	0.3	0.1	0.1	358.6	460.1	203.4	214.8	135.0	110.2	157.3	172.3	526.7	261.8	63.4	151.8
Senegal	0.8	1.4	1.4	711.6	833.9	753.3	910.7	1 517.4	520.3	740.6	409.9	2 181.7	795.6	1 447.2	1 542.4
Suécia	0.0	0.1	0.0	106.3	64.6	43.6	88.6	99.5	234.2	61.7	60.7	80.1	34.3	100.3	21.9
Outros Países	22.2	23.7	25.2	14 437.6	12 607.4	13 835.8	16 781.7	18 382.8	15 114.8	14 732.4	19 135.4	26 885.8	22 326.8	23 906.6	27 707.8
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**64 727.0**	**60 061.4**	**66 342.9**	**77 339.9**	**76 265.2**	**78 798.2**	**70 888.6**	**76 582.1**	**96 075.5**	**100 617.1**	**100 718.4**	**110 010.8**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e INE.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2023	2024	2025	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Peso (%)			taxa de variação nominal, em percentagem											
Bens de Consumo	**40.5**	**43.3**	**42.0**	**1.4**	**2.1**	**13.2**	**10.7**	**2.7**	**6.9**	**-13.9**	**11.2**	**24.2**	**4.5**	**7.2**	**5.8**
Produtos Alimentares Primários	6.7	6.1	6.4	-10.4	8.9	9.1	13.7	11.9	3.0	22.0	-6.9	66.5	4.2	-8.3	14.2
Produtos Alimentares Transformados	22.4	22.9	21.5	-3.4	7.7	3.0	13.3	-6.8	7.4	-6.4	10.4	36.9	2.5	2.2	2.9
Material de Transporte	2.8	4.9	4.0	12.0	20.3	28.2	16.3	18.7	23.0	-2.9	58.8	-19.5	15.2	77.4	-10.9
Outros Bens Consumo Duradouros	3.1	3.3	4.4	42.3	-26.3	58.8	7.1	24.0	3.7	-13.0	3.1	-16.0	4.5	7.3	44.4
Out. Bens Consumo, Semi-Duradouros	2.1	2.3	2.1	25.8	2.3	30.2	-8.4	11.6	-6.1	-4.6	20.1	-2.7	2.0	9.9	-0.3
Out. Bens Consumo, não Duradouros	3.4	3.8	3.6	0.2	-11.4	20.9	5.8	5.0	12.3	-19.1	14.9	10.3	12.9	11.5	1.6
Bens Intermédios	**21.0**	**20.6**	**21.6**	**13.9**	**-0.4**	**18.0**	**3.8**	**1.3**	**6.1**	**-5.4**	**6.8**	**14.4**	**-1.2**	**-1.6**	**14.6**
Produtos Alimentares Primários	0.7	0.6	0.5	-12.9	-46.0	32.6	-7.2	-13.1	20.1	22.0	131.4	-10.6	-35.9	-15.4	-0.9
Produtos Alimentares Transformados	0.7	0.6	0.6	5.3	2.9	20.2	-1.0	30.5	-4.2	-6.4	-3.8	4.6	29.4	-3.4	-4.3
Produtos Primários não Especificados	0.2	0.2	0.2	-1.2	-0.4	3.5	-13.6	38.4	-24.4	15.9	-17.4	9.3	9.9	-3.3	34.1
Produtos Transformados para Agricultura	0.1	0.1	0.1	-7.3	-2.9	30.2	-6.5	-15.2	30.8	6.8	20.1	8.8	15.2	-11.5	-12.6
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0.8	0.9	0.9	5.9	6.6	-5.7	12.7	40.6	4.9	6.9	19.8	27.1	-6.7	11.5	5.4
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0.1	0.1	0.2	-5.7	32.2	4.7	-1.0	9.2	-8.2	1.6	16.7	-14.5	-9.7	13.5	32.5
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0.9	0.9	0.9	2.7	-11.2	29.7	0.4	4.2	5.6	-5.9	-3.7	30.7	8.5	-4.4	8.7
Produtos Transformados para Construção	8.8	8.7	9.2	17.2	0.4	14.2	2.1	-1.2	14.8	-14.2	12.7	14.7	-4.3	-0.8	14.6
Cimento	2.6	2.9	2.9	6.1	-7.0	11.8	-1.3	-5.1	11.4	0.1	16.7	10.9	-8.5	10.3	9.8
Ferro	3.5	3.5	3.6	17.5	-2.7	3.5	22.0	-2.3	13.4	-13.8	24.1	13.2	-12.9	0.6	10.2
Produtos Transformados para Carpintaria	2.0	1.5	1.5	29.6	-6.5	64.0	-18.4	11.1	5.3	4.9	-5.0	16.2	12.1	-21.5	4.0
Material Eléctrico	1.9	2.4	3.2	39.5	10.8	-3.1	17.9	-3.3	-15.1	4.7	4.6	-4.1	-1.5	26.1	47.2
Produtos Transformados, n.e.	4.5	4.2	4.1	5.3	-3.6	36.3	-2.9	16.7	-1.3	5.0	-14.3	30.8	3.7	-6.6	7.9
Peças e Acessórios para Materiais de Transporte	0.3	0.4	0.4	-3.5	0.3	7.1	152.7	-67.8	75.5	-47.7	13.1	12.9	3.2	10.5	4.7
Bens de Capital	**14.2**	**11.6**	**14.4**	**69.7**	**-23.6**	**11.1**	**53.2**	**-24.6**	**-7.3**	**1.0**	**-7.1**	**-12.7**	**72.6**	**-18.3**	**35.7**
Máquinas	6.6	7.7	8.3	90.5	-36.0	29.2	19.2	-18.7	-6.4	5.8	-6.9	-6.7	14.5	16.6	17.6
Meios de Transporte	7.3	3.4	5.3	35.5	-12.1	3.6	141.8	-26.0	-12.1	-2.9	-5.3	-28.1	240.3	-52.9	68.7
Motores	0.3	0.4	0.8	-6.7	78.6	-48.2	188.7	-61.8	21.0	-32.6	-28.4	22.1	-9.8	61.7	93.2
Combustíveis	**14.6**	**14.0**	**11.6**	**-22.3**	**-22.0**	**-24.8**	**31.8**	**19.9**	**1.1**	**-25.9**	**39.1**	**94.3**	**-20.1**	**-4.1**	**-9.4**
Diesel oil	6.9	6.6	5.5	-26.7	-20.5	-28.3	23.2	23.5	5.3	-37.0	29.6	125.2	-21.5	-4.8	-9.4
Fuel oil	4.9	4.5	3.4	-24.6	-12.3	-38.8	52.0	25.0	-5.4	-8.1	43.1	85.6	-20.1	-7.3	-16.8
Gasolina	1.4	1.4	1.3	4.8	-14.2	-25.3	62.3	0.5	13.1	-30.0	75.1	78.8	-11.1	0.9	1.9
Artigos Diversos n.e.	**9.8**	**10.5**	**10.4**	**12.6**	**-5.0**	**25.8**	**8.5**	**-0.6**	**0.6**	**-1.2**	**-7.2**	**20.1**	**7.9**	**7.3**	**8.4**
Total Geral	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**7.5**	**-7.2**	**10.5**	**16.6**	**-1.4**	**3.3**	**-10.0**	**8.0**	**25.5**	**4.7**	**0.1**	**9.2**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e INE.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2023	2024	2025	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Estrutura das exportações (pesos em %)			em milhões de escudos											
Europa	94.1	94.7	95.5	5 762.1	5 942.9	5 936.3	4 606.5	6 659.7	5 850.0	4 743.9	4736.4	4709.1	5264.7	7471.4	8907.0
CEDEAO[1]	0.1	0.1	0.1	2.3	20.6	10.7	5.4	2.0	20.5	13.4	17.3	1.0	5.4	4.8	13.2
Angola	0.0	0.0	0.0	24.8	3.2	0.0	25.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alemanha	0.0	0.0	0.0	24.3	20.5	8.0	4.1	18.2	41.6	63.9	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0
Guiné Bissau	0.1	0.0	0.1	0.9	0.0	0.0	0.0	1.8	20.3	13.3	13.1	0.9	5.2	0.2	9.9
Países Baixos	0.6	0.3	0.1	20.0	21.3	22.5	12.4	25.7	11.5	18.6	35.0	40.5	35.0	24.4	13.7
Portugal	16.0	10.9	8.8	988.8	938.4	1 055.1	1 052.4	1 066.3	1 047.0	686.5	698.1	898.0	894.3	856.5	817.7
França	0.1	0.0	0.0	11.8	1.2	0.0	0.0	1.6	5.7	7.3	4.2	6.8	6.1	3.2	2.6
Espanha	60.3	64.3	65.3	4 295.1	4 485.0	3 981.6	2 908.2	4 597.3	4 033.2	3 286.4	3310.5	2813.4	3372.9	5069.7	6093.0
Estados Unidos de América	4.7	3.7	2.0	72.1	121.9	83.0	140.4	175.9	185.8	287.7	390.8	261.4	263.8	294.7	183.4
El Salvador	0.0	0.0	0.0	305.0	169.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Marrocos	0.2	0.0	0.0	331.3	210.6	58.9	27.7	5.2	0.0	52.8	0.0	0.0	8.6	0.0	0.0
Japão	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2	3.2	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros Países	18.0	20.8	23.7	649.5	690.9	995.9	718.3	1 172.1	768.1	683.6	725.8	995.6	1007.7	1640.0	2207.3
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**6 723.6**	**6 662.2**	**6 206.2**	**4 892.5**	**7 064.7**	**6 113.4**	**5 100.0**	**5 177.6**	**5 016.5**	**5 593.5**	**7 888.8**	**9 328.7**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e INE.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2023	2024	2025	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Peso (%)			Taxa de variação nominal, em percentagem											
Produtos Tradicionais	78.5	81.2	77.1	17.5	-0.8	-10.8	-27.2	56.8	-15.3	-14.9	1.5	-9.5	15.7	45.9	12.3
Produtos do Mar	78.5	81.2	77.1	17.4	-0.7	-10.8	-27.2	56.8	-15.3	-14.9	1.5	-9.5	15.7	45.9	12.3
Enlatado	75.0	81.2	77.1	20.8	-0.3	2.0	-2.4	66.7	-14.3	-14.5	16.4	-5.8	16.9	52.6	12.3
Congelado	3.5	0.0	0.0	19.7	-0.9	-22.2	-57.2	30.1	-18.9	-16.5	-55.1	-46.1	-5.9	-99.1	-100.0
Fresco	0.0	0.0	0.0	-95.5	-91.3	-100.0	0.0	-80.3	-100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crustáceos	0.0	0.0	0.0	-82.3	-15.3	-100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Produtos Transformados	15.3	10.6	8.3	20.7	-2.1	10.7	-4.9	4.9	-3.9	-33.6	3.6	24.0	3.1	-2.3	-6.8
Calçado	5.7	3.5	3.3	9.2	-18.0	-2.2	-10.6	16.9	-15.7	-21.3	13.5	2.1	8.2	-12.6	9.4
Vestuário	9.5	7.0	5.1	34.2	13.3	19.7	-1.7	-1.3	3.3	-39.8	-2.9	40.8	0.3	3.8	-14.9
Outros Produtos	6.2	8.3	14.6	1.9	5.3	51.6	61.5	17.4	-10.5	12.7	-3.0	25.2	-10.9	86.3	109.0
Total de Exportações	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**17.6**	**-0.9**	**-6.8**	**-21.2**	**44.4**	**-13.5**	**-16.6**	**1.5**	**-3.1**	**11.5**	**41.0**	**18.3**

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e INE.

Balança de Pagamentos

em milhões de escudos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
Balança Corrente	**-13 963**	**-8 132**	**-6 237**	**-13 577**	**-9 165**	**-2 185**	**-27 344**	**-23 190**	**-8 346**	**-7 011**	**10 931**	**11 036**
Bens	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183	-56 183
Exportações	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419	15 419
Importações	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601	71 601
Serviços	21 703	20 395	24 901	26 962	29 527	37 841	7 752	5 633	33 834	44 236	54 257	57 850
Exportações	52 342	50 815	55 854	59 152	64 410	72 856	28 960	26 982	59 850	72 567	84 629	91 864
Importações	30 639	30 421	30 953	32 191	34 882	35 016	21 208	21 349	26 016	28 331	30 372	34 014
Transportes	1 684	1 876	1 078	-1 749	-3 269	4 427	-282	-2 336	-1 862	-174	88	-179
Viagens	24 520	24 454	29 326	33 952	37 576	41 103	10 768	8 426	35 982	47 719	57 480	62 357
Rendimento Primário	-7 692	-5 870	-5 926	-5 972	-4 368	-4 177	-3 719	-2 643	-2 943	-3 231	-4 710.3	-3 875.7
Rendimentos Investimento Directo	-2 975	-1 545	-2 847	-2 817	-2 352	-2 209	-1 482	-1 274	-1 541	-2 932	-4 609	-4 739
Juros Dívida Externa Pública	-1 518	-1 320	-1 481	-1 893	-1 788	-2 018	-1 614	-943	-2 006	-2 505	-3 281	-2 726
Juros de passivos de Bancos e Outros Sectores	-3 528	-2 992	-2 380	-2 611	-1 708	-1 479	-1 346	-985	-530	205	434	262
Rendimento Secundário	22 039	25 244	27 845	29 672	29 584	29 775	32 455	40 189	42 817	42 886	47 570	48 871
Transferências Oficiais	4 664	5 395	3 978	6 091	5 023	5 860	5 295	4 476	3 100	4 136	5 829	5 905
Remessas de Migrantes	15 485	18 593	16 688	16 160	17 101	16 487	18 537	25 602	28 925	27 908	29 413	30 015
Balança de Capital	**659**	**1 884**	**1 338**	**1 576**	**1 643**	**1 240**	**2 243**	**2 672**	**2 309**	**1 904**	**2 567**	**2 579**
Balança Financeira	**-22 762**	**-11 675**	**-14 377**	**-9 114**	**-11 285**	**-17 087**	**-14 402**	**-18 448**	**-8 923**	**-12 057**	**5 740**	**-27 999**
Investimento Direto	-14 303	-11 121	-11 774	-9 305	-8 773	-10 547	-6 154	-8 554	-10 878	-15 380	-9 088	-12 489
Investimento de Carteira	1 716	3 544	4 222	5 171	4 761	10	-23	78	13	-1	-1	84
Outros Investimentos	-10 175	-4 098	-6 824	-4 979	-7 273	-6 551	-8 225	-9 972	1 942	3 324	14 829	-15 594
Moedas e Depósitos	1 594	4 498	-2 560	4 296	-6 075	-493	-1 314	3 411	-3 134	9 818	6 846	-10 687
Empréstimos	-12 096	-8 351	-3 707	-9 750	699	-5 733	-11 499	-10 526	2 516	-9 343	6 895	-292
Governo Geral	-15 773	-10 590	-4 454	-6 924	-3 560	-7 110	-10 808	-10 294	-5 014	-633	-1 200	-957
Bancos e Outros Sectores	3 583	2 205	748	-2 826	4 259	1 378	-692	-232	7 530	-8 711	8 096	665
Créditos Comerciais	1 109	-372	-386	-1 440	-109	-556	1 248	-1 241	-863	-1 194	40	-584
Outros Ativos Líquidos	-783	127	0	1 915	-1 789	231	3 341	1 399	3 423	4 043	1 047	-4 030
Ativos de Reserva	7 845	3 524	9 143	-1 192	1 078	14 552	-8 283	1 088	2 603	5 114	5 618	36 732
Erros e Omissões	-1 614	-1 903	-335	1 695	-2 685	-1 590	2 416	3 157	-282	-1 836	-2 141	-4 882
Balança Corrente + Balança Capital	**-13 304**	**-6 248**	**-4 899**	**-12 001**	**-7 522**	**-945**	**-25 101**	**-20 518**	**-6 037**	**-5 107**	**13 498**	**13 615**

Fonte: BCV.

P - Provisório.

Balança de Pagamentos

em percentagem do PIB

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
Balança Corrente	**-8.2**	**-4.7**	**-3.4**	**-7.0**	**-4.4**	**-0.98**	**-15.5**	**-12.1**	**-3.5**	**-2.7**	**4.0**	**3.7**
Bens	-33.1	-32.3	-30.5	-28.8	-27.3	-25.3	-31.9	-29.4	-23.8	-22.0	-20.3	-18.8
Exportações	9.1	8.9	8.4	7.9	7.5	7.0	8.7	8.1	6.5	6.0	5.6	5.2
Importações	42.2	41.2	38.8	36.7	34.8	32.3	40.6	37.4	30.4	28.1	25.9	23.9
Serviços	12.8	11.7	13.5	13.8	14.3	17.1	4.4	2.9	14.4	17.3	19.6	19.3
Exportações	30.9	29.2	30.3	30.3	31.3	32.8	16.4	14.1	25.4	28.5	30.6	30.7
Importações	18.1	17.5	16.8	16.5	16.9	15.8	12.0	11.2	11.0	11.1	11.0	11.4
Transportes	1.0	1.1	0.6	-0.9	-1.6	2.0	-0.2	-1.2	-0.8	-0.1	0.0	-0.1
Viagens	14.5	14.1	15.9	17.4	18.2	18.5	6.1	4.4	15.3	18.7	20.8	20.8
Rendimento Primário	-4.5	-3.4	-3.2	-3.1	-2.1	-1.9	-2.1	-1.4	-1.2	-1.3	-1.7	-1.3
Rendimentos Investimento Directo	-1.8	-0.9	-1.5	-1.4	-1.1	-1.0	-0.8	-0.7	-0.7	-1.1	-1.7	-1.6
Juros Dívida Externa Pública	-0.9	-0.8	-0.8	-1.0	-0.9	-0.9	-0.9	-0.5	-0.9	-1.0	-1.2	-0.9
Juros de passivos de Bancos e Outros Sectores	-2.1	-1.7	-1.3	-1.3	-0.8	-0.7	-0.8	-0.5	-0.2	0.1	0.2	0.1
Rendimento Secundário	13.0	14.5	15.1	15.2	14.4	13.4	18.4	21.0	18.2	16.8	17.2	16.3
Transferências Oficiais	2.8	3.1	2.2	3.1	2.4	2.6	3.0	2.3	1.3	1.6	2.1	2.0
Remessas de Migrantes	9.1	10.7	9.0	8.3	8.3	7.4	10.5	13.4	12.3	10.9	10.6	10.0
Balança de Capital	0.4	1.1	0.7	0.8	0.8	0.6	1.3	1.4	1.0	0.7	0.9	0.9
Balança Financeira	-13.4	-6.7	-7.8	-4.7	-5.5	-7.7	-8.2	-9.6	-3.8	-4.7	2.1	-9.4
Investimento Direto	-8.4	-6.4	-6.4	-4.8	-4.3	-4.8	-3.5	-4.5	-4.6	-6.0	-3.3	-4.2
Investimento de Carteira	1.0	2.0	2.3	2.6	2.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros Investimentos	-6.0	-2.4	-3.7	-2.5	-3.5	-3.0	-4.7	-5.2	0.8	1.3	5.4	-5.2
Moedas e Depósitos	0.9	2.6	-1.4	2.2	-2.9	-0.2	-0.7	1.8	-1.3	3.9	2.5	-3.6
Empréstimos	-7.1	-4.8	-2.0	-5.0	0.3	-2.6	-6.5	-5.5	1.1	-3.7	2.5	-0.1
Governo Geral	-9.3	-6.1	-2.4	-3.5	-1.7	-3.2	-6.1	-5.4	-2.1	-0.2	-0.4	-0.3
Bancos e Outros Sectores	2.1	1.3	0.4	-1.4	2.1	0.6	-0.4	-0.1	3.2	-3.4	2.9	0.2
Créditos Comerciais	0.7	-0.2	-0.2	-0.7	-0.1	-0.3	0.7	-0.6	-0.4	-0.5	0.0	-0.2
Outros Ativos Líquidos	-0.5	0.1	0.0	1.0	-0.9	0.1	1.9	0.7	1.5	1.6	0.4	-1.3
Ativos de Reserva	4.6	2.0	5.0	-0.6	0.5	6.6	-4.7	0.6	1.1	2.0	2.0	12.3
Erros e Omissões	-1.0	-1.1	-0.2	0.9	-1.3	-0.7	1.4	1.7	-0.1	-0.7	-0.8	-1.6
Balança Corrente + Balança Capital	**-7.8**	**-3.6**	**-2.7**	**-6.1**	**-3.7**	**-0.4**	**-14.2**	**-10.7**	**-2.6**	**-2.0**	**4.9**	**4.6**

Fonte: BCV.

P - Provisório.

Posição do Investimento Internacional Líquida

em milhões de escudos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024[P]	2025[P]
Posição de Investimento Internacional Líquida*	**-234 804**	**-244 916**	**-253 181**	**-265 301**	**-291 926**	**-296 302**	**-317 136**	**-333 605**	**-345 728**	**-348 570**	**-340 744**	**-324 187**
Ativos	**102 571**	**114 608**	**126 548**	**133 304**	**132 891**	**149 877**	**142 130**	**150 852**	**161 455**	**178 558**	**198 554**	**228 901**
Investimento Direto no Estrangeiro	4 876	3 708	4 557	4 249	5 147	7 091	7 521	7 869	9 829	10 592	12 708	15 201
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvest	2 775	3 548	4 457	4 145	4 979	6 788	7 411	7 756	9 703	10 468	12 595	15 113
Outras Participações de Capital	2 100	160	100	105	168	304	110	113	125	125	113	88
Investimento de Carteira	5 072	8 620	12 644	16 889	21 651	21 599	21 577	21 655	21 669	21 669	21 669	21 677
Títulos de Participação no Capital	44	44	44	47	115	115	115	115	115	115	115	124
Títulos de Dívida	5 028	8 576	12 600	16 842	21 535	21 484	21 461	21 539	21 553	21 553	21 553	21 553
Outros Investimentos	45 874	51 829	49 582	54 870	47 847	48 274	49 133	55 704	60 957	70 782	82 996	74 638
Créditos Comerciais	0	0	0	344	192	192	99	379	710	730	871	919
Empréstimos	5 615	4 700	4 267	4 809	4 867	5 325	4 931	4 799	6 861	8 027	11 861	10 613
Moeda e Depósitos	26 919	33 648	31 640	34 512	28 964	28 663	26 808	31 929	31 273	35 874	43 057	39 948
Outros Ativos	13 718	13 858	13 674	15 205	13 824	14 095	17 296	18 596	22 113	26 151	27 206	23 159
Ativos de Reserva	46 371	50 073	59 766	57 296	58 247	72 912	63 899	65 624	69 000	75 516	81 181	117 385
Passivos	**336 997**	**359 146**	**379 729**	**398 605**	**424 817**	**446 179**	**459 266**	**484 457**	**507 183**	**527 129**	**539 298**	**553 088**
Investimento Direto na Economia Declarante	159 750	169 450	182 340	193 296	203 084	215 199	221 741	230 233	243 060	259 204	270 408	285 389
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvest	153 675	163 607	176 398	187 939	197 674	209 182	215 027	223 910	236 709	252 855	263 565	278 357
Outras Participações de Capital	6 075	5 843	5 942	5 357	5 410	6 017	6 715	6 324	6 351	6 350	6 842	7 032
Investimento de Carteira	1 176	1 180	982	972	973	911	911	912	912	913	913	838
Títulos de Participação no Capital	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658
Títulos de Dívida	518	522	323	314	314	252	253	253	254	254	255	180
Outros Investimentos	176 071	188 516	196 407	204 337	220 761	230 069	236 614	253 312	263 210	267 012	267 977	266 860
Créditos Comerciais	3 935	4 298	4 684	6 468	6 424	6 981	5 640	7 161	8 355	9 568	9 670	10 301
Empréstimos	152 460	162 344	169 314	176 917	192 575	200 750	209 025	219 191	225 171	232 844	231 730	222 242
Moeda e Depósitos	18 471	20 584	21 109	19 703	20 475	21 023	20 677	22 610	25 279	20 319	22 166	30 219
Outros Passivos	1 206	1 290	1 300	1 249	1 286	1 316	1 272	4 351	4 405	4 280	4 412	4 098

Fonte: BCV.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Taxas de Juro (valores médios)												
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde	3.75	3.50	3.50	1.50	1.50	1.50	0.25	0.25	0.25	1.25	1.75	2.50
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	1.67	0.99	0.60	0.73	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.44
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5.94	5.53	5.15	4.51	4.34	3.94	3.94	3.04	3.00	3.00	3.00	3.00
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	8.93	8.74	8.71	7.35	8.19	8.73	10.27	9.17	9.42	8.49	8.79	8.79
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	11.05	10.42	9.77	9.98	8.69	9.17	8.05	8.74	8.59	8.68	7.74	7.53
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	8.87	8.76	8.61	8.66	8.50	8.26	7.97	7.66	7.42	7.25	7.17	7.26
Taxas de Câmbio (valores médios)												
Índice Cambial Efetivo Nominal (2015=100)	104.54	100.00	100.58	101.03	101.32	101.00	101.16	101.19	100.53	100.77	100.64	100.91
Taxa de Câmbio USD/CVE	83.08	99.39	99.69	97.89	93.39	98.49	96.80	93.22	104.86	101.80	101.92	97.86
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	-0.20	0.10	-1.41	0.78	1.26	1.11	0.61	1.86	7.93	3.72	1.05	2.34

Fonte: BCV.

Nota: Dados sujeitos a atualização.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024[P]	2025[P]
Receitas Totais	**35 408**	**41 826**	**43 220**	**49 388**	**51 857**	**57 389**	**43 751**	**44 525**	**52 663**	**64 824**	**69 525**	**89 457**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	33 028	37 985	39 265	43 236	49 283	51 151	38 527	40 540	50 532	61 363	65 606	86 367
Impostos	27 465	30 252	32 304	35 909	40 657	42 013	32 237	34 015	44 146	49 699	56 544	66 136
Imposto sobre o Rendimento	8 051	9 561	10 078	11 297	12 253	12 674	9 353	8 777	9 634	11 982	14 129	17 244
Imposto sobre Bens e Serviços	12 848	14 038	14 941	16 845	19 887	20 657	15 196	16 302	23 136	26 073	29 294	34 397
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	10 151	11 283	11 986	13 365	16 222	16 732	12 602	12 994	17 906	20 236	22 715	26 412
Imposto para Serviços de Incêndio	37	35	16	8	4	1	2	1	1	1	2	2
Imposto sobre o Consumo Especial	1 507	1 478	1 550	1 938	1 963	2 192	1 702	2 010	3 146	3 106	3 468	3 364
Outros Impostos	558	595	678	684	717	739	593	955	964	977	973	1 102
Imp. sobre Transações Internacionais	5 755	6 082	6 813	7 224	7 733	8 011	6 593	7 894	10 025	10 157	11 426	12 558
Outros Impostos	811	572	472	544	784	672	669	670	811	829	924	1 047
Segurança Social	55	46	56	60	76	76	57	78	82	75	94	97
Transferências	2 608	3 841	3 955	6 152	2 575	6 238	5 224	3 985	2 131	3 461	3 919	3 091
Outras Receitas	5 279	7 687	6 906	7 267	8 550	9 061	6 234	6 446	6 304	11 590	8 967	20 134
Rendimentos de Propriedade	181	994	781	975	1 828	2 301	1 132	1 216	336	5 030	1 638	12 171
Venda de Bens e Serviços	3 958	4 508	5 063	5 239	5 732	5 991	3 633	4 245	5 282	5 676	6 288	6 610
Multas e Outras Penalidades	704	404	676	519	433	408	198	166	264	425	493	607
Outras Transferências	93	39	35	28	128	129	43	66	122	233	174	260
Outras Receitas não Especificadas	343	1 742	350	505	429	233	1 228	753	301	226	374	487

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2023 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2023 e 2024.

Operações do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024[P]	2025[P]
Despesas Totais	**37 297**	**41 040**	**44 015**	**45 253**	**48 587**	**53 343**	**54 284**	**54 542**	**58 146**	**61 098**	**65 888**	**73 175**
Despesas com Pessoal	16 885	17 058	18 252	18 595	19 425	20 595	21 569	22 144	21 985	22 358	22 627	25 377
Aquisição de Bens e Serviços	5 136	6 805	6 770	6 506	7 185	8 001	10 148	9 982	10 420	11 971	13 053	15 202
Juros Correntes	3 444	4 134	4 223	4 522	4 726	4 991	4 808	4 256	5 376	5 867	6 588	6 260
Dívida Externa	1 518	1 724	1 748	1 791	1 822	1 867	1 605	942	2 006	2 505	3 281	3 036
Dívida Interna	1 910	2 374	2 455	2 684	2 811	3 083	3 156	3 236	3 330	3 285	3 248	3 165
Outros Encargos	16	37	20	48	93	41	48	78	40	77	58	59
Subsídios	107	161	160	110	153	160	628	814	1 965	2 576	2 049	2 165
Transferências Correntes	4 393	4 753	4 903	5 879	6 283	6 015	6 482	5 536	5 647	5 840	7 099	9 274
Organismos Internacionais	168	291	438	269	268	285	292	177	248	404	865	661
Administração Pública	4 224	4 462	4 466	5 610	6 015	5 730	6 190	5 358	5 399	5 436	6 233	8 534
Benefícios Sociais	4 315	4 729	5 148	5 541	6 237	7 270	8 265	9 267	9 010	9 664	10 713	10 981
Outras Despesas Correntes	2 323	2 321	3 136	2 689	3 432	5 050	1 892	1 923	2 877	1 906	2 639	2 873
Valor a Regularizar	694	1 079	1 422	1 410	1 144	1 260	492	620	867	917	1 121	1 042
Atrasados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos não Financeiros	**9 487**	**6 844**	**5 003**	**9 496**	**8 140**	**7 631**	**4 492**	**4 354**	**4 194**	**4 434**	**6 598**	**13 102**
Compra de Ativos	9 876	7 128	5 040	9 665	8 194	7 971	4 592	5 037	4 631	4 573	6 723	13 156
dos quais: Programa de Investimento	9 801	6 971	4 881	9 505	7 917	7 643	4 148	4 070	3 656	3 488	5 229	6 153
Venda de Ativos	389	284	37	168	54	339	100	683	437	139	125	54
Saldo Total	**-11 376**	**-6 058**	**-5 798**	**-5 361**	**-4 869**	**-3 585**	**-15 025**	**-14 371**	**-9 677**	**-708**	**-2 962**	**3 180**
Saldo Total (excluindo donativos)	-13 984	-9 899	-9 753	-11 513	-7 444	-9 823	-20 248	-18 356	-11 808	-4 169	-6 881	89
Por memória:												
Despesa Corrente Primária	33 853	36 906	39 792	40 731	43 860	48 351	49 476	50 286	52 770	55 232	59 300	66 915
Saldo Primário (excluindo donativos)	-10 560	-5 801	-5 549	-7 039	-2 811	-4 873	-15 488	-14 100	-6 432	1 698	-293	6 350
Dívida do Governo Central	**179 042**	**200 013**	**211 924**	**218 093**	**229 008**	**242 222**	**256 652**	**280 851**	**296 617**	**298 085**	**309 352**	**302 488**

Fonte: Ministério das Finanças. Cáluclos do BCV.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2017 e estimativas das contas nacionais trimestrais de 2018 e 2019.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
Receitas Totais	**20.9**	**24.1**	**23.4**	**25.3**	**25.2**	**25.9**	**24.8**	**23.3**	**22.4**	**25.4**	**25.1**	**29.9**
Receitas Correntes (excluindo donativos)	19.5	21.8	21.3	22.1	23.9	23.1	21.9	21.2	21.4	24.1	23.7	28.9
Impostos	16.2	17.4	17.5	18.4	19.7	18.9	18.3	17.8	18.7	19.5	20.4	22.1
Imposto sobre o Rendimento	4.7	5.5	5.5	5.8	5.9	5.7	5.3	4.6	4.1	4.7	5.1	5.8
Imposto sobre Bens e Serviços	7.6	8.1	8.1	8.6	9.7	9.3	8.6	8.5	9.8	10.2	10.6	11.5
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	6.0	6.5	6.5	6.8	7.9	7.5	7.1	6.8	7.6	7.9	8.2	8.8
Imposto para Serviços de Incêndio	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Imposto sobre o Consumo	0.9	0.8	0.8	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1	1.3	1.2	1.3	1.1
Outros Impostos	0.3	0.3	0.4	0.4	0.3	0.3	0.3	0.5	0.4	0.4	0.4	0.4
Imp. sobre Transações Internacionais	3.4	3.5	3.7	3.7	3.8	3.6	3.7	4.1	4.3	4.0	4.1	4.2
Outros Impostos	0.5	0.3	0.3	0.3	0.4	0.3	0.4	0.4	0.3	0.3	0.3	0.4
Segurança Social	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Transferências	1.5	2.2	2.1	3.2	1.2	2.8	3.0	2.1	0.9	1.4	1.4	1.0
Outras Receitas	3.1	4.4	3.7	3.7	4.2	4.1	3.5	3.4	2.7	4.5	3.2	6.7
Rendimentos de Propriedade	0.1	0.6	0.4	0.5	0.9	1.0	0.6	0.6	0.1	2.0	0.6	4.1
Venda de Bens e Serviços	2.3	2.6	2.7	2.7	2.8	2.7	2.1	2.2	2.2	2.2	2.3	2.2
Multas e Outras Penalidades	0.4	0.2	0.4	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2
Outras Transferências	0.1	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
Outras Receitas não Especificadas	0.2	1.0	0.2	0.3	0.2	0.1	0.7	0.4	0.1	0.1	0.1	0.2

Fonte: Ministério das Finanças e INE.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2023 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2023 e 2024.

Operações do Sector Público Administrativo

em percentagem do PIB

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024[P]	2025[P]
Despesas Correntes	**22.0**	**23.6**	**23.9**	**23.2**	**23.6**	**24.0**	**30.8**	**28.5**	**24.7**	**24.0**	**23.8**	**24.5**
Despesas com Pessoal	10.0	9.8	9.9	9.5	9.4	9.3	12.2	11.6	9.3	8.8	8.2	8.5
Aquisição de Bens e Serviços	3.0	3.9	3.7	3.3	3.5	3.6	5.8	5.2	4.4	4.7	4.7	5.1
Juros Correntes	2.0	2.4	2.3	2.3	2.3	2.3	2.7	2.2	2.3	2.3	2.4	2.1
Dívida Externa	0.9	1.0	0.9	0.9	0.9	0.8	0.9	0.5	0.9	1.0	1.2	1.0
Dívida Interna	1.1	1.4	1.3	1.4	1.4	1.4	1.8	1.7	1.4	1.3	1.2	1.1
Outros Encargos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Subsídios	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.4	0.4	0.8	1.0	0.7	0.7
Transferências Correntes	2.6	2.7	2.7	3.0	3.1	2.7	3.7	2.9	2.4	2.3	2.6	3.1
Organismos Internacionais	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1	0.2	0.3	0.2
Administração Pública	2.5	2.6	2.4	2.9	2.9	2.6	3.5	2.8	2.3	2.1	2.3	2.9
Benefícios Sociais	2.5	2.7	2.8	2.8	3.0	3.3	4.7	4.8	3.8	3.8	3.9	3.7
Outras Despesas Correntes	1.4	1.3	1.7	1.4	1.7	2.3	1.1	1.0	1.2	0.7	1.0	1.0
Valor a Regularizar	0.4	0.6	0.8	0.7	0.6	0.6	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	0.3
Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Ativos não Financeiros	5.6	3.9	2.7	4.9	4.0	3.4	2.5	2.3	1.8	1.7	2.4	4.4
Compra de Ativos	5.8	4.1	2.7	4.9	4.0	3.6	2.6	2.6	2.0	1.8	2.4	4.4
dos quais: Programa de Investimento	5.8	4.0	2.6	4.9	3.8	3.4	2.4	2.1	1.6	1.4	1.9	2.1
Venda de Ativos	0.2	0.2	0.0	0.1	0.0	0.2	0.1	0.4	0.2	0.1	0.0	0.0
Saldo Total	-6.7	-3.5	-3.1	-2.7	-2.4	-1.6	-8.5	-7.5	-4.1	-0.3	-1.1	1.1
Saldo Total (excluindo donativos)	-8.2	-5.7	-5.3	-5.9	-3.6	-4.4	-11.5	-9.6	-5.0	-1.6	-2.5	0.0
Por memória:												
Despesa Corrente Primária	20.0	21.2	21.6	20.9	21.3	21.8	28.1	26.3	22.4	21.7	21.4	22.4
Saldo Primário (excluindo donativos)	-6.2	-3.3	-3.0	-3.6	-1.4	-2.2	-8.8	-7.4	-2.7	0.7	-0.1	2.1
Dívida do Governo Central	**105.6**	**115.0**	**114.9**	**111.7**	**111.2**	**109.2**	**145.6**	**146.8**	**125.9**	**116.9**	**111.8**	**101.1**

Fonte: Ministério das Finanças. Cáluclos do BCV.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2023 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2023 e 2024.



Banco de Cabo Verde

Avenida OUA, nº 02
Cód.P. nº 7954 – 094 | Cx. P. 101
Praia - Cabo Verde
Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

http://www.bcv.cv